

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Rodolfo Palazzo Dias

Organização e posicionamento político dos bancos no governo Lula

CAMPINAS, 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Rodolfo Palazzo Dias

Organização e posicionamento político dos bancos no governo Lula.

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
APRESENTADA AO INSTITUTO DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNICAMP PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA.**

Prof. Dr. Armando Boito Jr

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO DEFINITIVA DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO, E ORIENTADA PELO PROF.DR. ARMANDO BOITO JR.
CPG, 28 / 03 / 2012

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

D543o Dias, Rodolfo Palazzo, 1985-
Organização e posicionamento político dos bancos no
governo Lula / Rodolfo Palazzo Dias. - - Campinas, SP ;
[s. n.], 2012.

Orientador: Armando Boito Junior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Banqueiros. 2. Empresários. 3. Neoliberalismo.
4. Brasil – Política e governo, 2003-2010. I. Boito Junior,
Armando, 1949- II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em inglês: Organization and political position of banks during
Lula's administration

Palavras-chave em inglês:

Bankers

Entrepreneurs

Neoliberalism

Brazil – Politics and government, 2003-2010

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora:

Armando Boito Junior [Orientador]

José Marcos Nayme Novelli

Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

Data da defesa: 28-03-2012

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Rodolfo Palazzo Dias

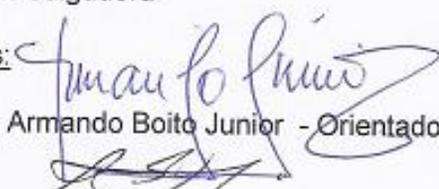
Organização e posicionamento político dos bancos no governo Lula.

Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Armando Boito Junior, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

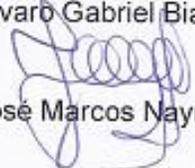
Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28/03/2012.

Comissão Julgadora

Titulares:


Prof. Dr. Armando Boito Junior - Orientador - IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez - IFCH/UNICAMP


Prof. Dr. José Marcos Nayme Novelli - UFSCar

Suplentes:

Profa. Dra. Andréia Galvão – IFCH/UNICAMP

Profa. Dra. Paula Regina Pereira Marcelino – USP

**Campinas
Março de 2012**

Agradecimentos:

Gostaria de iniciar agradecendo ao Prof. Dr. Armando Boito Jr. que, durante a orientação, além do auxílio na superação das dificuldades na realização da pesquisa, também me recebeu abertamente no grupo de pesquisa “Política e classes sociais no capitalismo neoliberal”.

Também gostaria de incluir todos os membros do grupo de pesquisa nesses agradecimentos, pois o debate coletivo é fundamental no processo de criação intelectual, e este foi o principal espaço de debate no qual a pesquisa se desenvolveu.

Ao Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez por todo o apoio e conselhos feitos durante o curso de mestrado, além das valorosas recomendações de pesquisa feitas durante o exame de qualificação.

Também ao Prof. Dr. José Marcos Nayme Novelli, que participou do exame de qualificação e também fez recomendações que fizeram o trabalho avançar qualitativamente.

Ao Prof. Dr. Fernando Nogueira da Costa que, além de influência intelectual (os debates e trabalhos realizados durante a disciplina de História dos Bancos no Brasil), também forneceu informações fundamentais para a realização da pesquisa sobre FEBRABAN, até porque foi membro dessa entidade como diretor executivo e também foi vice-presidente da Caixa Econômica Federal.

Também gostaríamos de agradecer aos funcionários da biblioteca da FEBRABAN, que forneceram apoio no momento de coleta de informações e documentos na entidade.

Ao CNPq pelo apoio financeiro durante o ano de 2010, que foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa sobre FEBRABAN; também à FAPESP, que financia as atividades de nosso grupo de pesquisa.

Às companheiras Daniela Xavier Haj Mussi e Maíra Machado Bichir que, por todas as trocas intelectuais e pela relação de amizade construídas durante o curso de mestrado, foram influências diretas na realização do presente trabalho.

À Aldrey Cristiane Iscaro, que além de todo o apoio durante o curso de mestrado, também incentivou a apresentação em congressos de resultados parciais da presente pesquisa.

Aos colegas da Antropologia, que durante os congressos da área me abrigaram e contribuíram nesses anos com sua amizade e também com os intensos debates.

E aos meus pais e meu irmão, que se tornaram a grande base sob a qual consegui me sustentar durante esses anos de realização do curso de mestrado.

Resumo:

Realizamos uma pesquisa acerca da organização e do posicionamento político dos banqueiros no Brasil no período do governo Lula. Para a análise do processo organizacional dos banqueiros, estudamos a FEBRABAN, entidade nacional representativa dessa camada de empresários. Utilizamos nesse estudo principalmente fontes documentais da entidade e bibliografia sobre o tema. Para a identificação do posicionamento dos banqueiros fizemos a análise da declaração destes na mídia impressa, especificamente na "Folha de São Paulo" e no "Valor Econômico". Percebemos que os banqueiros construíram desde a década de 1960 uma forma de representação nacional associativa, marcada pelo estatuto jurídico civil. Essa forma associativa permite uma socialização nacional entre os membros dessa classe. Já o posicionamento dos banqueiros se mostrou favorável à política governamental que estava sendo implementada, mas com alguns pontos de conflito em assuntos específicos. Ainda sobre o posicionamento, conseguimos identificar um constrangimento por parte deles em defender uma política de juros altos; outras pautas reivindicativas com maior aceitação pública eram mais enfatizadas pelos banqueiros do que esta.

Abstract:

Our research is about the organization and the political position of bankers in Brazil during Lula's government. For the analysis of the organizational process of bankers, we studied FEBRABAN, the national representative body of this layer of entrepreneurs. For this study we use documentary sources of the entity and the literature about the subject. To identify the position of the bankers, we analyze the declaration of print media, specifically in "Folha de São Paulo" and "Valor Econômico". We find that the bankers built, since the 1960s, a form of national associative representation, marked by civil legal status. This form allows associative socialization among national members of this class. The position of bankers was favorable about the government policy that was being implemented, but with some trouble spots on specific issues. Still on the positioning, we can identify a constraint about defending a policy of high interest rates; other agendas with greater public acceptance were most emphasized by bankers.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO:	15
CAPÍTULO 1: DEFINIÇÃO DA ABORDAGEM:	17
1.1 FRAÇÃO DE CLASSE E BLOCO NO PODER.	17
1.2 FRAÇÃO FINANCEIRA DA BURGUESIA.....	21
1.3 MUNDIALIZAÇÃO E A ACUMULAÇÃO FINANCEIRA DO CAPITAL.....	31
1.4 DEFINIÇÃO DE NEOLIBERALISMO: SENTIDO GERAL DE POLÍTICA NEOLIBERAL E ESPECIFICIDADES DO PERÍODO DO GOVERNO LULA.	37
CAPÍTULO 2: FEBRABAN, A REPRESENTANTE DA FRAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL:	43
2.1 HISTÓRICO DA FEBRABAN.	43
2.2 TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA REPRESENTATIVO DOS BANQUEIROS.....	47
2.3 ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA FEBRABAN.	54
2.4 RELAÇÕES DE HIERARQUIA.	63
2.5 AÇÃO POLÍTICA:	66
CAPÍTULO 3: POSIÇÃO POLÍTICA DOS BANQUEIROS:	79
3.1 CARTA AO POVO BRASILEIRO: RECEPÇÃO DOS BANQUEIROS À ENTRADA DO PT NO PODER.	79
3.2- AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL: OPINIÃO DOS BANQUEIROS COM RELAÇÃO À ENTRADA DE HENRIQUE MEIRELLES NA PRESIDÊNCIA DA INSTITUIÇÃO E COM RELAÇÃO À ALTERAÇÃO DO ARTIGO 192 DA CONSTITUIÇÃO.	88
3.3- REGULAMENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAPITAIS NO BRASIL: MEDIDAS LIBERALIZANTES NO MERCADO CAMBIAL BRASILEIRO.	101
3.4 MUDANÇAS NO MINISTÉRIO DA FAZENDA: SAÍDA DE ANTONIO PALOCCI E ENTRADA DE GUIDO MANTEGA.	107
3.5 POLÍTICA DE JUROS: AVALIAÇÃO DOS BANQUEIROS DIANTE DAS MUDANÇAS DA POLÍTICA DE JUROS.	118
3.6- DEPÓSITO COMPULSÓRIO: AVALIAÇÃO DOS BANQUEIROS DIANTE DAS ALTERAÇÕES DO DEPÓSITO E AVALIAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE COMPULSÓRIOS NO PRIMEIRO MANDATO.....	136
3.7 POLÍTICA DE SUPERÁVIT: OPINIÃO DOS BANQUEIROS QUANTO À POLÍTICA DE SALDO PRIMÁRIO E DE SALDO COMERCIAL.....	150
CONCLUSÃO:	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	165

Introdução:

A nossa pesquisa se dedicou ao estudo político dos bancos e dos banqueiros durante o período do governo Lula. Inicialmente desejávamos, através de um estudo da entidade representativa do setor, a FEBRABAN, identificar a organização e o posicionamento político dos banqueiros no período.

O andamento da pesquisa revelou que tal objetivo não seria alcançado apenas com o estudo da FEBRABAN, pois nessa entidade não conseguimos observar um processo de formulação e apresentação de posicionamento dos banqueiros. Isso levou à execução de duas pesquisas relativamente distintas, porém complementares.

Estudamos primeiramente a FEBRABAN enquanto organização política dos banqueiros. O texto se divide em: (1) uma análise histórica, refletindo sobre o processo de organização nacional da representação dos banqueiros no Brasil, e quais fatores são marcantes nesse processo; (2) uma análise contemporânea do sistema representativo nacional dos banqueiros, buscando a identificação das características desse sistema representativo e discutindo a relação dessas características com os fatores relevantes no processo de formação passada dessa representação; (3) um estudo sobre a estrutura institucional da FEBRABAN, analisando como essa estrutura revela as especificidades dos banqueiros em sua organização representativa; (4) uma reflexão sobre o sistema hierárquico presente dentro da FEBRABAN, lançando hipóteses sobre o tipo de relação social presente dentro da instituição; e (5), uma análise sobre os principais espaços de atuação da FEBRABAN e os principais temas discutidos, buscando assim traçar um perfil da ação política dos banqueiros no nível associativo de sua organização de classe.

Mas, como uma das conclusões, percebe-se que os banqueiros não formulam uma posição política no nível associativo; o posicionamento político dos banqueiros seria mais difuso, individual de cada agente da classe, e não um produto do processo de debates dentro da entidade representativa e veiculado

através dela. Por isso, para a identificação desse posicionamento, selecionamos a manifestação desses agentes na mídia impressa, especificamente na “Folha de São Paulo” e no “Valor Econômico”.

Essa pesquisa possuiu dois grandes blocos: um que trata de fatos políticos específicos, e outro que trata de opiniões acerca da política econômica. No primeiro bloco, analisamos: (1) a opinião dos banqueiros em relação à entrada do PT no poder, especificamente em relação à “Carta ao povo brasileiro”; (2) a política de autonomia do Banco Central executada pelo governo do PT, especificamente em relação à entrada de Henrique Meirelles na presidência do Banco Central e o debate da alteração do artigo 92 da Constituição de 1988; (3) as políticas de alteração do mercado de câmbio brasileiro; e (4) a opinião dos banqueiros em relação à saída de Antônio Palocci do Ministério da Fazenda e a entrada de Guigo Mantega no ministério.

O segundo bloco da pesquisa trata: (5) opiniões dos banqueiros em relação à política de juros, buscando identificar como os banqueiros se pronunciam publicamente a respeito desse assunto de interesse deles; (6) posicionamento em relação ao depósito compulsório e como este é reivindicado no espaço público; e (7) as políticas de superávit do governo, discutindo o posicionamento dos banqueiros diante dos temas “superávit primário” e “superávit comercial”.

Mas antes de desenvolvermos essa pesquisa empírica, fizemos um capítulo inicial apresentando os conceitos e as teorias que balizaram a escolha de nosso objeto, de nossos objetivos, e também discutindo a conjuntura econômica e política na qual os bancos e os banqueiros estão inseridos.

Capítulo 1: Definição da abordagem:

1.1 Fração de classe e Bloco no Poder.

Para entender a seleção de nosso objeto de estudo, devemos apresentar em qual contexto nossa pesquisa está inserida. Participamos do grupo de estudos “Política e classes sociais no capitalismo neoliberal”, no qual existe uma série de estudos dedicados a diferentes aspectos da implantação do neoliberalismo no Brasil. Através de duas grandes frentes (estudos das classes dominadas e estudos das classes dominantes), o grupo desenvolve interpretações sobre a luta de classes no Brasil durante o período neoliberal.

Nosso trabalho compõe a segunda frente de pesquisa, propondo uma análise empírica da organização e do posicionamento dos banqueiros no Brasil. A abordagem teórica utilizada em nosso grupo de pesquisa possui influência de Nicos Poulantzas, autor marxista que produz um aparato conceitual capaz de diferenciar componentes internos dentro de uma classe social. Os componentes diferenciados dentro de uma classe são conhecidos por “frações de classe”.

A teoria marxista das classes sociais distingue igualmente frações e camadas de classe, segundo as diversas classes, a partir de diferenciações no econômico e no papel, todo particular, das relações políticas e ideológicas. (POULANTZAS, 1975, p.25).

Nosso objeto de estudo pode ser localizado dentro de uma fração específica da burguesia: a fração financeira da burguesia. Nosso grupo de empresários se diferencia dos outros pelas características de sua atividade econômica, mas o foco de nosso estudo são as características políticas (organização e posicionamento político) desse grupo econômico.

Mas além de localizarmos o grupo de empresários dentro de uma fração específica, também é necessário localizá-la dentro da luta política existente na formação social que estamos estudando. Conceito útil nesse sentido é o “*de bloco no poder*”, designando uma aliança específica das classes e frações de classe dominantes” (POULANTZAS, 1975, p.25-26).

Encaramos o processo de vigência do neoliberalismo no Brasil como uma construção histórica colocada por um bloco no poder específico (certa aliança de classes e frações) e na qual a fração financeira da burguesia brasileira ocupa um papel importante. Estudar os banqueiros brasileiros nessa cena política, portanto, seria desenvolver uma pesquisa empírica sobre empresários que poderia trazer resultados que ajudassem a compreender o posicionamento da fração financeira no capitalismo neoliberal brasileiro.

Sobre o estudo de empresariados no Brasil, percebe-se que existiu uma profusão de termos dentro dessa literatura (classe empresarial, fração industrial, elites industriais e comerciais, grupos empresariais) (COSTA, 2003, p.17) que gerou o problema da imprecisão conceitual. Sobre isso CRUZ coloca:

Na leitura desses trabalhos, constitui experiência comum acompanhar análises que se iniciam ensaiando uma caracterização da elite do empresariado industrial e, sem elaborar minimamente a transição, terminam por qualificar a burguesia. (CRUZ, 1995, p.22).

O problema que CRUZ levanta é: como, ao desenvolver uma pesquisa empírica sobre certas características de grupos econômicos específicos, fazer inferências sobre a classe social? Consideramos que um estudo sobre banqueiros permite a identificação de certas características dessa fração pela relevância que tais empresários possuem dentro da fração.

A “transição” que CRUZ identifica como problema na literatura sobre empresários é realizada em nosso trabalho pela idéia de representação; a representatividade que os banqueiros possuem dentro da fração financeira. Como identificamos anteriormente, a composição de uma “fração” deve levar em conta tanto as variáveis políticas como as variáveis econômicas.

Economicamente, o papel dos bancos no sistema financeiro brasileiro pode ser considerado de grande relevância pelas próprias características estruturais da finança no Brasil. COSTA (2009) faz uma diferenciação entre sistemas financeiros pela característica de financiamento de cada economia. Segundo o autor, existiriam três modelos de financiamento; o primeiro atrelado ao mercado de capitais (caso dos Estados Unidos e Inglaterra); o segundo atrelado ao crédito

disponibilizado pelo governo; e o terceiro atrelado ao crédito disponibilizado por atores do setor privado.

O Brasil teria uma dificuldade em se encaixar em apenas uma dessas definições segundo COSTA (2009), mas percebe-se historicamente que o mercado de capitais nunca foi tão desenvolvido no Brasil, não sendo o principal modelo de financiamento. E levando em consideração que no modelo de financiamento por crédito (tanto público como privado), os bancos possuem um papel de grande relevância, consideramos que a estrutura de financiamento da economia brasileira sempre esteve dependente dos atores bancários (e segundo COSTA, foi justamente o modelo de financiamento por crédito do setor público que permitiu o combate aos efeitos da crise econômica de 2008 no Brasil).

À esse posicionamento na estrutura econômica se somam argumentos políticos que ajudam a sustentar a representatividade que os banqueiros possuem dentro da fração financeira brasileira. As associações representativas regionais mais antigas de atores econômicos financeiros foram de banqueiros (a Associação de Bancos do Estado do Rio de Janeiro, ABERJ surge em 1922 e a Associação de Bancos do Estado de São Paulo surge em 1924), além de terem conseguido se organizar nacionalmente já na década de 60.

Além dessa “tradição organizacional” dos banqueiros (mais tradicional se comparada com a organização associativa de outros atores financeiros), outra variável política que fortalece o argumento da representatividade dos banqueiros dentro da fração financeira é a capacidade organizativa deles. Dentro da FEBRABAN, ao contrário da maior parte das associações de empresários do Brasil, foi institucionalizada a participação de instituições públicas dentro da entidade. Bancos públicos fazem parte da entidade civil de representação dos banqueiros. A capacidade de incorporação dessas instituições públicas dentro da entidade, que além de apontar para uma capacidade de organização dos principais agentes econômicos de sua base, também cria a possibilidade de uma relação diferenciada com o Estado (o que será discutido no capítulo 2).

Ou seja, variáveis econômicas e políticas mostram a grande relevância dos bancos dentre os diversos atores financeiros dentro da economia brasileira. Nesse

sentido, consideramos plausível a afirmação de que um estudo empírico sobre banqueiros permite a identificação de certas características da fração financeira da burguesia.

Mas o problema da representação não se resume apenas a afirmar se existe ou não a representatividade. Na verdade, por se tratar de um conceito que permite a “transição” de um conhecimento empírico sobre um grupo e a formulação abstrata de características de certa fração de classe, o processo de representação torna-se o problema de nossa pesquisa. O conceito de representação, mais que justificar nossa pesquisa, ajuda a problematizar os aspectos dos banqueiros que são relevantes para o entendimento da fração financeira.

A primeira característica do processo representativo que desejamos chamar a atenção é aquilo que GRAMSCI trata na seguinte passagem:

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, dessa forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é a força social¹. (GRAMSCI, v.1, Q 11, §67, p.222)

Pretendemos em nosso estudo sobre FEBRABAN verificar uma ligação orgânica, vivida, dos banqueiros dentro da instituição representativa. Aqui é importante diferenciarmos essa abordagem daquilo que KINZO chama de “concepção descritiva” de representação. Segundo essa concepção:

uma pessoa representa a outra por ser suficientemente semelhante a elas. É portanto a existência de uma correspondência de características que assegura a representação e a relação representante-representados. (KINZO, 1978, p.14)

Quando levantamos a hipótese de a FEBRABAN ser aderida organicamente ao setor financeiro, não pretendemos prová-la simplesmente mostrando que seus integrantes são banqueiros ou possuam as características individuais destes, mas sim pretendemos mostrar a instituição FEBRABAN enquanto um espaço relevante de formação de relações sociais entre os integrantes da fração financeira da

¹ Citamos esse trecho de GRAMSCI inspirados no texto de FERNANDES (2010), o qual desenvolve um debate de representação quando discute a concepção de partido em MICHELS e GRAMSCI.

classe burguesa. Nesse sentido que o estudo da organização dos banqueiros torna-se relevante.

A respeito da semelhança de características entre representantes e representados, MARX é bem claro:

Não se deve imaginar, tampouco, que os representantes democráticos sejam na realidade todos shopkeepers (logistas) ou defensores entusiastas destes últimos. Segundo sua formação e posição individual podem estar tão longe deles como o céu da terra. O que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida, de que são conseqüentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é, em geral, a relação que existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam. (MARX, 2002, p.55).

Ao mesmo tempo em que refuta a concepção de representação baseada na relação de características entre representantes e representados, MARX nos apresenta a segunda dimensão da representação que iremos estudar; a dimensão das idéias. Além de estudar o processo de organização dos banqueiros em uma instituição representativa, também pretendemos identificar a tomada de posição dos banqueiros dentro da cena política.

E seguindo esses dois critérios de representatividade, selecionamos como temas de estudo de nossa dissertação tanto o processo de organização associativa dos banqueiros, como também o posicionamento político destes.

Consideramos que, ao analisar tanto a organização quanto o posicionamento dos banqueiros, agentes diretamente vinculados a alguma instituição bancária e que exercem papel político em nome dessa instituição (seja participação na associação representativa, seja pronunciamentos na mídia), estamos realizando uma coleta de material empírico que consegue identificar certas características da fração financeira da burguesia no Brasil.

1.2 Fração financeira da burguesia.

Pretendemos nesse tópico discutir qual é o conceito de fração financeira a que nos referimos. Tal discussão mostra-se relevante pela importância que o conceito de capital financeiro desenvolvido por Rudolf Hilferding possui dentro da

teoria marxista. Como não será este conceito que utilizaremos, verificamos a necessidade de deixar claro o porquê de não o utilizarmos e também especificar o que estamos querendo dizer quando falamos “fração financeira da burguesia”.

Quando HILFERDIN busca problematizar os novos fenômenos econômicos de sua época, mostrando a incapacidade da teoria econômica do início do século XX de compreendê-los, ele enuncia algumas questões importantes para a compreensão do seu conceito de capital financeiro.

A auréola do misticismo que acompanha em geral a condição superior do capital torna-se um mistério impenetrável. A dinâmica característica do capital financeiro que se apresenta como forma autônoma, embora reflexa; as múltiplas formas que esse movimento assume; a dissociação e independência conquistada por esse movimento em relação ao capital industrial e comercial – tudo isso são fenômenos que requerem uma análise tanto mais urgente quanto mais rapidamente cresce o capital financeiro (...). (HILFERDING, 1985, p.27).

A questão que consideramos importante da seguinte passagem é a consideração da dinâmica do capital financeiro enquanto autônoma, embora reflexa. Se ela é reflexa, ela é reflexa de algo. Essa passagem mostra que a dinâmica autônoma que o capital financeiro assume é reflexa do movimento que o capital como um todo passa a ter; ou seja, uma dinâmica construída historicamente a partir do conjunto de relações entre diferentes capitais.

Em especial, as relações entre dois capitais específicos mostram-se importantes na definição do autor de capital financeiro; o capital bancário e o capital industrial.

Sobre o segundo tipo de capital, nos chama a atenção como HILFERDING trabalha com as transformações dos proprietários do capital industrial. O autor trata o surgimento das empresas autônomas como um processo no qual o capitalista industrial muda suas características; ocorre a transformação do capitalista industrial em capitalista monetário dentro do processo de formação das sociedades anônimas, o que para o autor representa “*a liberação do capitalista industrial de suas funções de empresário industrial*”.

A diferença entre esses dois tipos de capitalistas seria a forma como os dois dispõem de seu capital. Enquanto o industrial imobiliza grande volume de

capital dentro da empresa e o aplica produtivamente², o capitalista monetário não necessita aplicar tais volumes de dinheiro em apenas uma empresa e, através dos mercados que negociam as ações³, possuem à sua disposição a possibilidade de transformar esse capital (no caso fictício, pois não são produtivos e representam apenas um direito de recebimento de dividendos futuros) em dinheiro novamente.

Ao lado desse processo de transformação do capitalista industrial em capitalista monetário, também existe a forma como o capital bancário se coloca dentro do processo de acumulação. Além de participarem ativamente no processo de criação dessas sociedades anônimas e entrarem no ritmo de concentração posta por esse processo; os bancos, atuando com dinheiro de terceiros, com capitais improdutivos, possuem a capacidade de deslocar altos volumes de capitais para as empresas; volumes esses maiores que a soma das propriedades dos capitalistas industriais.

Portanto, aliado ao primeiro processo de transformação do capitalista industrial em capitalista monetário, também temos a transformação do capital bancário em capital industrial, com o crescimento do investimento do primeiro sobre o segundo. Sobre o conceito de capital financeiro, HILFERDING coloca:

Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. (...)

O capital financeiro desenvolveu-se com o desenvolvimento da sociedade anônima e alcança seu apogeu com a monopolização da indústria. O rendimento industrial ganha um caráter seguro e contínuo; com isso, a possibilidade de investimento de capital bancário na indústria ganha extensão cada vez maior. Mas o banco dispõe do capital bancário, e os proprietários majoritários das ações bancárias dispõem do domínio sobre o banco. É evidente que, com a crescente concentração da propriedade, os proprietários do capital fictício, que dá o poder aos bancos, e os proprietários do capital que dá poder à indústria são cada vez mais as mesmas pessoas. (HILFERDING, 1985, p.219).

Dessa forma, podemos observar que o conceito de capital financeiro de HILFERDING trata do processo de fusão do capital bancário e industrial. Ao mesmo tempo em que o capitalista industrial passa a ser cada vez mais um

² A única forma de recuperar monetariamente esse capital seria através da venda da empresa, o que implicaria no surgimento de outro capitalista industrial que o substituiria.

³ Que não são capitais produtivos propriamente ditos, mas apenas direitos de receber dividendos.

capitalista monetário, o capitalista banqueiro passa cada vez mais a deter a propriedade de parcelas significativas da indústria.

Mas temos que considerar que todo esse processo não é considerado como inevitável, ou como um “dado” histórico. Esse processo seria possível segundo as tendências que os capitais industriais e bancários possuíam na época. A idéia de tendência é muito importante para o entendimento do conceito, pois é ela que fornece tanto os indicativos das razões pelas quais o processo histórico ocorre, como também abre a possibilidade de existirem contra-tendências e também de simplesmente a tendência não ter efetividade, dependendo da formação social ou da instância que está sendo estudada.

Sobre a fração financeira no Brasil, existem estudos que enfatizam as tendências de fusão do capital bancário e industrial. COSTA (2002), fazendo uma análise histórica dos principais bancos brasileiros (dos bancos grandes que “sobreviveram” depois da década de 90), mostra que todos eles faziam parte de grupos economicamente fortes que contavam com empresas não-financeiras. MICK (1998), refletindo sobre as transformações do sistema financeiro brasileiro durante a década de 90 percebe que, com o processo de privatizações, ocorreu um aumento da participação dos grandes bancos em setores não-financeiros.

Mas da mesma forma que existem fenômenos que corroboram com as tendências de fusão do capital bancário com o industrial, também temos contra-tendências de ordem econômica. Esse é o caso das resoluções do Banco Central do Brasil do final da década de 90⁴ analisadas por SILVEIRA e MEIRE (2002). Segundo os autores:

O Banco Central não proíbe a participação ou controle acionário de empresas pelos bancos, mas inibe essa participação ao determinar que os bancos que não se enquadrarem nesta resolução são obrigados a abrir todas as contas de suas empresas controladas e coligadas inclusive as empresas em que os bancos têm como sócios instituições não financeiras.

Esta medida, indiretamente, obriga os bancos a se desmobilizarem com o objetivo de alocar seus recursos próprios no giro do seu próprio negócio que é a atividade bancária, e não no controle de empresas. Foi uma medida para diminuir o seu grau de imobilização e diminuir o grau de exposição ao risco do setor bancário. (SILVEIRA e MEIRE, 2002, p.39).

⁴ Resoluções 2.699/99 e 2.674/99.

O que essas medidas nos mostram é que regulações no sistema bancário efetuadas pelo Estado podem servir de contra-tendência ao processo de fusão do capital bancário com o capital industrial. Na instância econômica, encontramos assim uma série de tendências e contra-tendências que geram uma grande dificuldade em definirmos o nível de fusão entre as duas frações.

Já na instância política, acreditamos que essa fusão não é apenas impedida por contra-tendências, mas ela simplesmente não teve efetividade. Se analisarmos as organizações representativas dos empresários brasileiros, percebemos que os banqueiros sempre possuíram instituições separadas das industriais. Sempre se organizaram de maneira independente em relação às outras frações da burguesia.

Isso significa que no nível das associações representativas, a tese de fusão das duas frações perde capacidade explicativa. Esse indicador político (organização em associações) é um dos argumentos que reforçam nossa tese de que a fração financeira é distinta da industrial; e por isso precisamos de um conceito de capital financeiro que desenvolva tal distinção. É esse o motivo de não mobilizarmos o conceito de “capital financeiro” de HILFERDING.

Para desenvolvermos um conceito de “fração financeira” distinta da “fração industrial”, recuperaremos dois conceitos trabalhados por Karl Marx no livro 3 d’O Capital”, que são os conceitos de “Capital de Comércio de Dinheiro”⁵ (Volume 5, parte 4, capítulo XIX) e o de “Capital portador de Juros” (Volume 5, parte quinta, capítulo XXI). Tais conceitos englobam aspectos que podem ser atribuídos à fração financeira da burguesia no Brasil.

Sobre o primeiro, MARX define da seguinte forma:

Os movimentos puramente técnicos que o dinheiro realiza no processo de circulação de capital industrial e, como podemos acrescentar agora, do capital de comércio de mercadorias (...) – esses movimentos autonomizados como função de um capital específico que os executa, e só eles, como operações que lhe são peculiares, transformam esse capital em capital de comércio de dinheiro. (MARX, 1984, p.237).

⁵ Seguindo as recomendações da banca de qualificação, percebemos o problema da tradução d’O Capital” nesse capítulo específico, em especial a utilização da palavra “capital financeiro”. Nesse sentido, utilizamos para esse conceito específico a tradução da editora Abril de 1984.

Esses movimentos que MARX está tratando é o funcionamento do dinheiro enquanto meio de pagamento e meio de circulação de mercadorias em uma economia:

Se o dinheiro funciona aqui como meio de circulação ou como meio de pagamento, depende da forma da troca de mercadorias. Em ambos os casos, o capitalista precisa pagar dinheiro constantemente a muitas pessoas e constantemente receber dinheiro em pagamento de muitas pessoas. Essa operação meramente técnica de pagar dinheiro e cobrar dinheiro constitui um trabalho em si que, à medida que o dinheiro funciona como meio de pagamento, torna necessários cálculos de balanços, atos de compensação. Esse trabalho é um custo de circulação, e não um trabalho criador de valor. Ele é abreviado por ser efetuado por uma categoria específica de agentes ou capitalistas, que o faz para todo o resto da classe capitalista. (MARX, 1984, p.238)

Portanto, por “capital de comércio de dinheiro”, MARX trata da função específica de certa fração de capitalistas que se dedica à operacionalidade técnica de um sistema de pagamentos adequado ao processo de reprodução do capital. Aqui, o rendimento de tais capitalistas é visto como a dedução de parte da mais-valia dentro do próprio ciclo de reprodução do capital, dentro da circulação. Tal conceito trata apenas de determinado aspecto da atividade bancária.

O comércio de dinheiro na forma pura, na qual aqui o consideramos, isto é, separado do sistema de crédito, só tem a ver, portanto, com a técnica de um movimento da circulação das mercadorias, a saber da circulação monetária, e com diversas funções do dinheiro daí decorrentes. (MARX, 1984, p.241).

Por “Capital de comércio de dinheiro” MARX compreende apenas as atividades bancárias referentes ao papel desses atores dentro da viabilização de um sistema de pagamentos. Esse conceito é fundamental para pensarmos o desenvolvimento da fração financeira da burguesia, porque essa função de “comércio de dinheiro” cresce na medida em que o sistema capitalista avança e torna-se mais complexo, na qual esse sistema de recebimento e pagamento precisa se adequar a esse avanço.

Esse conceito chama a atenção para o papel direto que os bancos possuem dentro do processo de reprodução do capital. Mas não é somente esse o papel dos atores financeiros dentro de uma economia capitalista, segundo MARX; ainda existe o papel de financiador das atividades econômicas, que é tratado pelo conceito de “Capital portador de Juros”.

Diferente da atividade econômica que faz a intermediação do dinheiro dentro da circulação, ou seja, interna ao próprio ciclo de reprodução do capital, o papel do crédito funciona com certa externalidade em relação à esse ciclo; externo não no sentido de não participar, mas sim de não estar no meio do processo. O papel do crédito está no início e no fim do ciclo de reprodução do capital.

Além de seu papel diferenciado dentro do ciclo de reprodução do capital, o funcionamento do crédito se dá de maneira diversa das transações econômicas pertencentes à esfera da circulação. O dinheiro e a mercadoria, quando operam dentro da circulação, ocupam apenas...

o ofício de mercadoria e o de dinheiro. Em nenhuma fase isoladamente considerada da metamorfose vende o capitalista a mercadoria ao comprador como capital, embora ela configure para ele capital, ou cede dinheiro ao vendedor como capital. Nos dois casos, a mercadoria cedida não passa de mercadoria e o dinheiro não passa de dinheiro, de meio de compra de mercadoria. (MARX, 1980, p.396).

Ou seja, no processo de circulação, o dinheiro e a mercadoria não se configuram enquanto capital. Já com relação ao capital portador de juros o funcionamento é diferente. Nesse caso, o dinheiro enquanto capital torna-se uma mercadoria.

O processo de circulação é marcado por trocas, em que mercadorias e dinheiro se transferem aos respectivos compradores e vendedores, os quais transferem as propriedades de seus bens, mas mantém o valor em suas posses⁶. O funcionamento do capital portador de juros é inteiramente diferente. Primeiro, não existe troca, mas sim empréstimo, ou seja, quem emprestou não recebe imediatamente um correspondente de mesmo valor. Segundo, a propriedade jurídica do capital mantém-se nas mãos de quem cedeu o empréstimo. Terceiro, existe a real transferência de valor para quem recebeu o empréstimo, valor esse que possui a característica de ser capital pois possui a capacidade de no final do processo produtivo possibilitar a produção do mais-valor.

O ato do empréstimo ocorre no início e no final do ciclo de reprodução do capital. Quando o produtor B não possui o capital necessário para produzir, ele empresta de A. Após a cessão por parte de A de capital, B é possibilitado de iniciar o processo de reprodução do capital. Ao final do ciclo realizado por B, este

⁶ Afinal receberam produto equivalente ao que anteriormente possuíam.

se vê de posse não só do capital cedido por A, mas sim de um valor acrescido, correspondente ao mais-valor. Esse mais-valor é dividido por B e por A; a parte que cabe a B chama-se lucro, e a parte que cabe a A chama-se juros.

Tento em vista o processo acima, percebe-se que a relação entre B e A (recebimento e devolução de valor) ocorre apenas no início e no fim do processo de reprodução do capital. É uma relação que aponta mais uma transferência jurídica do que um fenômeno propriamente econômico.

Sendo o capital mercadoria de natureza peculiar, possui modo particular de alienação. Por isso o retorno não expressa a consequência e o resultado de determinada série de ocorrências econômicas, mas provém de um pacto jurídico especial entre comprador e vendedor. (MARX, 1980, p.403)

A externalidade do Capital portador de juros com relação à reprodução do capital é dada pela sua forma, enquanto transação jurídica. Porém, o recebimento por parte de A de seu capital acrescido de juros depende do ciclo real do capital⁷ efetivado por B.

Essa externalidade, portanto, não se apresenta enquanto independência do capital portador de juros em relação ao capital produtivo. O que essa externalidade mostra é o maior nível de reificação que as relações capitalistas atingiram. O capital mercantil, embora possuísse certo nível de reificação (afinal a origem dos rendimentos aparece como originária das relações de circulação) ainda assim atribuía seu produto a um tipo de relação social, à troca. Já o capital portador de juros atribui seu produto final (os juros) à capacidade de determinada coisa, descolada das relações sociais (MARX, 1980, p.450). Nesse último caso, o capital passa a possuir a propriedade de valorizar-se a si mesmo, característica inata da coisa, da mesma forma que *“dar peras é propriedade de uma pereira”* (MARX, 1980, p.451-452).

O funcionamento do capital portador de juros seria portanto a redução das relações capitalistas (D – M – D') aos seus dois extremos. *“É a fórmula primitiva e*

⁷ A maneira de retorno é determinada portanto em cada caso pelo ciclo real do capital que se reproduz e das suas variedades particulares. Mas, para o capital adiantado, o retorno toma a forma de reembolso, pois o adiantamento, a cessão dele, tem forma de empréstimo. (MARX, 1980, p.398)

geral do capital, concentrada numa síntese vazia de sentido” (MARX, 1980, p.451), isso porque as relações sociais desaparecem da explicação da criação do valor, sendo esta explicada pelo atributo inato do capital.

Ao selecionarmos esses dois conceitos de MARX como importantes na nossa definição de fração financeira, justificamos a seleção dos banqueiros como nosso objeto de estudo. Existem uma série de agentes econômicos que poderiam ser enquadrados como “pertencentes” à esfera financeira (cooperativas de crédito, agências de fomento, empresas de cartão de crédito, instituições especializadas em seguros, *leasing*, etc.), mas os bancos são aqueles que dentro da estrutura financeira mais se enquadram nesses dois conceitos.

Ao mesmo tempo em que funcionam como “viabilizadores do sistema de pagamentos” de uma economia (recebendo depósitos, criando mecanismos para transferências financeiras entre agentes econômicos), também emprestam dinheiro e atuam como “capital portador de juros”.

A palavra “banco” é usada pelo Banco Central do Brasil para denominar seis tipos diferentes de instituições: bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, caixa econômica, bancos de desenvolvimento e bancos de câmbio. Nossa definição de banco trabalhará apenas com os quatro primeiros tipos de instituições, pois as duas últimas não se enquadram nos dois conceitos trabalhados por MARX. Os bancos de desenvolvimento não atuam diretamente como viabilizadores do sistema de pagamentos, pois trabalham focados na concessão de crédito a setores econômicos; já os bancos de câmbio atuam focados nas operações de câmbio, não sendo entidades que emprestam dinheiro.

Os bancos comerciais são definidos pelo Banco Central como:

Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode também captar depósitos a prazo. (BANCO CENTRAL⁸)

Os Bancos comerciais, basicamente, são os bancos de “varejo”, que atendem tanto pessoas físicas como jurídicas, operando com uma diversidade

⁸ Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pre/composicao/bc.asp>. Acesso em: 07/02/2012.

muito grande de transações financeira. São diferentes dos bancos de investimento, que atendem um público específico voltado a transações financeiras voltadas para investimento, como o próprio nome sugere. Os Bancos de investimento são definidos pelo Banco Central como:

Os bancos de investimento são instituições financeiras privadas especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros. Devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima e adotar, obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão "Banco de Investimento". Não possuem contas correntes e captam recursos via depósitos a prazo, repasses de recursos externos, internos e venda de cotas de fundos de investimento por eles administrados. As principais operações ativas são financiamento de capital de giro e capital fixo, subscrição ou aquisição de títulos e valores mobiliários, depósitos interfinanceiros e repasses de empréstimos externos. (BANCO CENTRAL⁹)

Além desses dois modelos de bancos, existem também as instituições que atuam nesses dois segmentos, ou seja, atuam como bancos comerciais, de investimento, e também em outros segmentos bancários. Os bancos Múltiplos são assim definidos pelo Banco Central:

Os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. (...) . O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista (BANCO CENTRAL¹⁰).

Esse tipo de instituição congrega diversas funções atribuídas aos bancos dentro do sistema econômico. Esse é o modelo no qual se enquadram os maiores bancos brasileiros, tanto públicos como privados. E o quarto tipo de instituição, caixa econômica, seria um modelo de banco próximo aos bancos comerciais mas com algumas características específicas:

A Caixa Econômica Federal, criada em 1.861, está regulada pelo Decreto-Lei 759, de 12 de agosto de 1969, como empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. Trata-se de instituição assemelhada aos bancos comerciais, podendo captar depósitos à vista, realizar operações ativas e efetuar prestação de serviços. Uma característica distintiva da Caixa é que ela prioriza a concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e

⁹ Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pre/composicao/bi.asp>. Acesso em: 07/02/2012.

¹⁰ Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pre/composicao/bm.asp>. Acesso em 07/02/2012.

esporte. Pode operar com crédito direto ao consumidor, financiando bens de consumo duráveis, emprestar sob garantia de penhor industrial e caução de títulos, bem como tem o monopólio do empréstimo sob penhor de bens pessoais e sob consignação e tem o monopólio da venda de bilhetes de loteria federal. (BANCO CENTRAL¹¹)

Esse modelo de banco é descrito pelo Banco Central nominando diretamente a Caixa Econômica Federal porque atualmente este é o único banco brasileiro que se enquadra nesse tipo. Antigamente existiam outros bancos públicos estaduais que também se enquadravam nessa tipologia, mas todos foram vendidos ou para bancos privados ou para bancos públicos.

Os quatro tipos de bancos que iremos considerar trabalham, portanto, com captação de recursos de terceiros, possuem mecanismos de transferências de recursos que permitem o funcionamento do sistema de pagamentos da economia, e concedem empréstimos. Claro que essas não são as únicas atividades desses bancos, mas consideramos essas atividades centrais na seleção do nosso objeto tendo em vista os conceitos de MARX que estamos mobilizando para tratar do “capital financeiro”.

1.3 Mundialização e a acumulação financeira do capital.

Mas além de caracterizar as instituições econômicas dos banqueiros, se desejamos analisar a organização e o posicionamento dos banqueiros, devemos realizar o esforço de contextualizá-los dentro do sistema econômico, tanto brasileiro como mundial.

Durante as últimas décadas, podemos observar uma flexibilização das regras para o funcionamento do sistema financeiro em uma vasta gama de países, assim como transformações tecnológicas e produtivas que ampliaram a participação de determinados agentes econômicos em diferentes países.

Esse conjunto de fenômenos heterogêneos costuma ser reunido sob a palavra “globalização”, que em determinados momentos é trabalhado enquanto

¹¹ Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pre/composicao/cef.asp>. Acesso em: 07/02/2012.

conceito acadêmico, em outros é tratado enquanto termo presente no senso comum. Sobre globalização, CHESNAIS (1997, p.17) o trata como um termo que *“tornou-se sinônimo de uma corrida em relação a processos e mecanismos sobre os quais os políticos, empresários e banqueiros reconhecem ter cada vez menos controle”*. Este seria um termo, ao mesmo tempo que possui uma vasta utilização, passa a ser demasiado genérico, o que leva CHESNAIS a desenvolver um conceito próprio para tratar desses fenômenos globais.

O conceito forjado por CHESNAIS foi o de “mundialização”. Sobre este, o autor assim o define:

A expressão mundialização financeira designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados. (CHESNAIS, 1998, p.12)

Tendo em vista que nossa pesquisa necessita localizar com um certo nível de precisão o contexto político (tanto nacional como internacional) da fração financeira da burguesia, consideramos o conceito de mundialização útil na medida em que contextualiza historicamente o processo de transformação dos sistemas financeiros em nível global.

Mas esse conceito foi formado dentro de um debate acadêmico no qual teorias econômicas importantes tiveram participação. Como CHESNAIS coloca no livro que organizou (*A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*), as formas que a finança alcançou necessitava de um grupo de teóricos em diálogo para ser analisado, teóricos vindos tanto da corrente marxista como da corrente keynesiana. Era necessário, para o autor, que existisse um debate coletivo com os autores críticos aos processos econômicos característicos da forma de acumulação que havia se instaurado. E, inclusive, a seleção de autores para compor o referido livro foi justamente nesse sentido.

Dessa forma, enquanto a seleção do conceito de “mundialização” nos ajuda ao dar precisão da realidade na qual nosso objeto está presente, ele ainda requer uma precisão teórica. Ainda precisamos deixar claro qual aparato teórico usaremos na utilização do conceito de mundialização.

Trabalharemos especificamente com a corrente marxista que participou da construção desse conceito, corrente essa integrada pelo próprio CHESNAIS. Para essa linha que escolhemos, a idéia de acumulação financeira de capital como padrão de acumulação do capital em nosso momento histórico é fundamental.

Por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços. (CHESNAIS, 2005, p.37).

Trata-se de uma forma específica de acumulação de capital que privilegia determinado tipo de capital. Esse tipo específico de capital chama-se “capital portador de juros”, termo utilizado para intitular o artigo de CHESNAIS (2005).

Como havíamos colocado, na perspectiva de MARX, o capital portador de juros seria a forma mais reificada de reprodução do capital, pois o rendimento deixa de ter referência em relações sociais e passa a ser atributo do próprio capital.

E seria nesse sentido que a teoria do fetichismo se estende ao capital portador de juros em MARX segundo CHESNAIS (1997. p.17-18). Essa forma altamente reificada de relação capitalista, concessão total à coisa da capacidade de criação de valor, e retirada do papel do sujeito social desse processo, teria alcançado posição cada vez mais importante no regime de acumulação de capital atual.

O caráter fictício das relações capitalistas multiplicou-se com o ressurgimento, numa escala sem precedentes históricos, das operações do capital que conserva a forma monetária e se valoriza por punções sobre os rendimentos da produção de valor e de mais-valia, sem sair da esfera financeira. (CHESNAIS, 1997, p.18).

Nesse momento entramos em um segundo conceito que possui origem no “capital portador de juros”, mas que não é exatamente a mesma coisa. Estamos falando do conceito de capital fictício. Enquanto o capital portador de juros seria basicamente o capital emprestado a outrem, um capital que entra na esfera da reprodução do capital pela ação de um segundo capitalista, o capital fictício seria um papel que atribui ao detentor o direito jurídico de receber dividendos, mas que não necessariamente possui um valor correspondente na produção.

Com o desenvolvimento do capital portador de juros, ou seja, com o desenvolvimento dentro da esfera da circulação de um espaço de negociação de capital, desenvolve-se um “mercado de capitais”, no qual as empresas adquirem a capacidade de financiar suas atividades através de emissão de títulos. Esses consistem em papéis que atribuem ao detentor o direito de receber de tempos em tempos certo dividendo. A compra inicial desses papéis gera um recurso que o emissor do papel recebe, mas não necessariamente esse recurso se tornará capital. Mas o fato de esse recurso não tornar-se capital não impede que esses papéis sejam negociados dentro desse mercado de capitais.

MARX (1980) tratou dos títulos emitidos pelos Estados, os títulos públicos de dívida, como um dos exemplos mais claros dessa não necessidade. Quando algum Estado emite um título, não interessa para o investidor se aquele capital entregue ao Estado realmente tornou-se capital; o que interessa é apenas que o Estado pague devidamente a obrigação jurídica imposta por esses papéis.

Sobre o conceito de capital fictício em MARX, GUTTMANN coloca:

Segundo Marx, este abrangeria créditos envolvendo compromissos de caixa futuro (títulos), cujo valor é determinado unicamente pela capitalização do rendimento previsto, sem contrapartida direta em capital produtivo. (GUTTMANN, 1998, p.78)

Então, o capital portador de juros enquanto capital emprestado, que possui uma externalidade ao ciclo de reprodução do Capital, ainda assim possuiria um grau maior de dependência com o ciclo real de reprodução do capital do que o capital fictício. Capital fictício denomina um tipo de capital que possuiria um grau ainda maior de externalidade em relação ao processo de reprodução real do capital.

A irresistível atração da especulação monetária e dos outros veículos de capital fictício derivam do fato de esses instrumentos poderem prosperar relativamente isolados do resto da economia. O capital de empréstimo depende diretamente dos lucros industriais e dos ganhos obtidos com outros contratos, sendo os juros uma parte desses ganhos. Já o capital fictício, embora se alimente das transferências cujas raízes estão na esfera da produção real, não se identifica com o capital produtivo utilizado na indústria. Ao evitar ficar cristalizado e imobilizado no aparelho produtivo do capital industrial, como acontece com os empréstimos, o capital fictício circula com maior liberdade e, nesse processo (como apontava Marx), vive várias vidas diferentes. (GUTTMANN, 1998, p.84).

Esse maior grau de autonomia, ou seja, o valor de troca desse capital fictício ter menor relação com o ciclo concreto de reprodução, não significa completa independência. Isso significa que o capital fictício tem a capacidade de se valorizar mesmo sem uma correspondente valorização de um capital concreto. Mas também, como aponta GUTTMANN (1998, p.84), podem se desvalorizar tão rapidamente quanto foram valorizados, dependendo das condições peculiares desse “mercado de capitais”, que possuem características próprias de reação à notícias vindas do setor produtivo.

Mas qual seria a explicação dada por essa corrente acerca dos motivos que possibilitaram a ascensão dessa acumulação financeira como padrão de acumulação de capital? Segundo CHESNAIS:

A gradativa reconstituição de uma massa de capitais procurando valorizar-se de forma financeira, como capitais de empréstimo, só pode ser compreendida levando em conta as crescentes dificuldades de valorização do capital investido na produção. (CHESNAIS, 1998, p.16)

É justamente o maior distanciamento com relação à produção, a capacidade desse capital de valorizar-se sem um correspondente produtivo, que seria o fundamento da posição que o capital financeiro possui dentro do processo de reprodução do capital atualmente.

Mas a construção histórica desse posicionamento do capital financeiro não é explicada apenas como uma decisão “econômica” do capital em escolher o setor mais lucrativo. Essa corrente considera que esse sistema de reprodução do capital foi construído historicamente por uma série de eventos.

CHESNAIS faz uma periodização complexa do desenvolvimento da acumulação financeira, desde as condições iniciais postas a esse modelo, passando pelas transformações durante o processo de sua implementação, até uma análise das condições atuais desse padrão de acumulação.

A respeito do processo de implementação desse modelo, pela análise histórica realizada por CHESNAIS, identificamos como fator relevante nesse processo as *“medidas de liberalização e de desregulamentação de 1979-81 que deram nascimento ao sistema de finança mundializado tal como o conhecemos.”* (CHESNAIS, 2005, p.44). Esse processo teria acontecido em nível global.

Mais do que uma decisão deliberada, a liberalização e a transformação em títulos dos compromissos públicos foram o resultado de um processo de contágio. Qualquer Estado que quisesse colocar bônus do Tesouro nos mercados liberalizados estava forçado a se alinhar às práticas norte-americanas. (CHESNAIS, 2005, p.44).

Esse contágio seria o fator explicativo do alcance global desse processo de transformações a nível financeiro; mas segundo o autor, esse contágio não aconteceu de forma uniforme, ou eliminou os sistemas financeiros nacionais. Essas mudanças integraram esses sistemas “*de maneira ‘imperfeita’ ou ‘incompleta’, em um conjunto que tem muitas peculiaridades*” (CHESNAIS, 2005, p.44). Como peculiaridades o autor elencou: sistema fortemente hierarquizado (dominância dos Estados Unidos); ausência de uma supervisão e controle; e configuração geopolítica determinada pelos atores financeiros.

Percebemos dessa forma que o processo de transformação e de funcionamento da “finança mundializada” é marcado pelo jogo político estabelecido pelo posicionamento hierárquico dos diferentes sistemas financeiros nacionais e pelas relações políticas entre os atores financeiros e os agentes dos Estados.

Segundo CAMARA e SALAMA, autores que participaram do livro organizado por CHESNAIS (2005), a inserção dos países “em desenvolvimento” dentro do sistema financeiro mundializado ocorre de maneira diferenciada:

Fazendo uma diferenciação por região e por tipo de financiamento (empréstimos bancários, investimentos em carteira e investimentos diretos), mostramos que a África permanece uma região inserida pela dívida, enquanto a América Latina é mais pelos investimentos em carteira e a Ásia pelos investimentos diretos. (CAMARA e SALAMA, 2005. p. 220)

No caso brasileiro especificamente, os autores também destacam a importância do investimento direto estrangeiro. Segundo os autores, esse tipo de investimento na América Latina foi muito concentrado na década de 90 em alguns países; na primeira metade ele ficou concentrado no México e na segunda metade ficou concentrado no Brasil (CAMARA e SALAMA, 2005. p. 210).

Esse tipo de inserção teria gerado uma situação de grande volatilidade no crescimento dos países latino-americanos, criando o que ele chamaram de uma

crise de “novo tipo”, e também geraram fortes restrições nos balanços de pagamentos dos países.

O Brasil, portanto, se insere dentro do sistema da “finança mundializada” de uma maneira periférica e dependente, mas de importância considerável entre os países que se enquadram nessa categoria.

1.4 Definição de neoliberalismo: sentido geral de política neoliberal e especificidades do período do governo Lula.

Externamente estava se configurando um novo regime de acumulação de capital, financeirizado. Como falamos, esse regime foi difundido em diferentes países por esse processo de “contágio” provocado por pressões econômicas. Mas as pressões não são explicadas somente enquanto processo econômico, mas também enquanto processo político. CHESNAIS destaca que o sistema financeirizado torna-se fortemente hierarquizado, posicionando politicamente certos países em situação superior.

Essas pressões foram capazes de alterar o posicionamento dos atores políticos dos países periféricos, como é o caso brasileiro. Essa alteração de posicionamento produziu um modelo político difundido em vários países. O modelo ao qual nos referimos é o capitalista neoliberal¹². O modelo capitalista neoliberal é entendido por nós como um plano de implementação de medidas políticas orientadas a beneficiar certa classe ou frações de classe.

Como demonstram os estudos de DUMÉNIL e LÉVI (2004), acerca da concentração de renda nos Estados Unidos, e FILGUEIRAS (2006), acerca da diminuição da participação dos salários na renda nacional no Brasil, o modelo capitalista neoliberal pode ser entendido como uma ofensiva das classes

¹² No debate acerca de neoliberalismo existem as distinções acerca da dimensão ideológica neoliberal, da construção do projeto político e da implementação prática dos preceitos neoliberais. Em nosso trabalho, a idéia de modelo neoliberal se refere à implementação prática de políticas, as quais possuem relações com as formulações teóricas que embasam o pensamento neoliberal. Para esse debate ver FILGUEIRAS (2006) e CRUZ (2007).

dominantes sobre as classes dominadas, visto que existe uma concentração crescente de riqueza pelos primeiros.

Embora tenhamos apresentado essa definição geral, consideramos este um modelo implantado em diferentes períodos históricos e com diferentes intensidades, dependendo do país. As análises que tratam sobre o processo de implementação do neoliberalismo no Brasil avaliam este como tardio, se comparado com os outros países da América Latina (CRUZ, 2007), tendo como grande referência a década de 90 (POCHMANN, 2001; FIORI, 2001). Nessa década observamos, através das políticas de abertura comercial e financeira, das privatizações, do redirecionamento dos gastos públicos, e da ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas, o início do processo de implementação do projeto neoliberal.

Essa diversidade de políticas implementadas no Brasil dos anos 90 atendem de forma desproporcional as diferentes frações da burguesia dentro do bloco no poder. A análise de BOITO (1998), utilizando a metáfora dos círculos concêntricos, busca justamente apresentar essa desproporção. A ofensiva contra os direitos trabalhistas e sociais seria representada por um círculo maior, abarcando uma parte mais abrangente do bloco no poder (no caso abarcaria os interesses do bloco como um todo). A política de privatização seria representada por um círculo intermediário, pois esta só abarcou a parte do grande capital (tanto industrial como financeiro) dentro do bloco no poder. E as políticas de abertura comercial e financeira¹³ seriam representadas pelo círculo mais restrito, abarcando somente a fração financeira da burguesia e o capital imperialista.

Essa metáfora buscou apresentar de maneira didática que determinadas políticas neoliberais abarcavam ou excluíaam os interesses de certas frações, e como cabe ressaltar, a fração financeira da burguesia é vista como a fração mais favorecida pelo modelo capitalista neoliberal implementado no Brasil na década de 90.

¹³ Aqui destacamos que por abertura financeira seria a liberalização dos fluxos de capitais. Na concepção de BOITO (1998), a abertura para serviços financeiros também não foi imediatamente aprovada pela fração bancária.

Foi durante a década de 90 que houve o processo de abertura financeira no Brasil. FREITAS (1999) e os outros autores do livro “Abertura do sistema financeiro no Brasil na década de 90”, fazem uma análise acurada das medidas do governo no processo de abertura do sistema financeiro nacional¹⁴. Na década de 90 houve as grandes transformações do sistema financeiro nacional; já na década de 2000, a abertura financeira já tinha sido realizada.

A essa primeira diferença entre a década de 90 e a década de 2000, que se refere ao aspecto mais estrutural do sistema financeiro, pode ser somadas outras diferenças, como as relacionadas à aplicação de políticas econômicas do governo. Como BOITO (2006) chama a atenção, enquanto no governo FHC tivemos um crescente déficit dentro da balança comercial, no governo Lula houve uma política econômica de reversão desse quadro¹⁵. Podemos, através dos dois exemplos indicados, colocar que houve condições estruturais e opções políticas diferentes comparando o período FHC com o período Lula.

Essas diferenças entre os dois governos devem ser pensadas a partir do quadro de instabilidade produzido pela própria implementação do modelo. Quando DUMENÍL e LÉVI (2004) destacam o caráter de transferência de renda para as classes dominantes como a principal marca do neoliberalismo, o fazem com o objetivo de refutar a tese de que este modelo é um modelo de desenvolvimento¹⁶. Não sendo um modelo de desenvolvimento do capitalismo, mas sim um modelo para a concentração de renda, diversos estudiosos apontam para as instabilidades geradas pelas contradições produzidas pela acumulação do capital centrada sobre essa lógica.

¹⁴ Em especial das regulamentações que permitiram a inserção do Brasil no fluxo de capitais internacionais, das regras que permitiram a entrada de bancos estrangeiros no Brasil, e também da participação do Brasil nos órgãos de negociações internacionais acerca da liberalização dos serviços financeiros.

¹⁵ Isso não significa que essa busca por superávit comercial seja um rompimento com o neoliberalismo, muito pelo contrário, esse superávit foi fundamental para o pagamento contínuo das dívidas externas. O posicionamento dos banqueiros em relação a esse tema será analisado no capítulo 3.

¹⁶ Desenvolvimento pensado como um projeto que tem por objetivo o crescimento e a melhoria da economia.

Os economistas que estamos trabalhando até então identificam no modelo de acumulação financeira do capitalismo fatores de instabilidades muito fortes (fetichismo do padrão de acumulação financeira, instabilidade do sistema monetário internacional baseado no padrão dólar, contradições dentro do ciclo de ativos, etc.), e explicam a série de crises que vêm ocorrendo nos países periféricos desde a década de 90 por esses fatores. Na análise da América Latina especificamente, como já foi citado CAMARA e SALAMA também destacam as novas formas de instabilidade e crise geradas concretamente por esse modelo político.

Mas não existem contradições apenas no aspecto econômico do modelo. Como destaca FILGUEIRAS (2006), existe uma grande dificuldade do neoliberalismo, sob o comando do capital financeiro, em tornar a sua dominação uma hegemonia. Isso devido à dificuldade que esse modelo teria em gerar consenso para além do bloco dominante.

Mas além da dificuldade em gerar consenso fora do bloco no poder, também queremos apontar as dificuldades de gerar consenso dentro do bloco. Como BOITO (2006) aponta, havia insatisfação da fração industrial quanto à implementação da política neoliberal.

Portanto, quando realizamos a reflexão sobre o modelo neoliberal dentro do governo Lula, devemos contextualizar esse modelo, que sofreu um desgaste com a crise cambial brasileira de 1999, estava em uma conjuntura internacional de sucessivas crises nos países periféricos (México em 1994, países asiáticos em 1997, Rússia em 1998, Brasil em 1999, Argentina em 2001/2002), e que, diante tanto de setores populares como também de frações da classe dominante, estava sendo criticado.

Isso não significou que o governo Lula alterou o modelo para algo diferenciado do neoliberal. A acumulação de capital na esfera financeira e o modelo econômico de concentração de renda perseveraram na linha da política governamental. O que aconteceu é que o governo Lula conseguiu fornecer respostas para as contradições geradas pelo funcionamento do modelo neoliberal. As “correções” que foram iniciadas no segundo governo de FHC, como tentativas

de melhora do déficit comercial e políticas macroeconômicas no câmbio, foram “radicalizadas” pelo governo Lula, com uma política agressiva de agroexportação e de bens industrializados de baixo valor agregado, e também com políticas econômicas de sustentação a essa linha geral.

Essa política favoreceu a grande burguesia agrária e industrial, e é essa a base que sustenta a afirmação de BOITO (2006) acerca da melhora do posicionamento dessas duas frações dentro do bloco no poder.

Nessa conjuntura política, desenvolvemos um estudo sobre a organização política nacional dos banqueiros, a FEBRABAN, e sobre o posicionamento político de banqueiros em pronunciamentos na grande imprensa.

Com o primeiro estudo desejamos identificar as formas de organização praticadas pelos banqueiros no período, se no período esses empresários apresentaram coesão interna, e se essas formas organizativas apresentam pistas a respeito da forma de relação que essa camada de empresários possui com o Estado. Já com o segundo estudo pretendemos identificar especificamente a opinião dos banqueiros em relação à política governamental.

Capítulo 2: FEBRABAN, a representante da fração financeira no Brasil:

2.1 Histórico da FEBRABAN.

Como já indicado no capítulo anterior, a história do associativismo bancário é a mais longa dentre as associações de entidades financeiras brasileiras. Desde a década de 20 pudemos observar o surgimento de associações de bancos no Brasil.

Uma variável que é marcante nos processos iniciais de criação de associações de banqueiros no Brasil são as transformações do sistema financeiro que em geral ocorrem em um período próximo a essa organização.

O processo de organização das associações regionais; no caso da Associação dos bancos do Estado do Rio de Janeiro (ABERJ) em 1922 e da Associação dos bancos do Estado de São Paulo (ASSOBESP) em 1924; foi marcado pelas transformações do sistema regulatório da época. Segundo o documento comemorativo de 40 anos da FEBRABAN:

surgiu quase em resposta às importantes regulamentações que mexeram com o setor bancário naqueles anos – como a Seção de Compensação de Cheques, de 1919; a inspetoria Geral de Bancos, órgão fiscalizador, de 1921; e a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, também de 1921. (FEBRABAN, 2007, p.12)

O mesmo aconteceu com a associação nacional dos banqueiros, a FEBRABAN. Durante a década de 60 houve o golpe militar no Brasil, que além das conseqüências políticas repressivas características de uma ditadura, também alteraram profundamente o sistema econômico nacional em geral, e o sistema financeiro em específico.

A alteração ressaltada pelo documento de 40 anos da FEBRABAN foi a lei 4595 de 1964, também chamada de “Lei da Reforma bancária”. Segundo COSTA (2008), esta lei criou o Banco Central do Brasil, embora tenham sido mantidas algumas funções de autoridade monetária com o Banco do Brasil (a “conta movimento” permaneceu neste banco até 1986). Em 1964 também surgiram outras leis que transformaram o sistema financeiro nacional e que criaram o FGTS (Fundo de garantia do tempo de serviço), o Banco Nacional de Habitação (BNH),

instituíram a correção monetária para depósitos em poupança e empréstimos imobiliários (COSTA, 2008, p.342); e também no mesmo ano houve a criação do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que segundo o documento de 40 anos da FEBRABAN teve como impacto no setor bancário medidas de combate à inflação como: *“correção monetária, seguidas desvalorizações da moeda, arrocho salarial e corte se subsídios, entre outras”* (FEBRABAN, 2007, p.8)

Foi nessa década que os banqueiros se reuniram nos Congressos Nacionais dos Bancos. Na época, a representação dos banqueiros era muito regionalizada. MINELLA (1988) em seu estudo sobre banqueiros nesse período, elege a ASSOBESESP em vez da FEBRABAN (associações de caráter civil), e a SBERJ (Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro) em vez da FENABAN (Federação Nacional dos Bancos) (associações de caráter sindical) como objeto de estudo, pois segundo o autor as primeiras controlavam na prática as segundas (MINELLA, 1988, p.14).

Na realidade, foram as associações regionais que organizaram os Congressos Nacionais dos Bancos e que deram origem às associações nacionais. Percebemos, na divisão realizada por MINELLA, um controle da representação sindical pelos banqueiros cariocas, e um controle da representação civil pelos banqueiros paulistas.

O primeiro congresso ocorreu em 1960, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo MINELLA:

O I Congresso Nacional dos Bancos foi realizado num contexto muito especial. Dois elementos-chave influíram em sua realização: o movimento sindical ascendente dos assalariados bancários e a conjuntura política, ou seja, a transição do governo Juscelino Kubitschek ao governo Janio Quadros. (MINELLA, 1988, p. 253)

Antes da década de 60 a representação dos banqueiros consistia basicamente de uma série de associações regionais; durante a década de 60, a conjuntura política do Estado e da relação com os trabalhadores incentivou os banqueiros a dialogarem em um âmbito nacional.

O órgão sindical nacional dos banqueiros, a FENABAN, foi criada em setembro de 1966 (FEBRABAN, 2007, p.11), ano no qual não houve um

Congresso Nacional dos Bancos. No ano seguinte, 1967, houve o VI Congresso Nacional dos Bancos, no qual houve a organização da criação da FEBRABAN.

Para analisarmos essa conjuntura de organização dos banqueiros é interessante retomarmos as considerações de BIANCHI a respeito dos motivos que incentivam os empresários de modo geral a se organizarem.

Segundo BIANCHI, existiriam motivações gerais dentro do sistema econômico e político que incentivariam os empresários a se organizar coletivamente. Segundo o autor, a organização empresarial é motivada pela tentativa de conter certas práticas, originárias das relações de concorrência, que podem comprometer a viabilidade do sistema econômico; pelo enfrentamento que os empresários possuem com os trabalhadores; e pela necessidade de influenciar o Estado (BIANCHI, 2010, p.37-39).

Mas como lembra o autor:

A separação desses três conjuntos de relações acima apresentados – dos empresários entre si, com a ação coletiva dos trabalhadores e com o Estado – só é possível com fins meramente analíticos. Nos processos históricos reais, eles se encontram entrelaçados de maneira complexa e indissolúvel. (BIANCHI, 2010, p.39).

Os Congressos Nacionais dos Bancos mostram empiricamente como esses conjuntos de relações se processam conjuntamente na história. Primeiro, em relação ao movimento de oposição aos trabalhadores, percebemos que esta foi uma das grandes motivações de início do diálogo nacional entre os banqueiros (MINELLA, 1988, p.253).

MINELLA realizou um estudo sobre as teses discutidas dentro desses Congressos Nacionais dos Bancos, envolvendo os congressos desde 1960 até 1981, ao todo 14 congressos. Somando todos os congressos, houve 41 teses que discutiam a relação dos banqueiros com os trabalhadores bancários. Somando os três primeiros congressos (1960, 1961 e 1962) foram ao todo 24 teses. Ou seja, mais da metade das teses sobre trabalhadores foram discutidos nos três primeiros anos de Congresso.

Isso mostra que o tema “trabalhadores” foi um fator importante que impulsionou os banqueiros a se organizar nacionalmente, embora posteriormente

tenha perdido força (também temos que levar em consideração que em 1964 houve o golpe militar e o início de uma política de repressão).

Outro fator que consideramos importante e que impulsionou os banqueiros a se organizar nacionalmente foi a relação destes com o Estado. Como já foi falado, em meados da década de 1960 observamos uma série de alterações que incidiram sobre o sistema financeiro. Durante os Congressos, pelo estudo já citado de MINELLA, a relação dos banqueiros com o Estado foi um tema especialmente debatido dentro dos congressos, com especial destaque para o tema “*restrição – expansão de operações e do serviço de crédito*” (MINELLA, 1988, p.270), tema esse que possuiu ao todo 105 teses discutidas durante todos os congressos.

A forma como é caracterizada o nascimento da FEBRABAN em seu documento comemorativo de 40 anos também apresenta a importância desse fator. Com o primeiro capítulo intitulado “Nascendo da necessidade”, o texto passa a descrever as mudanças que o governo realizou na economia e no sistema bancário, destacando a influência desses no processo de organização dos banqueiros. Percebemos assim que o processo de organização dos banqueiros naquele período é marcado pela construção de formas específicas de relacionamento dos banqueiros com o Estado.

O terceiro fator de incentivo à organização dos banqueiros, que seria a criação de um tipo de relacionamento entre os próprios banqueiros, também é uma variável bastante relevante. Mas ela não é referente apenas à tentativa de dirimir as conseqüências negativas das relações de concorrência. Essa inicial organização associativa dos banqueiros está ligada ao estabelecimento de padrões operacionais da atividade bancária no Brasil. Os órgãos reguladores da atividade estavam surgindo, e padronizações dentro do sistema bancário estavam sendo encarados como uma necessidade. Segundo o relato de Olavo Setúbal, sobre o VI Congresso Nacional dos Bancos:

Eu tinha levado a tese de que não deveríamos cometer o mesmo erro das estradas de ferro, que têm não sei quantas bitolas no Brasil, um tumulto completo. Já tinha banco com o sistema americano, havia bancos com o sistema europeu, e eu levei uma proposta para adotar o sistema de marcação eletrônica européia, que é a que está em vigor até hoje. A padronização do

cheque ia permitir a compensação mais rápida e em melhores condições. (FEBRABAN, 2007, p.14)

A fala de SETÚBAL já mostra que a padronização dos procedimentos da atividade bancária foi um grande problema discutido entre os banqueiros no período. Segundo o estudo de MINELLA, esse foi um dos temas mais debatidos, com especial destaque para a temática “racionalização e uniformização de práticas operacionais e serviços”, com 166 teses.

Mais do que controlar a concorrência, os banqueiros, no processo de organização associativo nacional, buscavam a uniformização da atividade bancária nacional. Tal processo, além de buscarem a uniformização da atividade, produziu também o diálogo e a união da classe empresarial nacionalmente. Segundo a fala de Geraldo Magela Leite, (que em 1960 era presidente da ASSOESP):

Antes do I Congresso Nacional dos Bancos, no Rio, os banqueiros de São Paulo e do Rio não se conheciam. Quando o sindicato recebeu a Aberj para uma reunião para tratar da constituição do primeiro congresso, o encontro se deu em São Paulo. Ao chegarem os representantes da Aberj, eles não eram conhecidos em São Paulo. Os banqueiros de São Paulo não conheciam os banqueiros do Rio. Eram entidades que existiam independentes umas das outras. (FEBRABAN, 2007, p.12)

O processo de gestão do associativismo bancário nacional, impulsionado por motivos imediatos como a relação destes com os trabalhadores, e também por motivos mais perenes, como a relação com o Estado e a auto-regulação da atividade bancária, gerou a construção de um associativismo nacional, na qual as forças regionais desse empresariado passaram a se relacionar mais constantemente; observamos assim um processo inicial de construção de formas nacionais de sociabilidade entre os banqueiros.

2.2 Transformações do sistema representativo dos banqueiros.

O sistema representativo dos banqueiros a partir de então mudou. Ele passou a estar mais nacionalizado, com especial destaque para a FEBRABAN enquanto instituição representativa. Se observávamos no período histórico anterior

a construção da representação nacional pelas associações regionais dos banqueiros, em nosso período histórico podemos observar a consolidação desse modo nacional de representação associativa em detrimento das representações regionais. É esse o resultado apontado pelas primeiras fontes empíricas analisadas em nossa pesquisa.

Os primeiros documentos analisados durante a nossa pesquisa foram as atas das Assembléias Gerais da FEBRABAN entre os períodos de 1989 até 2009. Escolhemos esse espaço para iniciar nossa pesquisa empírica pois, a princípio, nesse espaço se colocavam os bancos como um todo (e não apenas aqueles eleitos para cargos dentro da administração da Federação). Pelo fato de a Federação ser composta por um conjunto heterogêneo de bancos (bancos públicos, privados, de grande e pequeno porte, nacionais e estrangeiros, etc.), acreditávamos que seria nesse espaço que o debate político apareceria, e com isso poderíamos fazer uma análise da posição política da fração financeira dentro do bloco no poder.

Não foi isso que encontramos em nossa pesquisa nas atas das Assembléias Gerais. Buscamos deixar claro qual foi a intenção inicial de pesquisarmos as atas para podermos contrastar com o resultado obtido. Das atas lidas, desde 1989 até 2009¹⁷, todos os pontos de pauta levantados foram aprovados por unanimidade. Não havia nenhuma pauta que tenha sido relatada dentro da ata como sendo objeto de debate pelos presentes na Assembléia. Inclusive, todas as eleições desde essa data ocorreram com chapa única, e também todas foram aprovadas unanimemente.

Contrastando nosso objetivo inicial (encontrar e caracterizar os tipos de debates e conflitos existentes dentro da fração financeira) com o resultado da análise (aprovação unânime de tudo que era colocado), queremos destacar a característica mais marcante demonstrada pelas atas das Assembléias Gerais: a grande coesão existente entre os banqueiros.

¹⁷ Ao todo, fizemos a análise de 17 atas de Assembléias Gerais ordinárias, e 17 atas de Assembléias Gerais extraordinárias. Totalizando o número de 34 Assembléias Gerais analisadas.

Com isso não queremos dizer que não exista conflitos. Como identifica MINELLA durante os Congressos Nacionais dos Bancos:

costumava escamotear-se certos problemas e conflitos entre os banqueiros, procurando estes apresentarem-se publicamente com uma imagem mais consensual possível. (MINELLA, 1988, p.248).

Essa prática de ocultação do conflito já é prática comum entre os banqueiros. O que as atas das Assembléias nos permitem afirmar é que esses possíveis conflitos são resolvidos em espaços anteriores às Assembléias; e tendo em conta que estamos tratando de atas desde 1989 até 2009, ou seja, 20 anos, o fato de nunca ter surgido um conflito dentro das assembléias já demonstra uma grande capacidade por parte da instituição representativa da fração financeira de coesionar sua base. O sistema de solução de conflitos mostra-se altamente eficiente tendo em vista que os conflitos não aparecem na instância maior de decisão dentro da FEBRABAN.

Portanto, essa coesão não se remete nem à inexistência de conflito nem se trata de ausência de transformações dentro da instituição representativa ou dentro da fração. As atas das Assembléias Gerais mostram, de maneira mais ou menos clara, algumas transformações dentro do sistema representativo da fração financeira; e mostram como transformações importantes ocorreram sob aprovação unânime.

A primeira grande transformação que chamou nossa atenção foi o processo de mudanças do estatuto social, processo este que vinha desde a década de 1990 e se consolidou em 03 de junho de 2004. O novo estatuto aprovado nessa data buscava adequar-se ao novo código civil; porém, possuía algumas alterações importantes que vão além da adequação jurídica. A primeira grande alteração a qual chamamos a atenção é a mudança da própria razão social da federação. Enquanto em 1999 a razão social da federação exposta no estatuto social era “Federação Brasileira das Associações de Bancos”, atualmente o estatuto social coloca a razão social da entidade como “Federação Brasileira de Bancos”.

Essa mudança ilustra o processo ao qual chamamos a atenção no início do tópico, que seria a diminuição da importância das associações regionais de representação dos banqueiros dentro da FEBRABAN. Enquanto durante a década

de 1960 em diante observamos um processo de organização nacional realizada a partir das forças regionais dos banqueiros, agora observamos o processo de enfraquecimento dessas forças regionais e a consolidação da forma representativa nacional por parte desse grupo de empresários.

Nas atas das Assembléias durante a década de 1990 e início da década de 2000 percebe-se a presença das associações regionais dentro do funcionamento da FEBRABAN. Quando havia lista de presentes, os representantes assinavam pela associação à qual estavam vinculados. Quando eram mencionados pela proposição de alguma pauta ou moção, também era pela associação regional a qual representavam que eram tratados.

Foi em 2004 o último momento em que encontramos representantes assinando pelas associações regionais, na Assembléia ordinária de 05 de março e na Assembléia extraordinária de 03 de junho (nas quais houve a transformação do Estatuto social da federação). Depois desse ano, nas Assembléias posteriores, os representantes passaram a assinar pelo banco ao qual pertenciam.

A principal mudança no estatuto que apontou nessa direção foi a mudança do artigo 1º. No estatuto social de 1999, este artigo é colocado dessa forma: *“Artigo 1º: A Federação Brasileira das Associações de Bancos agremia entidades representativas das instituições bancárias no Brasil”*. Já no de 2004, presente na ata da Assembléia extraordinária:

Artigo 1º: A Federação Brasileira de Bancos, regida por este estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis, doravante designada FEBRABAN, é uma associação civil sem fins lucrativos, que congrega instituições financeiras bancárias, com atuação no território nacional, e associações representativas de instituições financeiras e congêneres, de âmbito nacional ou regional.

Percebemos através desse artigo que houve uma mudança de foco; enquanto antes a FEBRABAN era composta apenas por associações, os bancos tornaram-se membros no novo estatuto.

Além da mudança no estatuto social, outro fato que nos chamou a atenção foi a incorporação da Associação dos Bancos no Estado de São Paulo (Assobesp) pela FEBRABAN. Dada a importância que esta Associação possuía dentro do estudo de MINELLA (1988), nos chamou a atenção a forma de sua incorporação.

Quando essa entidade regional foi incorporada pela entidade nacional, poderiam ter surgido problemas principalmente vinculados à questão da representação. Ou os interesses dos banqueiros paulistas poderiam não ser totalmente contemplados pelo fato de a entidade ter um foco nacional, ou os banqueiros de outra região poderiam reclamar por ter os interesses nacionais interferidos pelos interesses regionais dos paulistas. Tais problemas não surgiram.

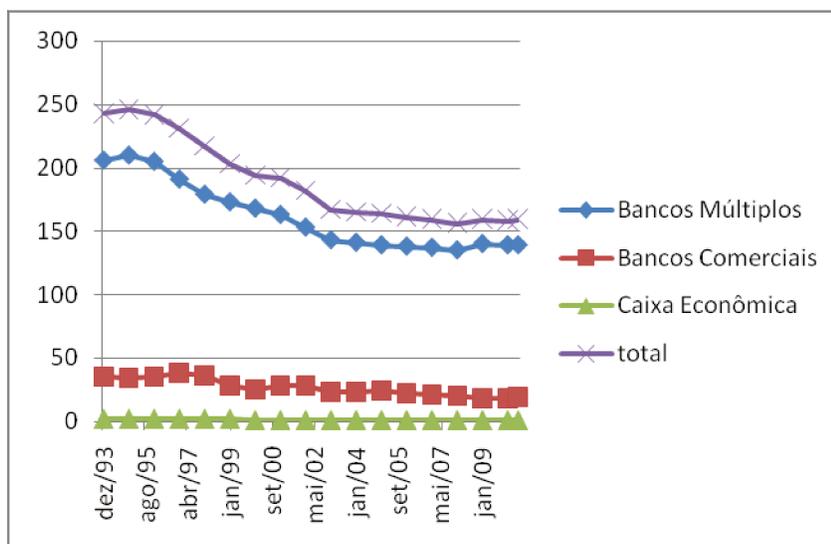
Essa incorporação aconteceu durante a Assembléia geral de 08 de setembro de 2004. Os dois principais argumentos a favor da incorporação foram a economia de gastos e o fato de todos os bancos associados à Assobesp serem também associados à FEBRABAN. A possibilidade de tal incorporação já havia sido aprovada em reunião dentro da própria Assobesp. O que nos surpreende não foi tanto a não existência de conflitos promovidos pelos associados de São Paulo (o que pode ter acontecido nas reuniões existentes na Assobesp e que não tivemos acesso a documentos); o que é marcante foi a não existência de resistências por parte de bancos que não fossem associados à Assobesp, o que significa que mesmo com a incorporação da instituição pela FEBRABAN, não haveria um interesse regional dos banqueiros paulistas que iria interferir com a representação nacional.

Dentro da ata da Assembléia que resultou na incorporação da ASSOESP, as duas justificativas expostas na ata foi o pertencimento de todos os associados da entidade de São Paulo à FEBRABAN, e a necessidade de corte de gastos. O problema da representatividade simplesmente não apareceu na documentação da FEBRABAN.

Portanto, além do aspecto de grande coesão existente dentro da fração financeira da burguesia, as atas nos permitem afirmar uma progressiva desregionalização da representação financeira no Brasil, processo esse que culmina com a forte alteração no estatuto social e com a incorporação da Assobesp em 2004.

Mas como entender esse processo de desregionalização sem ter em conta as transformações da própria fração financeira?

Se analisarmos o setor bancário durante a década de 90 e a década de 2000, perceberemos que houve o processo chamado na literatura econômica corrente de concentração bancária, mas que pela teoria econômica marxista seria melhor descrito pelo conceito de centralização do capital bancário¹⁸. Tal processo geralmente fica claro quando mostramos o gráfico que representa o número de bancos entre dezembro de 1993 e maio de 2010.



Fonte: dados após 2001 retirados das atualizações mensais do BACEN; anterior a 2001 retirados de FONSECA e BARBACHAN (2004).

Percebemos que houve uma diminuição significativa na década de 90 e início da década de 2000 do número total de bancos. Tal processo é explicado tanto pelo “Relatório consolidado de 1988 a 2000” do Banco Central¹⁹ como por analistas econômicos (CAMARA, et al. 2009; ALEXANDRE, LIMA, CANUTO. 2005), como: fruto do aumento exagerado de bancos após a Constituição de 88;

¹⁸ Segundo MELLO (2000, p.103-107), os fenômenos de concentração e centralização teriam uma origem comum, que seria o processo de concorrência entre os capitalistas. A concentração seria um conceito que se refere ao aumento do volume de capital na posse de agentes capitalistas; o de centralização se refere à diminuição quantitativa de capitalistas em uma área econômica, produzindo situações de monopólio. Nesse sentido, o conceito de centralização seria mais adequado. Para mais detalhes acerca da relação entre os três conceitos (concorrência, concentração e centralização) ver MELLO (2000).

¹⁹ Acesso em: <http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/e88-2000/texto.asp?idpai=relsfn19882000>. (28 de junho de 2010).

pelo fundamento da operação desses bancos serem o processo inflacionário da época; pela posterior política de combate à inflação do Plano Real; e a abertura financeira realizada na década de 90, aumentando a concorrência no setor. Também é importante lembrarmos da política feita no período FHC do Proer (Programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento do sistema financeiro nacional), que estimulou o processo de fusões e aquisições no setor bancário (MICK, 1998) e às políticas de privatizações que eliminaram diversos bancos públicos dos estados da federação.

A situação do setor bancário logo após à promulgação da Constituição de 1988 foi de aumento generalizado de bancos, que se beneficiavam de possibilidades legais de concessão de funcionamento, e também da situação econômica hiperinflacionária. Tanto os novos bancos como os velhos se encaixaram no padrão de funcionamento financeiro nessa situação econômica. Medidas do governo que combateram a inflação, e um programa de reestruturação do setor que incentivou o processo de fusão dos bancos gerou a diminuição do número total de bancos, ou seja, produziu a centralização do capital no setor.

O que queremos afirmar é que o processo de desregionalização da representação dos banqueiros deve ser pensado ao lado do processo de centralização bancária. Esta alterou a composição social da fração financeira da burguesia. Devemos ter em conta que o processo de concentração bancária beneficiou os maiores bancos (que cresceram através da compra de bancos públicos e bancos de pequeno porte, além das fusões).

Como observamos no estudo de AMADO (1998), as conseqüências do processo de centralização não se refletiram apenas no aumento de determinados bancos em suas participações no mercado nacional. Essa centralização teve impacto no enfraquecimento, ou desaparecimento, de bancos regionais importantes; e nas compras, ou transferências dos nichos de mercado destes, para bancos de caráter mais central. A autora defende sua tese apontando para as compras do Banco Econômico pelo Excel, do Banco Banorte pelo Bandeirantes e a compra do Banco Bamerindus pelo HSBC (AMADO, 1998, p.1127).

Com isso não queremos dizer que o sistema financeiro se espalhou igualmente para todas as regiões do Brasil. Atualmente, existem cadastrados no Banco Central 163 bancos. Destes, 102 possuem sua sede no Estado de São Paulo, e 85 especificamente na cidade de São Paulo²⁰. Existe uma concentração dos bancos em São Paulo. A atividade financeira no Brasil está centralizada nesse Estado. O que colocamos é que essa centralidade não se traduz em forças bancárias regionalizadas e que, portanto, exigiriam representatividade específica²¹.

Portanto, são duas caracterizações que podemos fazer do sistema representativo da fração financeira da burguesia no Brasil: 1) ela é muito coesa; 2) ela passou por um processo de desregionalização, com a diminuição da importância das associações regionais e o aumento da centralidade do órgão de representação nacional, ou seja, da FEBRABAN.

2.3 Estrutura Institucional da FEBRABAN.

Para debater a estrutura institucional da FEBRABAN traçamos como recorte temporal o ano de 2009. Escolhemos esse ano específico por motivos de fontes disponíveis.

A FEBRABAN possuiu como publicação regular da instituição durante a década de 2000 os chamados “relatórios sociais”. Esses relatórios possuem uma periodicidade anual e seu principal conteúdo se refere aos programas sociais financiados pelos bancos²².

²⁰ Dados disponíveis no cadastro do Banco Central. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RELINST>. Acesso em: 14/02/2012

²¹ Talvez tal centralidade possa ser justamente o motivo da não existência de forças bancárias mais regionalizadas. Tal conclusão pode ajudar no levantamento da hipótese de uma hegemonização do capital bancário paulista sobre o resto do capital bancário brasileiro. Mas isso seria debate para uma pesquisa específica.

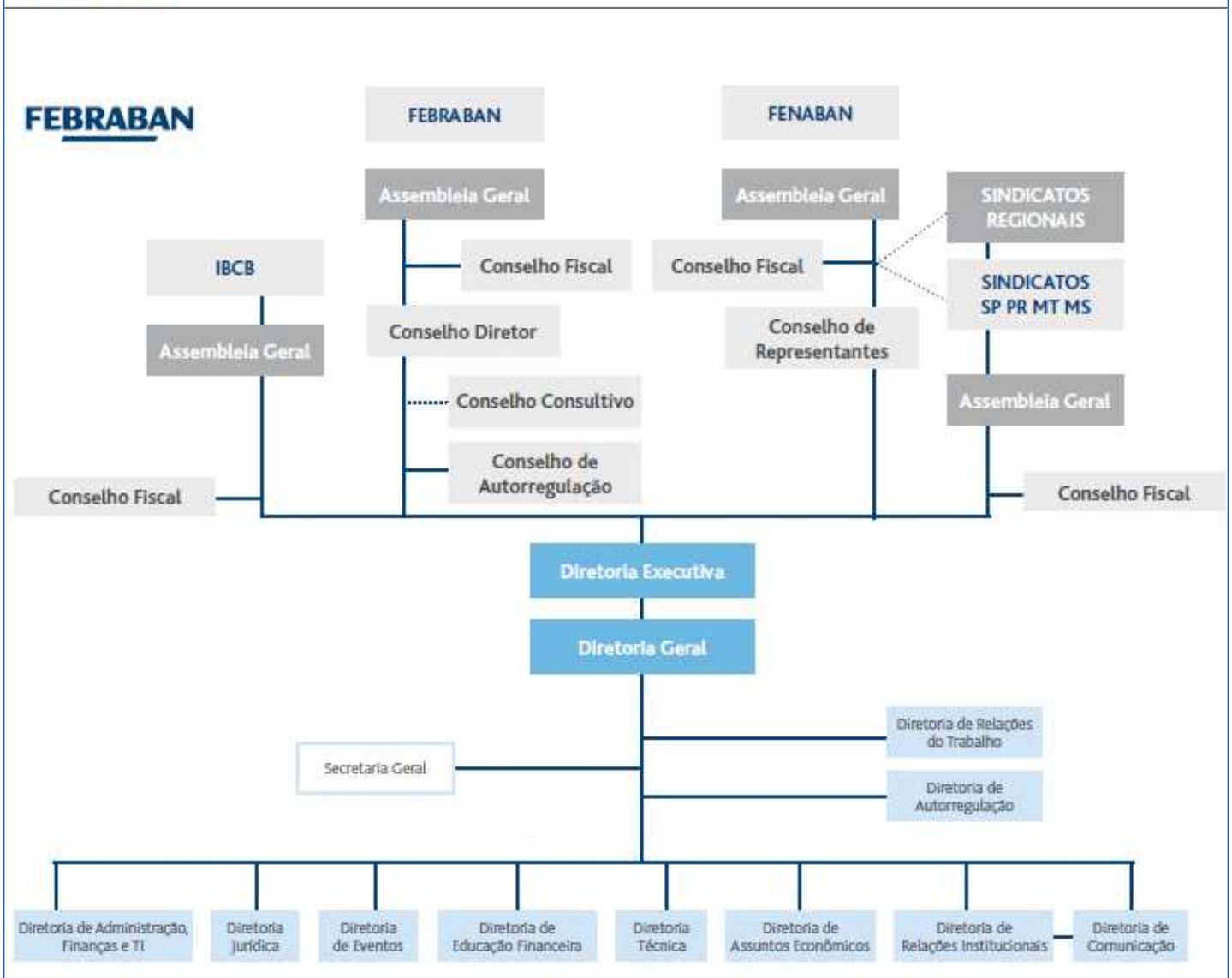
²² Em geral não discutem conteúdos políticos, como comentários em relação à política estatal ou posicionamentos políticos mais gerais em relação à cena política.

Em 2009 o relatório social assumiu um caráter diferente. Nesse relatório foi discutido intensamente a estrutura institucional da entidade, apresentando organogramas, os cargos e os membros da instituição, além de discutir o processo de abertura institucional da entidade. Sendo assim, focaremos nesse tópico na análise dos dados desse ano específico.

Nesse ano, existiam ao todo 125 bancos associados à FEBRABAN, de um total de 178 registrados no Banco Central. Tal número de afiliados é usado dentro do relatório social como argumento para afirmar que a FEBRABAN é a principal entidade representativa do setor bancário no Brasil. Portanto, existe a auto-proclamação de sua maior relevância enquanto instituição representativa se comparado com as outras (FEBRABAN, 2009, p.5).

O organograma apresentado nesse relatório social é o seguinte:

Estrutura Geral



Fonte: FEBRABAN, 2009. p.11.

A primeira característica importante que o organograma acima apresenta é a fusão existente entre três instituições: a FEBRABAN; a FENABAN; e o IBCB (Instituto Brasileiro de Ciências Bancárias). A última instituição, segundo o site da FEBRABAN²³, é apenas um instituto criado com a finalidade de produzir material

²³ Disponível em: http://www.febraban.org.br/Febraban.asp?id_pagina=100. Acesso em: 15/02/2012.

técnico sobre assuntos relacionados à atividade bancária. A fusão realmente relevante para pensarmos o associativismo dos banqueiros é em relação à FEBRABAN e a FENABAN.

Por causa da estrutura sindical brasileira, as diversas camadas de empresários no Brasil possuem duas formas distintas de associativismo: a associação civil e a associação sindical. No caso da fração comercial podemos observar essa distinção na Associação Comercial do Estado de São Paulo e da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, estudadas por COSTA (2003). Também observamos tal distinção na fração industrial entre Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), que foram estudadas por TOLEDO (2009).

A estrutura sindical brasileira exige a criação de uma entidade patronal específica para lidar com o relacionamento com os trabalhadores, e isso resulta na criação por parte dos empresários brasileiros em um duplo tipo de associativismo (um civil e outro sindical). Essas associações distintas estabelecem entre si uma relação específica e que devem ser estudadas caso a caso.

No caso dos banqueiros, percebemos que esse duplo associativismo no processo de construção da representação nacional (tratada no primeiro tópico do capítulo) revelava uma polaridade regional de poder. MINELLA destaca que a FEBRABAN era controlada pela ASSOBESE, ou seja, pelos paulistas, e a FENABAN era controlada pela SBERJ, ou seja, pelos cariocas. Essa divisão jurídica refletia as polaridades regionais da representação dos banqueiros.

Como pudemos observar no segundo tópico do presente capítulo, essas forças regionais perderam força no período, e é isso que a situação de fusão entre FEBRABAN e FENABAN revela. O processo que gerou tal fusão pode ser remontado desde a década de 1980, com a mudança de sede da FENABAN para São Paulo no ano de 1983 (FEBRABAN, 2007, p.79), e nas posteriores publicações realizadas pelas entidades conjuntamente.

O processo de fusão das instituições pode ser tema de uma pesquisa específica, mas o que queremos destacar é que as instituições são fundidas. Tal fusão demonstra duas coisas: o apaziguamento da polarização de poder entre

cariocas e paulistas; e também, no associativismo dos bancos, a solução para o problema gerado pela legislação sindical ter sido a fusão entre os dois tipos de entidades. A fala de Roberto Konder Bornhauser, presidente da FEBRABAN entre 1983 e 1986, demonstra essa propensão à unificação:

Olha, tem que unificar as duas entidades. Não dá para um ficar falando aqui, o outro falando lá, e o governo ficar jogando um pra cá, outro pra lá. Precisamos unificar. Tem que existir as duas, porque uma é sindical, e outra é civil, mas unifica (FEBRABAN, 2007. p.79)

A divisão em duas entidades seria motivo de desunião entre os banqueiros, o que prejudicaria até mesmo a relação com o Estado. A forma encontrada pelos banqueiros para solucionar esse problema foi a fusão organizacional das duas entidades. Como percebemos no organograma, as duas entidades possuem Assembléias Gerais próprias, mas todo o corpo administrativo corrente está vinculado à mesma Diretoria Executiva.

Nesse processo de fusão, consideramos que quem prevaleceu foi a forma civil de associativismo. A principal evidência nesse sentido, é que a Diretoria Executiva é eleita durante as Assembléias Gerais da FEBRABAN. Ou seja, o corpo que administra as duas entidades é definido na Assembléia Geral de uma das entidades.

Essa “vitória” da forma civil associativa deve ser analisada levando em consideração que a base que participava dessa forma associativa nacional era composta de banqueiros paulistas.

Além dessa característica mais geral do associativismo dos bancos, o organograma também mostra a estrutura diretiva e administrativa da FEBRABAN. A composição diretiva da FEBRABAN possui como instância superior de decisão as Assembléias Gerais. As Assembléias Gerais ordinárias ocorrem anualmente, e as extraordinárias ocorrem sem periodicidade definida (nossa pesquisa não conseguiu encontrar nenhuma assembléia extraordinária após 2006; antes disso havia uma regularidade anual destas, com exceção de 2004, ano no qual houve duas assembléias extraordinárias).

Abaixo dessa instância, existe uma estrutura administrativa regular da instituição. Os dois principais espaços da entidade são: o Conselho Diretor

(composto pelos presidentes dos bancos associados eleitos de três em três anos), e a Diretoria Executiva (composto por administradores de alto cargo dentro dos bancos associados, também eleitos). A primeira instância é um órgão consultivo, com um grau maior de hierarquia, mas que possui suas reuniões com uma periodicidade menor que as da Diretoria Executiva. A segunda possui um grau mais abaixo da hierarquia institucional, mas é a responsável pela gestão das atividades cotidianas da federação.

A Diretoria Geral e as outras instâncias administrativas abaixo dela são compostas principalmente por funcionários da entidade, sem necessário vínculo a algum banco específico.

O que existe dentro da FEBRABAN que relaciona membros dos bancos de menor escalão (sem a exigibilidade de ser presidente ou vice do banco) são os chamados Comitês Executivos ou Comissões Técnicas. No relatório social de 2009 as atribuições de tais instâncias são definidas genericamente por: *“desenvolvem estudos que orientam as atividades da FEBRABAN”* (FEBRABAN, 2009, p.10). Diferente dos outros setores, os componentes de tais Comissões são representantes de bancos, como podemos observar na listagem abaixo:

Comitês executivos			
	Relações Institucionais	Suporte e Controles	Negócios
Diretores executivos	<p><i>Hélio Ribeiro Duarte (HSBC)</i> Coordenador</p> <p><i>Carlos Alberto Vieira (Safra)</i> <i>Márcio Percival Alves Pinto (CEF)</i></p>	<p><i>Oswaldo de Assis Filho (BTG Pactual)</i> Coordenador</p> <p><i>Marcos de Barros Lisboa (Itaú Unibanco)</i> <i>Milton Roberto Pereira (Votorantim)</i> <i>Angelim Curiel (Citi)</i></p>	<p><i>José de M. Berenguer Neto (Santander)</i> Coordenador</p> <p><i>José Luiz Acar Pedro (Bradesco)</i> <i>Renato Martins Oliva (Cacique)</i> <i>Ricardo José da Costa Flores (Banco do Brasil)</i></p>
Diretores setoriais	<p>Economia <i>Tomás Málaga (Itaú Unibanco)</i></p> <p>Marketing e Comunicação <i>Fernando Byington Egidio Martins (Santander)</i></p> <p>Relações Institucionais <i>Vasco Azevedo (Bradesco)</i></p> <p>Responsabilidade Social e Sustentabilidade <i>Ricardo Terezzi (Itaú Unibanco)</i></p> <p>Recursos Humanos <i>Lilian Maria Ferezim Guimarães (Santander)</i></p> <p>Ouvidorias e Relações com Clientes <i>Francisco Calazans Araújo Jr. (Itaú Unibanco)</i></p> <p>Jurídico <i>Arnaldo Penteado Laudísio (Santander)</i></p> <p>Assuntos Latino-Americanos <i>Ricardo Villela Marino (Itaú Unibanco)</i></p> <p>Pequenos e Médios Bancos vago</p>	<p>Assuntos Contábeis e Fiscais <i>Daniel José Liberati (Bradesco)</i></p> <p>Auditoria Interna <i>Paulo Sérgio Cavalheiro (Safra)</i></p> <p>Compliance <i>Fernando Ribeiro (Santander)</i></p> <p>Prevenção a Fraudes <i>Marcelo Ribeiro Câmara (Bradesco)</i></p> <p>Gestão de Riscos <i>Frederico Willian Wolf (Bradesco)</i></p> <p>Numerário <i>Laerte Paulo Viana (Caixa)</i></p> <p>Segurança Bancária <i>Pedro Oscar Viotto (Bradesco)</i></p> <p>Serviços Bancários <i>Jézio Ribeiro Sousa (Bradesco)</i></p> <p>Tecnologia e Automação Bancária <i>Gustavo José C. Roxo da Fonseca (Santander)</i></p> <p>Tributária <i>Carlos Pelá (Safra)</i></p> <p>Custos vago</p>	<p>Correspondentes <i>Frederico G.F. de Queiroz Filho (Banco do Brasil)</i></p> <p>Financiamento de Veículos <i>Luís Félix Cardamone (Santander)</i></p> <p>Operações de Tesouraria <i>André Guilherme Brandão (HSBC)</i></p> <p>Operações Internacionais <i>Richard Allen Bird (ING)</i></p> <p>Política de Crédito <i>Oscar Rodriguez Herrero (Santander)</i></p> <p>Produtos de Financiamento <i>Máximo Hernández González (Itaú Unibanco)</i></p> <p>Bancos Internacionais (Associação Brasileira de Bancos Internacionais – ABBI) <i>Luís Eduardo Ramos Lisboa</i></p> <p>Cartões (Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviço – Abecs) <i>Paulo Rogério Caffarelli (BB)</i></p> <p>Crédito Imobiliário e Poupança (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – Abecip) <i>Luiz Antonio França (Itaú Unibanco)</i></p> <p>Associação Brasileira das Empresas de Leasing (Abel) <i>Osmar Roncolato Pinho (Bradesco)</i></p> <p>Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi) <i>Adalberto Savioli (PanAmericano)</i></p>

Fonte: FEBRABAN, 2009, p.10

A primeira coisa que observamos nessa tabela é a heterogeneidade da composição das diretorias executivas dos Comitês. Encontramos representados bancos públicos, privados, de grande e pequeno porte, de origem nacional e estrangeira.

Já na composição das diretorias setoriais não encontramos a mesma heterogeneidade. Especificamente nas de “Relações institucionais” e de “Suporte e controle” possuem forte presença de três bancos específicos, Itaú, Bradesco e Santander. Atualmente, esses três são os bancos privados com o maior número de agências no país²⁴, o que revela que esses espaços são fortemente utilizados pelos bancos múltiplos com forte presença no chamado “mercado bancário de varejo”, ou seja, no atendimento geral da sociedade.

Também percebemos que a composição das diretorias setoriais do Comitê de “Negócios” possui a presença de representantes de outras associações ligadas ao sistema financeiro, indicando que esse comitê seria um espaço para a construção de relações entre a FEBRABAN e outras entidades representativas do setor.

Uma análise mais detalhada desses espaços exigiria fontes que indicassem quais são especificamente as relações sociais e a produção prática de tais Comitês, sendo portanto possível tema para futuras pesquisas.

O que podemos indicar desde já é que existem espaços dentro da FEBRABAN nos quais tanto os representantes de grau hierárquico superior (presidentes e vice-presidentes) como de grau hierárquico inferior podem se relacionar. Dessa forma, a FEBRABAN é uma instituição na qual os banqueiros podem se socializar. Tal fator deve ser analisado tendo em vista aquele problema levantado por Geraldo Magela Leite citado no primeiro tópico, de que os banqueiros de São Paulo e do Rio não se conheciam. Nesse momento, a forma associativa dos banqueiros permite o estabelecimento de relações sociais entre eles, cumprindo o critério de representatividade organizacional que elencamos no primeiro capítulo.

²⁴ Pela ordem, Banco do Brasil em primeiro lugar, Itaú em segundo, Bradesco em terceiro, Santander em quarto, e Caixa Econômica Federal em quinto. Em sexto lugar vem HSBC, que não possui nem metade das agências que a CEF possui. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r201012/T3AB_Quadro%2007%20-%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20com%20maiores%20redes%20de%20ag%C3%Aancias%20no%20pa%C3%ADs%20.pdf. Acesso em: 15/02/2012.

Uma última consideração a respeito da estrutura institucional da FEBRABAN é acerca da criação do Conselho Consultivo e do Conselho de Autorregulação, no ano de 2008. Estas são instâncias que estão localizadas acima da estrutura administrativa quotidiana da entidade, se caracterizando mais pelo aspecto supervisor.

O intuito dos dois conselhos é a incorporação de representantes de outros setores sociais, principalmente de outras frações da burguesia, dentro de instâncias decisórias da FEBRABAN. O Conselho Consultivo é apenas definido genericamente no relatório social como uma “boa prática dentro de associações civis” ao abrir o processo decisório da instituição para outros setores sociais. Não houve uma definição mais clara das atividades desse espaço.

Já o Conselho de Autorregulação, que também possui membros de outros setores, tem seu papel mais definido. Ele se encarrega de monitorar o “sistema de autorregulação” que existe dentro da FEBRABAN. Esse sistema seria a formulação de um certo “padrão de conduta” que deveria ser adotado entre os bancos (FEBRABAN, 2009, p.27). Levando em consideração que um dos aspectos marcantes na formação do associativismo nacional dos bancos foi justamente a padronização de certos aspectos da atividade bancária, consideramos que tal objetivo histórico se cristalizou nessa atividade da FEBRABAN em regular o sistema bancário, mostrando uma certa capacidade (ou tentativa, aqui não cabe definir se isso é bem sucedido ou não) do empresariado bancário em se auto-regular.

O que a criação desses dois conselhos apontam é justamente um processo de incorporação de membros de outros setores sociais na FEBRABAN. Isso é uma variável importante levando em consideração aquilo discutimos no último tópico do primeiro capítulo, sobre a dificuldade dos banqueiros em estabelecer uma hegemonia tanto fora como dentro do bloco no poder. A incorporação institucionalizada de membros de outras classes sociais (não estamos falando aqui de trabalhadores; são principalmente ou organizações empresariais, instituições de ensino e pesquisa, ou entidades beneficentes) revela a tentativa de organizar minimamente um consenso dentro do bloco no poder.

2.4 Relações de hierarquia.

Nossa pesquisa teve uma grande dificuldade com relação ao acesso às fontes. No assunto específico do presente tópico, a identificação das relações de hierarquias estabelecidas entre os banqueiros depende do relato direto dos mesmos. Nós conseguimos realizar apenas uma entrevista durante a nossa pesquisa. Essa entrevista foi realizada com Fernando Nogueira da Costa, ex-vice-presidente da Caixa Econômica Federal e ex-Diretor Executivo da FEBRABAN. Diante da dificuldade metodológica de fazermos afirmações objetivas com apenas uma entrevista, afirmamos desde o início que essa parte da pesquisa possui o mérito mais em estabelecer boas hipóteses sobre as relações de hierarquia dentro da FEBRABAN do que definir alguma característica de forma contundente.

COSTA foi bastante direto com relação a qual fator que considerava o mais importante na hierarquização dos bancos. O tamanho do banco, ou seja, a participação no mercado, seria o principal determinante da posição hierárquica dentro da FEBRABAN. Seus representantes na Federação possuiriam maior ou menor posição hierárquica de acordo com o banco ao qual pertencessem. COSTA relatou uma série de acontecimentos nos quais essa relação de hierarquia se apresentava, desde os lugares nas mesas dos jantares de fim de ano e eventos de posse de Diretoria; mas a mais destacada pelo entrevistado foi a disposição dos membros da Diretoria Executiva se durante as reuniões na mesa principal.

Segundo o relato de COSTA, a reunião dessa Diretoria ocorria em mesa elíptica, onde no centro sentava-se o Diretor-Presidente, e a sua esquerda sentava-se o Diretor-Geral da FEBRABAN. Nessa mesa, os banqueiros possuíam lugares marcados. À direita do Diretor-Presidente sentava-se o representante do Banco Itaú, depois o representante do Banco do Brasil, e após ele o da Caixa Econômica Federal (no caso, o entrevistado). À esquerda do Diretor-Geral sentava-se o representante do Bradesco, e após este o do Santander e o do HSBC. No outro lado da mesa, à frente, do lado esquerdo da mesa elíptica,

sentavam-se os representantes dos bancos estrangeiros, por exemplo, Citibank e Boston, e à frente, do lado direito, sentavam-se os representantes de bancos menores, inclusive um de bancos de negócio.

Um fato curioso que COSTA usou para reafirmar a validade do sistema hierárquico representado na disposição das mesas foi o estranhamento que sentiu quando se sentou, pela primeira vez, no lugar vazio do representante do Banco do Brasil, o qual havia faltado. Mas mesmo diante desse estranhamento, a mesa teria se “adaptado” a essa mudança.

Essa demarcação de lugares, que denotava maior proximidade ou afastamento em relação ao presidente da FEBRABAN, era, segundo COSTA, uma das formas simbólicas que as relações hierárquicas baseadas no tamanho dos bancos representados se apresentavam dentro da Federação.

Mas existem formas as quais os bancos com posições inferiores buscavam compensar essa desvantagem. O presidente da ABBC (Associação Brasileira de Bancos Comerciais, instituição que congrega entidades bancárias de médio e pequeno porte) e o da ABBI (Associação Brasileira de Bancos Internacionais, instituição que congrega bancos estrangeiros) sempre são membros da Diretoria Executiva da FEBRABAN²⁵. Percebemos que existe um associativismo paralelo por parte dessas camadas de banqueiros, o que indica que eles possuem a necessidade de se representarem em associação própria e que é plausível considerar o possível rebaixamento hierárquico dentro da FEBRABAN. Mas de qualquer forma mesmo os presidentes dessas entidades também se posicionam do outro lado da mesa elíptica.

Embora essa tenha sido a relação hierárquica simbólica mais evidente, existe outra muito importante. Quando tratava das eleições da Federação, o entrevistado falou que não se discutia sequer a possibilidade de algum representante de banco público (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) assumir a presidência da FEBRABAN. Segundo a opinião de COSTA, não fazia

²⁵ Quando os presidentes terminam seus mandatos nessas Associações (ABBC e ABBI), mudam as “pessoas físicas” na Diretoria da FEBRABAN, pois os cargos pertencem às “pessoas jurídicas”. O mesmo ocorre quando os vice-presidentes dos bancos públicos saem de seus cargos.

sentido político, o que podia ser visto pela opinião pública como a estatização da Federação.

Quando fazia parte da Federação, o entrevistado foi muito claro que agia defendendo a Caixa Econômica Federal e, daí, o governo. Segundo ele, esse seria o papel implícito dos representantes dos bancos estatais. Embora, historicamente, nem todos os representantes dos bancos públicos defendessem, de maneira ativa, o governo federal, esta postura era a esperada desses representantes. Este papel era aceito como normal pelos outros banqueiros, porém, impedia, por exemplo, que tais representantes ocupassem os cargos mais altos da Federação.

No período da pesquisa, não houve nenhum presidente ou vice-presidente da FEBRABAN que pertencesse a alguma instituição bancária estatal. Houve apenas representantes dos bancos, pela ordem, Itaú, Unibanco, Bradesco, ABN Amro, Santander²⁶ nesses cargos entre os anos de 2001-2010.

A hipótese que podemos formular após nossa pesquisa acerca das relações de hierarquia estabelecidas dentro da FEBRABAN é a de que esta é regida principalmente pelo tamanho dos bancos. Embora os bancos estrangeiros tenham uma certa marginalidade (expressa até mesmo na busca de uma organização diferente), quando estes alcançam uma participação razoável no mercado, seus representantes podem sentar-se mais próximos do presidente (representação simbólica da hierarquia) ou até vir a obter o cargo (como no caso do ABN-Amro, que depois foi fundido com o Santander).

Mas essas relações não seriam absolutamente regidas por essa regra. Como podemos observar, o representante do Itaú senta-se mais próximo do presidente da FEBRABAN do que o representante do Banco do Brasil, mesmo este sendo um banco maior. Essa expressão simbólica, aliada à impossibilidade de bancos públicos assumirem a presidência da entidade, mostraria que

²⁶ No caso do Santander só houve um representante dentro desses cargos devido à fusão que esse banco teve com o ABN Amro. Quando o Santander comprou o ABN, decidiu manter Fábio Colletti Barbosa, atual presidente da FEBRABAN, como o presidente do banco aqui no Brasil. Portanto Fábio deixou de ser o presidente do ABN e passou a ser o presidente do Santander quando houve a fusão.

representar um banco público significa uma barreira no sistema hierárquico da FEBRABAN.

2.5 Ação Política:

A ação política dos banqueiros é outro tema difícil de tratar. Esta passa por uma série de relações pessoais na maioria das vezes não documentado, e por isso a pesquisa sobre a ação propriamente dita torna-se inviável por aqueles que não estão dentro do círculo de relações.

Portanto, nesse tópico, não desejamos apresentar as ações políticas propriamente ditas, mas sim os principais temas discutidos dentro da FEBRABAN (que seriam objeto de ação política), e os principais espaços e canais de ação política.

Primeiramente trataremos desses espaços. COSTA, na entrevista referida no tópico anterior, indicou três espaços políticos nos quais os banqueiros agem: o contato com formadores de opinião pública, as participações nas audiências públicas, e mesmo o contato direto pessoal com Ministros e Diretores do Banco Central do Brasil. O relacionamento com o Estado consistiria nesses espaços de audiência pública, principalmente com o Executivo e com o Legislativo. Outra forma era através dos relacionamentos pessoais, por exemplo, em organização de seminários, inclusive com juízes.

Esses foram os canais elencados por COSTA, mas não podemos nos esquecer do papel que os bancos públicos podem ocupar enquanto canal de comunicação entre a fração financeira e o Estado. Essa questão do banco público é muito interessante se pensarmos na entrada deles na FEBRABAN na década de 1990. Segundo MICK (1998), os banqueiros tiveram pouca capacidade de influenciar as reformas financeiras ocorridas na década de 1990, em especial o PROER. Isso estaria demonstrado na entrevista à revista Veja do então presidente da FEBRABAN, Maurício Shulman, que afirma que a FEBRABAN não foi sequer comunicada de tal reforma (MICK, 1998, p.100-101).

Essa reclamação é datada de 1995. Nas eleições da Diretoria Executiva e do Conselho Diretor da FEBRABAN de 1998 podemos identificar a entrada de bancos públicos dentro da FEBRABAN:

Quadro 1 (diretores executivos eleitos no ano de 1995)²⁷

1995-1998		
Maurício Shulman	Presidente	Banco Bamerindus do Brasil SA
Roberto Egydio Setúbal	Vice-presidente	Banco Itaú SA
José Afonso Sancho	Vice-presidente	BANFORT – Banco Fortaleza SA
José Augusto de Queiroz	Diretor-tesoureiro	Banco Antônio de Queiroz SA
Ageo Silva	diretores	Banco Bradesco SA
Gabriel Jorge Ferreira	diretores	Unibanco – União de Bancos Brasileiros SA
Germano de Brito Lyra	diretores	Banco Nacional SA
Henrique de Campos Meirelles	diretores	The First National Bank of Boston
Roberto Pinto Barbedo	diretores	Banco de crédito Nacional SA
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	diretores	Banco Real SA
Pedro Luiz de Toledo Piza	diretores	BIG SA – Banco Irmãos Guimarães
Roberto Calmon de Barros Barreto Filho	diretores	Banco Econômico SA
Roberto Rodrigues de Almeida	diretores	Banco BMD SA
Alcides S. Amaral	suplentes	Citibank NA
Antonio Carlos de Lauro Gastrucci	suplentes	Banco Paulista SA
Carlos Alberto Vieira	suplentes	Banco Safra SA
Joaquim Carneiro Gomes	suplentes	Banco Mercantil do Brasil SA
Murilo Braga de Carvalho Júnior	suplentes	Banco Graphus SA

Quadro 2 (diretores executivos eleitos no ano de 1998)

²⁷ Todas as tabelas foram montadas por nós através das informações das atas das Assembléias Gerais nas quais ocorreram as eleições.

1998-2001		
Roberto Egydio Setubal	Presidente	Banco Itaú
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	Vice-presidente	Banco Real SA
Gabriel Jorge Ferreira	Vice-presidente	Unibanco – União de Bancos Brasileiros SA
Ageo Silva	diretores	Banco Bradesco SA
Antonio Beltran Martinez	diretores	Banco BBA Creditanstalt SA
Antonio Carlos de Lauro Castrucci	diretores	Banco Paulista SA
Bernard Camille Paul Menciaer	diretores	Banco CCF Brasil SA
Carlos Alberto Vieira	diretores	Banco Safra SA
Hélio Ribeiro Duarte	diretores	Banco HSBC Bamerindus SA
Hugo Dantas Pereira	diretores	Banco do Brasil SA
Murillo Braga de Carvalho Júnior	diretores	Banco Graphus SA
Paulo de Queiroz	diretores	Banco Crefisul SA
Raul Carlos Pereira Barreto	diretores	Banco mercantil de São Paulo -FINASA
Alberto de Almeida Pais	suplentes	Caixa Econômica Federal
Alcides S Amaral	suplentes	Citibank NA
Gilberto de Almeida Nobre	suplentes	Banco Excel Econômico SA
Joaquim Carneiro Gomes	suplentes	Banco mercantil do Brasil SA
Roberto Rodrigues de Almeida	suplentes	Banco BMD SA

Quadro 3 (conselheiros eleitos no ano de 1995)

1995-1998	
Alcides S. Amaral	Citibank NA
Alfonso Lanni	Banco Sudameris Brasil SA
Alfredo E. Mello	BCR Banco de Crédito Real SA
Aloysio de Andrade Faria	Banco Real SA
Antônio Beltran Martinez	Banco BBA Creditanstalt SA
Antonio Hermann Dias Menezes de Azevedo	Banco Itamaraty SA
Antonio José Carneiro	Banco Multiplic SA
Carlos Alberto Vieira	Banco Safra SA
Carlos Augusto Meinberg	Banco do Estado de São Paulo SA
Cláudio Roberto Ely	Banco Geral de Comércio SA
Cristiano Buarque Franco Netto	Banco Bozano, Simonsen SA
David Victor Thomas	Lloyds Bank Plc
Eduardo de Queiros Monteiro	Banco Mercantil SA
Francisco Jaime Nogueira Pinheiro Filho	Banco BMC SA
Gastão Augusto de Bueno Vidigal	Banco Mercantil de São Paulo SA
Georges Chaix	Banco Francês e Brasileiro SA
Geraldo Machado	Banco Bandeirantes SA
João Heraldo dos Santos Lima	Banco de Crédito Real de Minas Gerais SA
Jorge Amorim Baptista da Silva	Banco Banorte SA
José Campello Nogueira	Nossa Caixa – Nosso Banco SA
Kohei Denda	Banco América do Sul SA
Lázaro de Mello Brandão	Banco Bradesco SA
Leo Wallace Cochrane Júnior	Banco Noroeste SA
Marcos Magalhães Pinto	Banco Nacional SA
Oscar Fakhoury	Banco BMD SA
Ozias Monteiro Rodrigues	Banco do Estado do Amazonas SA
Paulo de Queiroz	Banco Antonio de Queiroz SA
Pedro Conde	Banco de Crédito Nacional SA
Roberto Egydio Setúbal	Banco Itaú SA
Tomas Zinner	Unibanco – União de Bancos Brasileiros SA

Quadro 4 (conselheiros eleitos no ano de 1998)

1998-2001	
Adhemar César Ribeiro	Banco das Nações SA
Alcides S Amaral	Citibank NA
Alfredo E. Mello	BCR Banco de crédito Real SA
Aloysio de Andrade Faria	Banco Real SA
Antonio Beltran Martinez	Banco BBA Credistanstalt SA
Carlos Alberto Vieira	Banco Safra SA
Cristiano Buarque Franco Netto	Banco Bozano, Simonsen SA
David Victor Thomas	Lloyds Bank Plc
Ezequiel Edmon Nasser	Banco Excel Econômico SA
Francisco Jaime Nogueira Pinheiro Filho	Banco BMC SA
Gastão Augusto de Bueno Vidigal	Banco Mercantil de São Paulo SA – FINASA
Geraldo José Gardenali	Nossa Caixa - Nosso Banco SA
Giovanni Urizio	Banco Sudameris Brasil SA
José Baía Sobrinho	Banco Pontual SA
Kohei Denda	Banco América do Sul SA
Lázaro de Mello Brandão	Banco Bradesco SA
Luiz Eduardo Franco de Abreu	BRB Banco de Brasília
Milton de Araújo	Banco Mercantil do Brasil SA
Oscar Fakhoury	Banco BMD SA
Ozias Monteiro Rodrigues	Banco do Estado do Piauí SA
Paulo César Ximenes Alves Ferreira	Banco do Brasil SA
Paulo de Queiroz	Banco Crefisul SA
Sérgio Cutolo dos Santos	Caixa Econômica Federal
Thomas Tosta de Sá	Banco Bandeirantes
Thomas Zinner	Unibanco – União de bancos Brasileiros

Observamos que no ano de 1998 houve a entrada de alguns bancos públicos na FEBRABAN, mas queremos destacar principalmente a presença do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Esses são os dois principais bancos públicos e sua diretoria é indicada e responde diretamente ao alto escalão do governo federal (Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, etc.).

Acreditamos que a idéia de redes sociais (MINELLA, 2007; MIRANDA, 2005) pode nos ajudar a entender o significado da entrada desses bancos públicos dentro da FEBRABAN. Por serem bancos que seus membros têm contato direto com o alto escalão do governo federal, a entrada desses bancos significa a expansão das redes sociais de representação dos banqueiros. Esse seria um novo canal de acesso ao Estado, criado na década de 1990 diante das dificuldades de comunicação destes com o Estado; e é um canal que perdura durante todo o nosso período de análise.

A especificidade desse tipo de canal que queremos destacar é o fato de ele ser institucionalizado. É comum encontrarmos nos jornais (pesquisa que será apresentada no terceiro capítulo) banqueiros que já tiveram participação em algum ministério ou mesmo no Banco Central. Um estudo interessante seria sistematizar

esse fluxo de indivíduos de altos cargos no escalão do governo federal e bancos privados. Mas esse fluxo não está consolidado institucionalmente. É uma prática de fluxo de pessoas, que levam consigo seu conhecimento das instituições públicas e também seus contatos internos, mas não fortalece os vínculos institucionais entre entidades públicas e privadas.

A absorção de bancos públicos dentro da FEBRABAN seria um avanço nas práticas de relacionamento direto com o Estado já usadas pelos banqueiros anteriormente; significa a institucionalização de tais práticas.

E cabe aqui destacar que tais práticas não se resumem nos contatos entre os grandes dirigentes dos bancos públicos e privados. Como podemos observar no quadro dos Comitês executivos exposto no tópico três do presente capítulo, embora em menor número, os bancos públicos também possuem representantes nesses espaços.

Sobre esses espaços, COSTA em sua entrevista apresentou um indicativo de como as relações sociais se estabeleciam neles. Segundo o entrevistado, os banqueiros denominavam a sua própria relação social interna com a palavra utilizada na área administrativa “*benchmarking*”. COSTA caracterizou o termo como:

A consulta usual aos concorrentes para balizar (“copiar ou inspirar”) os próprios projetos. Muitas vezes são realizadas via rede de relacionamentos pessoais entre os profissionais de menor escalão, inclusive os estabelecidos nas diversas Comissões da FEBRABAN.

Esse relacionamento é apresentado com uma linguagem administrativa, mas pode ser interpretado sob um ponto de vista político. Como indica esta definição de “*benchmarking*”, entre os banqueiros a relação de concorrência possui determinadas peculiaridades. Diferente dos industriais, que protegem as inovações do processo produtivo, o chamado “segredo industrial”, os banqueiros possuem relações nas quais transformações administrativas são compartilhadas. COSTA falou que tal compartilhamento não é tão avançado como em outros países. Ele deu o exemplo das redes de atendimento automáticas (ATM’s), destacando que o nível de compartilhamento dessas redes é muito menor se comparado com os países europeus.

Mas de qualquer forma existe um tipo de relação social que permite esse compartilhamento de informações entre os integrantes da fração. Isso nos indica duas coisas. Primeiro, a grande coesão interna da fração pode ter como uma das explicações essa maior capacidade de troca de informações entre os banqueiros. Segundo, a FEBRABAN é uma instituição importante nesse processo de socialização dos banqueiros através do “*benchmarking*”. Esse tipo de relação seria estabelecida dentro dos espaços superiores de decisão da FEBRABAN e também dentro das “Comissões” ou “Comitês”.

Esse é outro indicativo que mostra que a FEBRABAN cumpre o critério de representatividade enquanto adesão orgânica dos membros da fração na entidade.

E também percebemos que os banqueiros do setor público foram incluídos em 1998 nesse processo de socialização. Esses bancos são importantes na relação da FEBRABAN com o Estado, mas podemos considerar a possibilidade de os banqueiros temerem a perda da autonomia da instituição se forem comandados por um banco público. Esse rebaixamento hierárquico dos bancos públicos pode ser interpretado como a busca da fração financeira em se manter autônoma em relação ao Estado.

Nossa pesquisa conseguiu identificar principalmente os canais de relacionamento dos banqueiros com o Executivo. Com os poderes judiciário e legislativo não conseguimos levantar muitos dados. Em relação ao judiciário, observamos na grande imprensa a divulgação de congressos oferecidos pela FEBRABAN aos juízes da Justiça do Trabalho. O congresso especificamente encontrado, que foi batizado como “Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho”, e que teve a sua 14ª edição em 01/05/2007²⁸, foi realizado na cidade de Natal. Estes são congressos realizados anualmente e que representariam um espaço de socialização de juízes (todas as contas do congresso são pagas pela FEBRABAN) com banqueiros.

²⁸Reportagem sobre o evento em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u91718.shtml>. Acesso em 29/06/10.

Mas ainda verificamos a necessidade de estudos específicos sobre a relação dos banqueiros com esses dois poderes para assim mapear de forma mais ampla a relação que os banqueiros possuem com o Estado.

Mas além desses espaços, também queremos estudar os temas nos quais a ação política dos banqueiros teria foco. Para isso, iremos analisar os principais assuntos discutidos na Diretoria executiva da FEBRABAN entre as datas de 12 de julho de 2006 e 06 de junho de 2007. Tivemos acesso aos pontos de pauta das reuniões dessa diretoria através de COSTA, que na época era membro da diretoria e recebia com antecedência um documento elencando quais assuntos seriam discutidos nas reuniões, assim como alguns documentos complementares a esses assuntos. Fizemos a sistematização desses pontos de pauta na próxima tabela, na qual buscamos apresentar os principais assuntos discutidos durante a reunião da Diretoria Executiva.

A utilização de tal fonte para a análise dos temas de interesse da FEBRABAN justifica-se por ser essa a instância definida institucionalmente como a responsável pelas atividades cotidianas da federação. A próxima tabela apresenta as pautas discutidas separadas por temas.

Tabela 5 (temas discutidos nas reuniões da Diretoria Executiva)²⁹

²⁹ Tabela produzida através da análise dos pontos de pauta das reuniões da diretoria executiva da FEBRABAN.

Assunto debatido	12/7/06	9/8/06	20/9/06	18/10/06	8/11/06	7/3/07	21/3/07	18/4/07	9/5/07	23/5/07	6/6/07	Total	%	
Auto-regulação	2	0	0	1	1	5	2	1	1	1	1	15	6,98	22,79
Regulamentação do Executivo	1	2	6	1	2	1	2	1	0	0	1	17	7,91	
Regulamentação do Legislativo	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	5	2,33	
Regulamentação conjunta	0	1	1	2	1	2	1	0	2	2	0	12	5,58	
Relação com o Executivo	0	3	1	0	1	1	0	1	5	5	2	19	8,84	15,35
Relação com o Judiciário	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4	1,86	
Relação com o Legislativo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	0,93	
Relação com Políticos	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0,93	
Relação com a Fração Industrial	0	0	0	0	2	0	0	1	1	1	1	6	2,79	
Ação jurídica	3	2	2	2	1	0	0	2	4	2	1	19	8,84	13,02
Ação social	1	1	0	2	0	1	1	1	1	0	1	9	4,19	
Associações Financeiras Nacionais	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2	0,93	4,19
Associações Financeiras Internacionais	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	4	1,86	
Associações não-financeiras nacionais	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,47	
Instituições Internacionais (FMI)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	0,93	
publicações	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2	0,93	0,93
Evento - judiciário	1	1	1	0	0	1	0	0	2	1	0	7	3,26	19,07
Evento - atividade bancária	2	2	2	1	5	6	0	2	2	2	4	28	13,02	
Evento - associação internacional	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,47	
Evento - atividades da fração industrial	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,47	
Evento - executivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,47	
Evento Social entre banqueiros	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,47	
Evento social/artístico	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2	0,93	
Assuntos organizacionais	0	3	2	1	0	3	1	5	4	4	3	26	12,09	20,47
Assuntos políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,47	
Assuntos econômicos	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2	0,93	
Estudos administrativos	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1	4	1,86	
Estudos econômicos	0	0	1	1	0	2	0	0	1	0	1	6	2,79	
Relações trabalhistas	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	5	2,33	
não-identificado	0	2	0	1	2	1	2	0	0	1	0	9	4,19	4,19
Total												215	100	100,00

O primeiro conjunto de assuntos trata das regulamentações do sistema financeiro. O termo auto-regulação refere-se à regulação das atividades bancárias colocadas pela própria FEBRABAN, ou seja, a fração financeira regulando a si própria. Os dois próximos tipos de assuntos tratam das regulamentações criadas pelo Executivo e legislativo, respectivamente. E a regulamentação conjunta são as regras de atividades bancárias produzidas na parceria da FEBRABAN com o Estado. Percebemos que quase $\frac{1}{4}$ dos assuntos debatidos tem esse tema como referência. Isso entra em acordo com a propensão da entidade em editar normas de conduta para a atividade bancária, como já foi trabalhado no terceiro tópico desse capítulo.

O segundo conjunto trata de pautas que tem por referência encontros de banqueiros com pessoas vinculadas às áreas denominadas na tabela. A nomenclatura “políticos” foi adotada para encontros realizados com importantes

figuras públicas ainda em período eleitoral, ou seja, ainda não vinculados com o Estado por cargo público. Percebemos que esses encontros pessoais (almoços, reuniões, etc) são realizados principalmente com pessoas ligadas ao poder executivo. Esse tipo de assunto não é o principal, mas tem uma importância considerável (15,35%).

O terceiro conjunto de assuntos trata de ações propriamente ditas da instituição FEBRABAN. Mencionemos antes de tudo que a ação política tanto da FEBRABAN como da fração financeira não pode ser resumida somente a esses dois pontos de pauta. Todos os assuntos debatidos podem gerar (ou ser interpretados como) ações políticas. Contudo, foram apenas esses dois assuntos que foram explicitamente debatidos enquanto ação institucional da FEBRABAN dentro das reuniões da Diretoria Executiva.

Percebemos que, apesar de apenas dois tópicos, esse conjunto de assunto possui 13,02% de espaço nos temas debatidos nas reuniões. Especial destaque para as ações jurídicas, que em geral trata de processos movidos contra bancos, e são discutidas ações que a FEBRABAN pode tomar (contratação de escritórios de advocacia, envio de cartas ou contato direto com juízes e ministros do poder judiciário, etc). O tema das pendências jurídicas é uma constante dentro dessas reuniões.

No quarto conjunto, percebemos que o debate sobre a relação da FEBRABAN com outras associações patronais (nacionais e internacionais) e a relação da FEBRABAN com organismos internacionais possui espaço reduzido dentro das reuniões. Isso não necessariamente significa que essas relações são menos importantes, mas sim que essas entidades estão mais afastadas da atividade cotidiana da federação.

O quinto conjunto de assuntos, publicações, possui espaço quase inexistente dentro dos temas debatidos. Isso mostra que a impressão de materiais próprios não é o principal meio de divulgação institucional.

O tipo de divulgação institucional mais relevante encontrado por nós seria a organização e a participação em eventos encontrado no sexto conjunto de assuntos. Especial destaque à organização de eventos sobre a atividade bancária.

Tais eventos são direcionados principalmente para a própria fração financeira. A FEBRABAN enquanto promotora de eventos pode ser uma das bases que permite a grande coesão interna da fração.

E como sétimo assunto debatido encontramos temas variados, que em geral são definidos como ponto de pauta, mas em sua maioria não possuem materiais complementares³⁰. O que chama a atenção nesse tópico é a não discussão sistemática dos banqueiros das questões de ordem econômica.

Sobre isso, a avaliação que COSTA fez dessas reuniões é de que eram debatidos principalmente assuntos jurídicos e administrativos, havendo pouco debate sobre economia. O entrevistado buscou destacar que dentro da FEBRABAN não havia a formulação de uma concepção de economia ou a definição de um posicionamento político oficial.

O esforço da fração financeira dentro da FEBRABAN é mais no sentido de resolver os problemas concretos do que formular uma posição sobre economia ou política. É uma ação mais pragmática do que ideológica. Esse é um indicativo que os espaços da FEBRABAN não são usados para formular e divulgar a posição política dos banqueiros. Assim sendo, observamos que a FEBRABAN cumpre mais o nosso primeiro critério de representatividade do que o segundo apresentado no tópico 1.1. A FEBRABAN é mais um espaço de socialização dos banqueiros do que um porta-voz deles.

Isso foi determinante no andamento de nossa pesquisa. Quando iniciamos nosso estudo sobre FEBRABAN, buscávamos não apenas a estrutura organizacional dos banqueiros, mas também o posicionamento destes em relação à cena política. Tanto nas Assembléias Gerais, nos documentos publicados pela entidade (relatórios sociais), nas reuniões da diretoria executiva, em nenhum espaço encontramos uma definição coletiva de posicionamento dos banqueiros em relação à política.

³⁰ As pautas das reuniões obtidas na pesquisa foram fornecidas por Fernando Nogueira da Costa. Em geral, além de vir a relação de pautas, também encontramos materiais complementares em algumas pautas (por exemplo, no caso das ações jurídicas, podemos encontrar em algumas páginas breves relatos de como o processo estava). No caso desses assuntos, como eram apenas debates, quase não encontramos materiais complementares, o que dificultou nossa análise.

COSTA declarou que, dentro da FEBRABAN, atuava em defesa do governo. Existe um conjunto heterogêneo de banqueiros dentro da entidade, o que evidencia a entidade como espaço de socialização entre a fração; mas isso também significa que possíveis conflitos podem surgir oriundos de tal heterogeneidade, especialmente da diferença entre bancos públicos e privados. Acreditamos ser plausível a afirmação de que a entidade lida com esse problema simplesmente retirando de pauta tais temas mais polêmicos.

O posicionamento da “fração financeira”, portanto, não deve ser entendida como fruto de um processo organizativo dessa camada de empresários; o posicionamento dessa fração se realiza de maneira mais difusa, com a apresentação individual desta por cada banqueiro.

Assim sendo, selecionamos como objeto para a identificação de tal posicionamento um estudo sobre a opinião dos banqueiros na mídia impressa, que será a pesquisa realizada no próximo capítulo.

Capítulo 3: Posição política dos banqueiros:

3.1 Carta ao povo brasileiro: recepção dos banqueiros à entrada do PT no poder.

Decidimos iniciar a análise da opinião dos banqueiros frente à política governamental através do estudo de um documento anterior à posse de Lula na presidência, a chamada “Carta ao povo brasileiro”. A análise da opinião desses empresários acerca desse documento nos ajuda a entender como os banqueiros encararam a entrada do Partido dos Trabalhadores no poder.

Ele foi publicado em 22 de junho de 2002 em uma conjuntura eleitoral conturbada, na qual havia uma crise econômica. Essa crise, marcada pela forte desvalorização do real (crise cambial), foi explicada por FILGUEIRAS (2006) como resultado da forte instabilidade resultante da implementação do modelo neoliberal praticado pelo governo FHC.

A estratégia eleitoral da campanha do adversário de Lula na eleição, José Serra, foi a de culpar Lula (à subida nas intenções de voto no candidato do PT) por essa instabilidade, inclusive com aparições na mídia de Fernando Henrique levantando os riscos da eleição de um governante incompetente (ALDÉ, 2003, p.103-104). Segundo RENNÓ e SPANAKOS (2006, p.33), as intenções de voto em Lula nas eleições de 2002 funcionaram como uma “via de mão dupla” em relação aos indicadores econômicos; ao mesmo tempo influenciaram as avaliações do risco país, também foram influenciadas por indicadores macroeconômicos e do mercado financeiro. Mas como apontado por RENNÓ e SPANAKOS, existe uma tendência de resultados macroeconômicos negativos terem um efeito positivo nas intenções de voto nos candidatos de oposição. É nesse cenário político que colocamos a “Carta ao Povo Brasileiro” assinada por Lula.

Essa carta seria uma ação política com o intuito de se contrapor à estratégia de Serra, criticando a política governamental que teria exposto o país à

uma situação de risco, e ao mesmo tempo tentando dissuadir suspeitas de que iria adotar políticas econômicas heterodoxas ou que iria “quebrar contratos”. Ao mesmo tempo em que atacava a tática do adversário, buscava efetivar a tendência de fenômenos macroeconômicos negativos tornarem-se uma vantagem na eleição.

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002. p. 3)

Esse trecho da carta nos mostra que, junto da promessa de não “quebrar contratos”, a carta publicada em nome de Lula traz a crítica à política econômica de FHC, em específico com relação ao crescimento da dívida pública.

Percebemos que essa idéia de não “quebrar contratos” não é uma promessa específica de pagamento da dívida pública ou de manutenção das privatizações, mas sim um discurso genérico de compromisso com o regime de propriedade. Discurso coerente tanto com relação à proposta de atrair diferentes segmentos do empresariado, como com relação ao objetivo de fugir de temas polêmicos (um discurso direto de manutenção de privatizações poderia ter criado um conflito dentro da própria base eleitoral de Lula).

Além dessa tática eleitoral, essa carta expôs muitas diretrizes econômicas a serem seguidas durante o mandato. Percebemos na carta, primeiro, um compromisso com as “reformas estruturais”, especificamente, a reforma tributária, a reforma agrária, reforma previdenciária e a reforma trabalhista. Também é possível identificar um compromisso de investimento na área de energia,

habitação, fome e segurança pública (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p.2-3)

Outro conteúdo da carta é a promessa de redução “sustentada” da taxa de juros, promessa essa que é seguida de um compromisso com a manutenção das taxas de inflação e do estabelecimento do objetivo de crescimento sustentável (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p.4). Aqui, o texto tenta conciliar três variáveis a princípio contraditórias; a política de juros é um instrumento macroeconômico utilizado atualmente como forma de combate a inflação (ver tópico 3.5), mas é ao mesmo tempo uma variável que dificultaria o crescimento econômico. A promessa da carta seria a de estabelecer uma política de juros que, ao mesmo tempo que conteria a inflação, também permitiria o crescimento econômico. Esse é outro discurso que aponta o posicionamento conciliador da candidatura de Lula em 2002.

Um terceiro fator importante presente na carta foi o compromisso com a manutenção do superávit primário, este sendo declarado como o instrumento para pagamento da dívida interna (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p.4-5). O sentido geral do documento é o compromisso com a não ruptura, mas enfatizando que a proposta do governo seria na direção do crescimento econômico.

As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p.5)

Verifica-se, na “carta ao povo brasileiro”, não só uma tentativa de fuga de temas polêmicos com finalidade eleitoral, mas também um compromisso com a agenda de políticas burguesas em sentido genérico (respeito aos contratos) e de políticas neoliberais em sentido específico (reformas, juros como instrumento de controle da inflação, superávit primário), embora tenha incluído itens que não pertenciam originariamente à agenda neoliberal (um item mais conciliável, que seria o crescimento econômico, e outro mais contraditório, que seria a reforma agrária).

Mas qual foi a reação do empresariado do setor bancário diante desse pronunciamento? Queremos saber primeiro se a “carta ao povo brasileiro” teve efeitos positivos para o PT enquanto estratégia eleitoral, e segundo, se seu projeto de governo foi aprovado por essa camada de empresários.

Primeiramente, é importante destacar a diferença do posicionamento dos empresários de maneira geral em relação à candidatura de Lula, comparando as eleições de 1989 e de 2002. Houve a mudança de uma aversão generalizada em relação à candidatura petista para uma aceitação da possibilidade de vitória de Lula.

Essa diferença é ilustrada na comparação da fala de Mario Amato, então presidente da FIESP em 1989, que declarou que 800 mil empresários deixariam o país caso Lula fosse vitorioso nas eleições, e da fala de Raymundo Magliano Filho, presidente da Bovespa em 2002, respondendo à pergunta sobre como a bolsa reagiria caso Lula fosse eleito:

Tranquilidade total. Repito uma frase de Norberto Bobbio [filósofo, jurista e escritor italiano]: o que é ser democrata? É aceitar a diferença, ser tolerante, é dar a possibilidade de que a minoria se torne maioria. (FILHO, 2002).

Essa afirmação foi feita dois dias antes da publicação da “Carta ao povo brasileiro”. Nessa entrevista, uma das reclamações de MAGLIANO foi de que “*de maneira geral, os candidatos não explicitam*” seus programas de governo em relação à políticas econômicas, já indicando que a carta era uma demanda por parte dos empresários.

Mesmo antes da “Carta ao povo brasileiro”, os empresários indicavam que sua postura em relação a uma vitória eleitoral do PT seria diferente se comparado com 1989. O próprio Mario Amato admitiu que havia exagerado em suas afirmações de 1989 e que, no contexto eleitoral de 2000, para eleições da prefeitura, poderia votar em Marta Suplicy (AMATO, 2000).

A postura geral do empresariado mudou. DINIZ (2005) chama a atenção para um processo de erosão do consenso neoliberal dentro do empresariado a partir de 1998, que na conjuntura de 2002 foi expressa pela posição do empresariado industrial em defender políticas que estimulassem a

industrialização, a competitividade internacional brasileira (diminuísse o “risco Brasil”) e melhorasse a situação da balança comercial (DINIZ, 2005, p.30).

Mas a erosão desse consenso não pode ser entendida como um abandono por parte do empresariado do projeto neoliberal. Consideramos que nessa nova cena política não havia mais a disposição dos empresários, especialmente os industriais, em defender a qualquer custo (no caso com o sacrifício do crescimento econômico) o projeto neoliberal então praticado pelo governo FHC.

Estamos aqui diante de um processo no qual os empresários passam a colocar a possibilidade de um apoio a um governo alternativo; a carta representa o vetor inverso desse processo, ou seja, o PT se aproximando dos empresários, se colocando como possível projeto alternativo na esfera de seus interesses. Analisar a recepção da carta é, portanto, analisar a efetividade da aproximação do PT em relação ao empresariado nacional.

Mas como coloca BOITO (1998), o projeto neoliberal atende diferenciadamente as várias frações da burguesia. A fração industrial, segundo o autor, seria menos beneficiada do que a fração financeira; portanto, consideramos plausível levantar a hipótese de que a fração financeira possa ser menos propensa a aderir a um projeto alternativo do que a fração industrial.

Não encontramos entre os banqueiros exemplo semelhante ao de Eugênio Staub, então presidente da Gradiente, eleitor histórico do PSDB, que em setembro de 2002 concede entrevista à Folha de São Paulo declarando seu voto ao Lula (STAUB, 2002).

Isso mostra que o efeito da carta foi diferente junto aos banqueiros. Mas isso não significa que a carta não surtiu efeito nessa camada de empresários. Seu efeito foi menos de atrair votos e mais de dissuadir aversões.

Antes das eleições do primeiro turno, encontramos poucos pronunciamentos acerca da carta na imprensa escrita, mas pronunciamentos positivos.

A declaração de Sérgio Werlang, então diretor do Itaú, é a de que: *"A carta não diminui totalmente a imagem de ambiguidade do partido [em relação à política econômica], mas resolve 80% do problema"* (WERLANG, 2002).

Carlos Kawall, economista-chefe do Citibank, declara que a carta foi “*um passo positivo, na direção correta*” (KAWALL, 2002), deixando claro que não tinha dúvidas do compromisso do PT com a estabilidade, e reivindicando ainda o anúncio da possível equipe econômica do governo.

O fato é que a eleição de Lula não era vista como um grande problema para essa camada de empresários. Roberto Setúbal, então presidente do banco Itaú, em discurso para investidores em Washington em setembro, chega a afirmar que “*Lula será o próximo presidente do Brasil, com certeza*”, buscando deixar claro que a transição partidária no governo não seria problemática devido aos compromissos assumidos pelo PT (SETÚBAL, 2002a).

Portanto, nessa fase do primeiro turno das eleições, os banqueiros não apresentaram uma forte aversão à possibilidade da entrada do PT no poder, e também se posicionaram favoráveis às declarações da “Carta ao povo brasileiro”. Na fase do segundo turno, chamamos a atenção para dois eventos: a publicação de uma nova carta para conter a conjuntura de crise e a reunião do PT que reuniu diversos banqueiros.

Essa nova carta, elaborada pelo partido em conjunto com a Bovespa, com a Associação Brasileira dos analistas do Mercado, com o Instituto Brasileiro de mercado de capitais, e mais outras entidades do sistema financeiro, foi apresentada na FIESP no dia 17 de outubro de 2002. Tal carta foi elaborada com o objetivo de conter o processo de subida do dólar em relação ao real, que não estava sendo contido pelas decisões do COPOM em aumentar os juros (FUTEMA, 2002). Embora não encontremos banqueiros nesse processo de formulação de diretrizes políticas, a formulação de uma carta voltada especificamente para o sistema financeiro já aponta para a preocupação do PT em dissuadir possíveis conflitos com esse setor econômico específico.

Também destacamos a reunião realizada em 19 de outubro de 2002, na qual estavam presentes diversos empresários da indústria (executivos da Sony, Coca-Cola e Telemar, Paulo Skaf, então presidente da Associação Brasileira da Indústria Textil, Eugênio Staub, Ivo Rosset) e também diversos banqueiros (Itaú, Unibanco, Citibank, Real, Opportunity). Desse encontro, Roberto Setúbal elogiou

bastante o “*laboratório’ do pacto social*” criado pelo PT, reforçando que estava tranqüilo em relação à possível vitória de Lula (SETÚBAL, 2002b).

Não encontramos banqueiros declarando voto ao Lula. Em comparação ao posicionamento de Eugênio Staub, podemos citar Roberto Setúbal. Depois da já citada fala em Washington da certeza de vitória de Lula, o banqueiro fez questão de declarar seu voto ao José Serra. Falou que Serra reunia “*as melhores condições para conduzir o país*”, embora seu pronunciamento acerca de Lula representasse a convicção de que a transição seria suave. (SETÚBAL, 2002a).

Inclusive, tais declarações só foram encontradas na “Folha de São Paulo”. Não foi encontrado nada no “Valor Econômico” que tratasse do posicionamento dos banqueiros quanto à carta antes das eleições.

No “Valor Econômico” foi encontrada apenas uma matéria que trata da posição dos banqueiros em relação à carta em 2002, matéria essa posterior ao processo eleitoral. Essa matéria trata do documento emitido pela FEBRABAN após a eleição de Lula, na qual a entidade se pronuncia em “*defesa do Brasil*”; se prontifica “*a colaborar com o governo em muitos de seus projetos, em especial na busca de soluções para o desenvolvimento sustentado*”; e expõe o desejo de que Lula consiga governar sobre os princípios contidos na “Carta ao povo Brasileiro”, com ênfase nas políticas fiscais, de inflação, e com respeito às instituições e aos contratos. (FEBRABAN, 2002).

Percebemos que, após a eleição, a instituição representativa dos banqueiros passa a assumir a posição de não-confronto com o governo, posição essa já assumida antes da eleição pelos próprios banqueiros.

E, nesse sentido, a “Carta ao povo Brasileiro”, se não conseguiu novos eleitores, conseguiu efetivamente apaziguar na conjuntura eleitoral uma possível antipatia dos banqueiros.

Mas depois dessa conjuntura eleitoral, na qual percebemos que as promessas feitas na carta foram bem recebidas, coloca-se outro problema: essas promessas, na avaliação dos banqueiros, foram cumpridas?

O cumprimento das promessas foi o objeto de debate em dezembro de 2002 quando Horst Köhler, então diretor-gerente do FMI, esteve presente em uma

reunião com os banqueiros brasileiros (e alguns industriais) após um almoço com Lula e Antônio Palocci. Segundo o relato do jornalista Elio Gaspari, a grande maioria dos banqueiros seguiu a linha argumentativa de Roberto Setúbal, temeroso pela inflação e insatisfeito com a meta de 3,75% do PIB de superávit primário, além da necessidade de se subir os juros (idéia essa que não foi compartilhada por todos; Fernão Bracher, do BBA, fez uma fala de que o aumento dos juros não seria um “remédio para qualquer mal da economia”) (GASPARI, 2002).

Em outra reportagem sobre o mesmo evento, o jornalista Guilherme Barros relata a pergunta de KÖHLER aos presentes, se todos estavam tranquilos em relação à entrada de Lula no poder. A resposta de um dos banqueiros (não foi especificado qual) foi que estaria mais tranquilo se soubesse quem seria o presidente do Banco Central (BARROS, 2002).

Nas duas reportagens o diretor-gerente do FMI foi apresentado como confiante em relação à política econômica de Lula, mais confiante que os próprios banqueiros brasileiros. Isso mostra que, às vésperas da entrada do PT na presidência, os banqueiros não estavam totalmente confiantes nas políticas que seriam implementadas.

Em 28 de março de 2003, Gabriel Jorge Ferreira, vice-presidente do Unibanco e presidente da FEBRABAN, em entrevista à Folha de São Paulo, fez o seguinte comentário:

O governo vem demonstrando que as promessas de campanha, como a "Carta ao Povo Brasileiro", estão sendo cumpridas. Durante a reunião do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), na Itália, a Febraban promoveu um encontro com a participação de vários bancos internacionais e o que se constatou foi que a opinião geral era de que os fundamentos do país estão sólidos. Por isso, o Brasil está tendo uma performance extremamente positiva neste momento. (FERREIRA, 2003a).

Percebemos que logo no início do governo, com o anúncio e formação das equipes econômicas e dos ministérios, a previsão dos banqueiros era de que a “Carta ao povo Brasileiro” seria cumprida.

Em julho de 2003, Pedro Malan, ex-ministro da Fazenda de FHC e há sete meses no conselho de administração do Unibanco, teceu elogios à “Carta ao povo

Brasileiro” em palestra no Jockey Club do Rio de Janeiro, destacando que a carta marca o início do processo de recuperação da economia, embora citasse outras ações do governo de FHC que também ajudaram nesse processo. (MALAN, 2003).

Consideramos muito significativo o fato de um adversário político do PT, sete meses após sair do governo e entrar em um banco privado, atribuir à “Carta ao povo Brasileiro” a importância de reverter uma crise iniciada no seu próprio governo. Isso mostra que a carta foi realmente muito bem aceita dentro do meio bancário e financeiro e que no primeiro semestre de governo ela estava sendo cumprida.

Roberto Setúbal, presidente do banco Itaú, em dezembro de 2003, também em entrevista à “Folha de São Paulo”, justificou seu posicionamento nas eleições de 2002 dessa forma:

Na época, eu procurei mostrar que, pelo programa do PT, pela "Carta aos Brasileiros" e pela forma como os membros do PT estavam interagindo com o setor privado -o tipo de conversa, o tipo de idéias-, eu entendia que não havia motivos para aquela ansiedade exagerada do mercado. Eu acreditei que tudo o que estava no programa e nos discursos seria cumprido.

E foi isso o que ocorreu. Na realidade, o governo do PT está fazendo exatamente aquilo a que se propôs no seu programa do governo. Se olharmos o programa do PT, tudo o que está sendo feito agora, até a austeridade fiscal, estava lá. Do ponto de vista econômico, a surpresa foi, para muitos, o PT cumprir o que havia sido prometido. (SETÚBAL, 2003a).

Observamos que durante o primeiro ano, a avaliação presente nos discursos dos banqueiros na mídia impressa foi a de que a “Carta ao povo Brasileiro” estava sendo cumprida, e esse cumprimento estava sendo positivo. Nesse sentido, embora não tenha criado novos eleitores em 2002, a carta conseguiu efetivamente dissuadir possíveis aversões dentro dessa camada de empresários.

Assim sendo, os banqueiros, mesmo sendo uma fração mais afastada em relação à entrada do PT no poder, ainda assim se posicionou favoravelmente à proposta eleitoral do partido e às políticas implementadas. Mostrando assim que mesmo os setores mais afastados da classe dominante se adaptaram à entrada de um governo alternativo.

3.2- Autonomia do Banco Central: opinião dos banqueiros com relação à entrada de Henrique Meirelles na presidência da instituição e com relação à alteração do artigo 192 da Constituição.

O tema “autonomia do Banco Central” é objeto de intensos debates jornalísticos e acadêmicos, nos quais banqueiros e economistas possuem participação direta. Nesse debate, prevalece a defesa dessa autonomia, defesa essa realizada por argumentos embasados na perspectiva neoliberal. Esse tipo de argumento foi sintetizado por MENDONÇA (2000):

A discussão que envolve a independência dos bancos centrais tem apresentado como principal argumento teórico a hipótese de que policy-makers são sujeitos ao viés inflacionário intrínseco à condução da política monetária (MENDONÇA, 2000, p.101).

E diante dessa característica intrínseca, seria importante separar os agentes responsáveis pela estabilidade monetária (o Banco Central) do resto dos agentes estatais.

Essa defesa teórica da autonomia do Banco Central é normativa, pois, primeiro, pressupõe que os agentes governamentais possuem viés inflacionário, e segundo, pressupõe que a instituição do Banco Central possui a característica intrínseca de busca da estabilidade monetária. Nas palavras de SOLA *et. al.*(1998):

The prevailing wisdom concerning monetary authority is basically normative. It stipulates the independence of central banks from the political arena as a precondition for achieving durable price stability” (SOLA; *et. al.* 1998. p.115)

Buscando uma perspectiva analítica alternativa, os autores acima citados propõem uma discussão acerca da autonomia do Banco Central em termos da legitimidade do Banco Central, e não em torno de um argumento sobre eficiência.

Fazendo uma comparação com o poder judiciário, os autores desenvolvem o argumento de que a autoridade monetária necessita construir politicamente sua legitimidade nas conjunturas políticas locais. Sob essa lógica, explicam o processo de centralização do controle monetário nas mãos do Banco

Central através do processo de legitimação que essas autoridades monetárias adquiriram com a estabilização da inflação.

Esse argumento é o inverso do que as teorias justificadoras da autonomia pregam. Enquanto essas falam que, para o alcance da estabilidade monetária, é necessário um banco central autônomo, SOLA et. al. afirmam ao contrário, que é justamente a estabilidade monetária que permitiu o banco central adquirir níveis de autonomia (inversão essa justificada pela análise histórica do desenvolvimento dos Bancos Centrais, os quais adquiriram autonomia somente depois da estabilização da moeda).

Nesse sentido os autores contribuíram por retirar o debate sobre autonomia do Banco Central da esfera normativa. Mas se distinguem de nós em relação aos objetivos nesse debate. O grande problema teórico dos autores nesse artigo é colocar o problema da autonomia como não-contraditório ao sistema político democrático. Para eles, o processo de autonomização da autoridade monetária não teria o sentido de restringir o acesso ao processo decisório da política monetária para uma política mais eficiente, mas sim de construção social da legitimidade da autoridade monetária. Nas situações históricas em que a estabilidade monetária torna-se um problema político de primeira ordem, nos processos econômicos de “hiperinflação”, cria-se uma situação em que a autoridade monetária pode adquirir legitimidade frente à população. E a aplicação de uma política que seja bem sucedida no combate à inflação efetivamente concede legitimidade social para essa autoridade monetária (SOLA, et. al. p.129). A questão aqui é que a estabilidade monetária torna-se um objetivo social comum, e o sucesso do Banco Central na criação e manutenção dessa estabilidade confere a esse ator social legitimidade, não sendo portanto um processo político anti-democrático.

Nosso objetivo ao discutir autonomia não é encontrar alguma possível conciliação entre democracia e autonomia do Banco Central (embora consideremos que dentro do sistema democrático formal burguês esse modelo de autoridade monetária possa ter uma boa capacidade de adequação).

Queremos sim identificar, primeiro, a legitimidade que a forma de autonomia construída no Brasil possuía entre os banqueiros, quais eram as dificuldades consideradas por esses empresários dessa forma de autonomia, e seu posicionamento diante da tentativa de se regulamentar um sistema institucional do Banco Central, que poderia ser mais adequado aos seus interesses.

Tomamos esse outro caminho porque consideramos que a transformação do sistema monetário brasileiro tem menos a ver com a dinâmica de construção de um sistema político democrático no país e mais a ver com a dinâmica que as classes dominantes assumiram no sistema capitalista neoliberal. Nesse sentido, concordamos com a afirmação de LOUREIRO, et. al. (2011):

No caso do Banco Central, sua impermeabilidade às pressões que lhe tem permitido praticar política de juros elevados há mais de uma década não se explica por uma idéia abstrata “de racionalidade econômica”, por uma lógica estritamente técnica e neutra, como muitos afirmam. Trata-se de política imposta pelo chamado “poder de fogo” do mercado financeiro, que pode constringer os governos que se financiam através do endividamento público interno ou externo, impondo-lhes a “autonomia” (se não legal, pelo menos, de fato) da autoridade monetária, “protegendo-a” contra pressões do restante do sistema político e, portanto, gerando *credible commitment*. (LOUREIRO, et. al. 2011. p.72)

Para nós, a construção da autonomia do Banco Central dependeu menos do processo brasileiro de democratização do sistema político e mais do poder político adquirido pela classe financeira no capitalismo neoliberal; e nesse sentido a opinião dos banqueiros sobre autonomia torna-se um objeto de estudo importante.

Quem realizou o plano de estabilização monetária brasileira, o plano Real, foi FHC e sua equipe econômica. Embora possamos observar o debate sobre autonomia do Banco Central em diferentes períodos da história (NOVELLI, 1998), foi no governo de FHC que essa instituição sofreu diversas alterações relevantes para pensar autonomia no nosso recorte temporal.

Segundo NOVELLI, a autonomia do Banco Central no Brasil durante o governo FHC não foi construída juridicamente, limitando institucionalmente a capacidade de intervenção de outras esferas do Estado na atuação da autoridade monetária. O que ocorreu foi a delimitação e priorização da ação do Banco Central

ao que o autor chamou de “funções clássicas”, em especial a manutenção da estabilidade do poder de compra da moeda nacional (NOVELLI, 1998, p.15).

Nesse sentido é que o Banco Central passou a possuir grande margem de autonomia para definir a política de juros do governo através do controle da Taxa Selic, mesmo não podendo se opor diretamente à política econômica mais geral.

A autonomia que existia antes da entrada do governo Lula ocorria mais pelo projeto político adotado pelo governo do que pela limitação institucional de intervenção dentro do órgão. Sobre essa perspectiva, o problema da autonomia do Banco Central assume aspectos muito mais complexos. O problema aqui não é apenas se o governo vai intervir no Banco Central.

Primeiro, existe o problema de qual equipe econômica assumiria o Banco Central. Por mais que essa equipe agisse de forma autônoma, essa equipe não necessariamente aplicaria as mesmas políticas econômicas que estavam sendo aplicadas no governo FHC. Segundo, mesmo que iniciasse com uma política de continuidade, havendo a abertura institucional, em outro momento o governo poderia mudar essa equipe ou impor externamente a alteração da política econômica. O problema é menos acerca da possibilidade de intervenção e mais sobre quais políticas econômicas seriam aplicadas nesse sistema de autoridade monetária.

Para tratarmos desses dois problemas citados acima, escolhemos estudar a posição dos banqueiros quanto a dois fatos específicos: a escolha de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central; e a alteração do artigo 192 da Constituição de 1988, que trata do sistema financeiro nacional.

A entrada de Henrique Meirelles na presidência do Banco Central é relevante pois ela já apresenta qual seria o tipo de política econômica adotada durante o governo. Além de ter sido presidente do BankBoston no Brasil e também ter sido membro da diretoria executiva da FEBRABAN durante a década de 90, o fato de nas eleições de 2002 ele ter sido eleito deputado pelo PSDB³¹ (principal

³¹ Embora tenha saído do PSDB e entrado para o PMDB para assumir o cargo de presidente do Banco Central.

partido concorrente do PT) poderia ter gerado a interpretação de que a gestão do Banco Central seria feita de maneira mais distante dos posicionamentos partidários. Queremos verificar se essa interpretação foi feita efetivamente pelos banqueiros e quais foram os principais argumentos usados a favor de seu posicionamento.

Depois do processo eleitoral de 2002 houve boatos na grande imprensa que levantavam a possibilidade de manutenção de Armínio Fraga, então presidente do Banco Central, no cargo. Tais boatos foram desmentidos, respectivamente, por José Dirceu e Lula, dia 20 de novembro e 05 de dezembro, deste mesmo ano (DIRCEU, 2002; SILVA, 2002).

Segundo relato de Armínio Fraga à “Folha de São Paulo”, houve conversas entre ele e Antônio Palocci a respeito da manutenção da diretoria do Banco Central em seus respectivos cargos (FRAGA, 2002), mas mesmo antes das eleições Palocci já havia apontado a dificuldade política em manter a mesma figura sobre o comando do Banco Central, mesmo que em uma etapa transitória (PALOCCI, 2002).

A questão é que havia posicionamento do PT afirmando a manutenção das políticas econômicas até então implementadas, mas também existia a necessidade política de mudança da pessoa do cargo principal.

Era necessária a entrada de um novo presidente do Banco Central que fosse capaz de manter a legitimidade da autoridade monetária. E o nome escolhido para essa função foi o de Henrique Meirelles.

Entre os agentes do sistema financeiro, é difícil afirmar que o nome de Meirelles foi um consenso. É possível identificar a presença na mídia impressa de opiniões contrárias à nomeação de Henrique Meirelles e de Antônio Hermann (diretor de Política Monetária do governo). Essas opiniões vinham principalmente de bancos internacionais (Deutsche Bank e o Credit Suisse First Boston; (VALOR ECONÔMICO, 2002) e de analistas de corretoras e de bancos de investimentos (Liabilities Securities, Morgan Stanley e Lehman Brothers, FRAGA; EITH, 2002). A principal crítica contida nessas opiniões era o perfil político que tanto Meirelles como Hermann possuíam.

Segundo Paulo Vieira da Cunha, analista da Lehman Brothers, Henrique Meirelles:

É uma indicação muito boa. Não tenho dúvidas da capacidade de Meirelles. Mas temos que reconhecer que ele optou pela profissão de político. O ideal, mas não essencial, talvez fosse a escolha de um técnico. (CUNHA, 2002).

Mas tal opinião não foi encontrada entre os banqueiros brasileiros. O posicionamento de Gabriel Jorge Ferreira, então vice-presidente do Unibanco e presidente da FEBRABAN, é representativo nesse sentido:

Não vejo nenhum problema. Aliás, tenho minhas dúvidas de que ele não tenha esse perfil operacional, depois de dirigir por tanto tempo o BankBoston. Ainda que exista uma lacuna, ela poderá ser preenchida pela equipe que ele vai constituir. (FERREIRA, 2002a).

Além desse pronunciamento, FERREIRA declarou que não via contradição no fato de MEIRELLES ter sido eleito pelo PSDB e de ter assumido o Banco Central (FERREIRA, 2002b), e também que sua nomeação correspondia às “expectativas do mercado”, com seu perfil “liberal e com certo grau de conservadorismo” (FERREIRA, 2002c). Inclusive, FERREIRA chega a defender não só Henrique Meirelles como também Antônio Hermann, destacando sua competência como “empresário financeiro” (FERREIRA, 2002d).

Não só o representante da principal entidade de banqueiros do Brasil apareceu manifestando seu apoio à escolha de Henrique Meirelles como também o presidente executivo do Santander, Miguel Jorge, também fez declarações de apoio. Destacou que Alan Greenspan, então presidente do FED (Banco Central dos Estados Unidos) não possuía o perfil de operador do mercado financeiro e que o cargo de presidente do Banco Central não deveria ter essa exigência, e destacou que MEIRELLES possuía os atributos para formar uma equipe coesa no Banco Central (JORGE, 2002).

Também pudemos observar declarações de banqueiros pequenos (Banco Fibra) e de algumas entidades financeiras (BCP Securities e Lloyds TSB) manifestando seu apoio à entrada de MEIRELLES e rebatendo as críticas de excesso de perfil político do novo presidente do Banco Central (RAGAZZI, 2002a; RAGAZZI, 2002b).

Assim, percebemos que a saída de Armínio Fraga causou um certo impacto dentro do setor financeiro, mas a opção de Lula por Henrique Meirelles foi capaz de manter opiniões favoráveis acerca da organização do Banco Central, e, portanto, manteve a legitimidade da autoridade monetária, especialmente entre os banqueiros.

Mas além da opinião dos banqueiros em relação à escolha de MEIRELLES, também é importante analisarmos a opinião desses empresários em relação à política econômica que foi efetivamente adotada.

Mesmo antes de tomar posse (em 27 de dezembro de 2002), MEIRELLES já declarou na imprensa que a equipe econômica que estava ocupando a diretoria do Banco Central iria permanecer, além de que a política governamental se basearia na austeridade fiscal e equilíbrio monetário e cambial. (MEIRELLES, 2002).

No seu discurso de posse, MEIRELLES apresentou um posicionamento bastante sintonizado com as declarações feitas na “Carta ao povo brasileiro”, mas sem nenhum tipo de crítica ao governo passado. Aliás, o que não faltou foram elogios ao presidente anterior do Banco Central, Armínio Fraga. Segundo MEIRELLES, o “*modelo de atuação do Banco Central*” adotado após 1999, legado da gestão de Armínio Fraga, teria sido muito importante para o país, e isso gerou um agradecimento pessoal por parte de MEIRELLES pelo seu “profissionalismo” e pelo seu papel no processo de transição. (MEIRELLES, 2003a; p.5-6)

Esse “modelo de atuação” ao qual MEIRELLES estava se referindo é a especialização das funções do Banco Central na estabilidade de preços.

É importante notar, no entanto, que o foco principal de avaliação de uma política de investimentos reside no modelo de atuação do Banco Central. Sendo responsável por áreas de Mercados de Capitais, Moedas, Mesas de Operação, Créditos Corporativos e Soberanos com atuação em vários países, tenho segurança em concluir que é consenso no mundo de hoje que Bancos Centrais a que foram impostas multiplicidade de funções e metas traçam uma história de insucessos. Bancos Centrais de sucesso são aqueles que têm como único mandato a estabilidade de preços. (MEIRELLES, 2003a, p.5, grifo nosso)

Sendo a estabilidade monetária estabelecida como a principal meta do Banco Central, para atingir essa meta MEIRELLES propõe o “regime de metas de

inflação” como o mais adequado (MEIRELLES, 2003a. p.7), aliado ao “regime de câmbio flutuante” (MEIRELLES, 2003a, p.8).

Basicamente MEIRELLES reafirma, ao elogiar o seu antecessor e ao defender tais funções do Banco Central, a manutenção da política monetária até então implementada. Como NOVELLI (1998) colocou, tais “funções clássicas” do Banco Central foram implementadas durante o Governo FHC, e o discurso de posse apontou justamente na manutenção de tal política econômica.

O discurso conteve, além disso, uma convergência muito forte com o discurso de crescimento econômico apresentado na “Carta ao Povo Brasileiro”, reforçando os compromissos internacionais do Brasil, a política de superávit primário e o objetivo de realização de “reformas estruturais”.

Ao final do discurso, MEIRELLES apresenta propostas políticas específicas mais ou menos contraditórias com os interesses dos banqueiros.

Essas ações e medidas devem ser complementadas com medidas microeconômicas, como as propostas para a redução do *spread* bancário, da nova lei de concordatas e falências, buscando baratear e disseminar o crédito, o que também inclui o projeto de micro-crédito, além do avanço do crédito via cooperativas, o aprofundamento do mercado de capitais, dos mecanismos de captação e do repasse de recursos Nacionais e Internacionais para estimular o investimento (discurso de posse, p.15).

Ao mesmo tempo em que propõe uma política de redução do *spread* bancário (ver tópico 3.5), também prevê uma política de estímulo ao crédito e ao mercado de capitais. Identificamos assim mais um discurso de defesa da política monetária anterior do que um discurso de defesa aberta aos interesses dos banqueiros.

Nos comentários dos banqueiros em relação a esse discurso, percebe-se que não houve nenhum comentário em relação a essa proposta de “redução do *spread* bancário”. Em geral os comentários foram elogios.

Gabriel Jorge Ferreira, presidente da FEBRABAN, falou que o Banco Central já agia como autônomo, elogiou a manutenção da equipe econômica anterior, e considerou positivo o “*compromisso com as metas de inflação*” no discurso de MEIRELLES. (FERREIRA, 2003b).

Cristiano Buarque, então presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, também elogiou o discurso, destacando que o ponto central foi o destaque ao combate à inflação, e que se mostrava confiante na redução desta na metade de 2003. (BUARQUE, 2003).

Pedro Moreira Salles, presidente do Unibanco, elogiou o compromisso do novo presidente do Banco Central com a estabilidade de preços e que isso havia contribuído bastante para o “*otimismo do mercado*” (SALLES, 2003).

Roberto Setúbal, presidente do Itaú, também considerou o discurso de MEIRELLES como fator de “otimismo” no mercado, destacando o compromisso com o controle da inflação e a afinidade do discurso com as promessas feitas na “Carta ao povo brasileiro”. (SETÚBAL, 2003b)

Bernard Mencier, presidente do BNP Paribas, declarou que estava confiante no retorno dos investimentos estrangeiros diante da “situação política” brasileira e das declarações de Palocci e Meirelles nos seus discursos de posse (MENCIAER, 2003); já Gustavo Marin, presidente do Citibank, elogiou a “coerência” do discurso de Meirelles, mas declarou:

Vamos ver os fatos. O discurso prepara o terreno, assim como o jogador prepara uma boa jogada. Ainda precisa vir o centroavante e fazer o gol. (MARIN, 2003).

O discurso de MEIRELLES foi bem recebido entre os banqueiros. A entrada do PT no poder, com o Banco Central sob o comando de Henrique Meirelles e com as políticas econômicas prometidas, teve uma recepção positiva por parte dos banqueiros, fator esse que consideramos muito relevante para a manutenção da legitimidade da autoridade monetária dos moldes neoliberais.

Mas durante o governo, tal legitimidade permaneceu? Não conseguimos identificar muitas declarações na imprensa de elogios diretos à Henrique Meirelles. O que identificamos foi o posicionamento favorável à política de juros do governo logo no início do governo Lula.

Segundo Gabriel Jorge Ferreira, presidente da FEBRABAN:

O BC tem atuado neste governo, assim como no governo anterior, com autonomia, tanto que o Copom aumentou os juros básicos da economia neste ano. Essa é a maior demonstração de autonomia do Banco Central (...). (FERREIRA, 2003a)

Outro posicionamento favorável à essa política de juros foi a de Alexandre Schwartzman, então economista-chefe do Unibanco, que considerou a decisão do COPOM em aumentar os juros como “*parte do processo de construção da reputação de Henrique Meirelles como presidente da instituição*”. (SCHWARTSMAN, 2003a)

Mas consideramos que um evento que mostra a legitimidade que a direção do Banco Central possuía diante dos banqueiros foi durante a transformação do status do cargo de presidente do Banco Central em 17/08/2004, que passou a ter prerrogativas jurídicas semelhantes às dos Ministros do executivo.

A conjuntura política desse período era a de diversas acusações realizadas contra Henrique Meirelles, desde problemas com a Justiça eleitoral até transações financeiras com pessoas acusadas na CPI do Banestado (FOLHA, 2004).

Essas acusações repercutiram nos relatórios feitos pelos bancos internacionais. Segundo a reportagem do “Valor Econômico”, o HSBC, o CSFB e o Lehman Brothers inseriram dentro de seus relatórios comentários acerca dos casos de denúncia (LUCCHESI, 2004), mas segundo a reportagem, os analistas ouvidos se sentiam “tranqüilizados” diante das ações do governo para manter Henrique Meirelles no cargo.

Essa transformação jurídica foi justamente uma ação política nesse sentido. Com ela, Meirelles passa a ter direito a foro privilegiado no caso de denúncias. Não encontramos declarações dos principais banqueiros brasileiros sobre o assunto, mas percebemos que as pessoas vinculadas ao sistema financeiro tenderam a se posicionar favoravelmente.

Segundo o diretor do Banco Brascan, a concentração no STF das acusações contra Meirelles facilita a defesa do presidente do Banco Central; para Alexandre Lintz, estrategista do Banco BNP Paribas, tal modificação traz mais “segurança institucional”. Segundo LINTZ:

Com a blindagem jurídica, o presidente do BC terá mais tranqüilidade para examinar o ambiente econômico, principalmente no momento em que o país precisa de um ajuste fino, ou seja, crescer sem gerar inflação. (LINTZ, 2004).

Mas também houve posições contrárias. O economista-chefe do banco Fibra, Guillermo de Nobrega, declarou:

É verdade que o cargo é muito exposto. Mas equipará-lo a ministro talvez não seja o melhor formato para se dar o foro privilegiado. Afinal, o BC é uma autarquia independente. É desconfortável e estranho saber que o presidente do BC passa a ser visto como um ministro, um funcionário do governo. (NOBREGA, 2004a).

Mesmo a posição não favorável à medida, a preocupação era como conceder maior autonomia, evitar os ataques que Meirelles estava sofrendo na época.

O fato de não encontrarmos pronunciamentos dos principais banqueiros do Brasil pode ser explicado pela situação constrangedora que poderia representar a defesa de um agente do governo que estava sendo acusado juridicamente.

Mas o pronunciamento de agentes vinculados aos bancos revela que não era do interesse dos bancos a saída de Meirelles do cargo. Percebemos que a autoridade monetária presente no governo Lula foi capaz de manter a legitimidade já existente no governo anterior.

Mas essa legitimidade, que permitiu a concentração de poder nesse órgão (NOVELLI, 1998), foi construída não através de uma reestruturação institucional, na qual este órgão passou legalmente a deter atribuições sem a interferência de outros órgãos, mas sim por opção política.

Tal situação era a mais desejável pelos banqueiros, ou existia entre eles o desejo de se institucionalizar a concentração de poder no Banco Central?

Nesse momento analisaremos no segundo acontecimento político que selecionamos anteriormente, o processo de mudança do artigo 192 da Constituição de 1988 ocorrido no ano de 2003.

Segundo a Constituição Federal de 1988, o sistema financeiro brasileiro seria regido de maneira abrangente pelo artigo 192 da constituição, e por uma lei complementar que seria desenvolvida pelo legislativo.

Originalmente, esse artigo da Constituição enumerava alguns princípios básicos de ordenamento do sistema financeiro nacional (inclusive colocando a

restrição das taxas de juros reais ao máximo de 12% ao ano, norma que nunca foi respeitado na prática), mas delegava à lei complementar a regulamentação desses princípios, inclusive a regulamentação do funcionamento e das atribuições do Banco Central.

Como relata IANONI (2010), durante três legislaturas (1991-2003) foi formada a Comissão Especial do Sistema Financeiro. Essa comissão seria a responsável por desenvolver a legislação complementar para regular o artigo 192. Destacando que o estudo de IANONI é justamente sobre não-decisão, percebemos que não houve a formação efetiva de uma legislação complementar a respeito do assunto; o que ocorreu foi a aprovação de uma Emenda Constitucional que torna o artigo mais “enxuto” e que passa para o plural a idéia de regulação do artigo por “leis complementares”, tornando possível uma regulação fatiada do sistema financeiro. Essa leitura que MOSCOGLIATO (2010) faz desse processo é muito interessante, pois o congresso preferiu um processo legislativo mais lento e custoso (alteração da constituição) ao invés de decidir sobre o ordenamento jurídico que regula o assunto (aprovação de lei ordinária). Esse é um fato que demonstra o alto nível de impasses que representava esse tema. Mesmo que IANONI tenha identificado alguns projetos de lei que dizem respeito ao sistema financeiro brasileiro, o artigo 192 no geral continua sem regulamentação até hoje.

Como coloca MIRANDA (2003), esse tema antes do nosso recorte temporal foi intensamente discutido no âmbito da FEBRABAN. Existia dentro da entidade uma comissão dentro da Diretoria Executiva responsável pela discussão do tema (MIRANDA, 2003, p.211) e os banqueiros sempre estiveram presentes na Comissão Parlamentar responsável pelo desenvolvimento da lei complementar (MIRANDA, 2003, p.212).

Existia nessa lei constitucional uma limitação legal da taxa de juros reais a 12%, taxa essa muito discrepante com a prática de juros no Brasil. Segundo MIRANDA, existia entre os banqueiros o posicionamento favorável à alteração da lei constitucional pois, além da retirada dessa limitação à taxa de juros, cada segmento do sistema financeiro possuiria regulamentação própria com o projeto de reforma Constitucional (MIRANDA, 2003, p.212-213).

Mas com relação ao Banco Central, essa alteração constitucional não resolvia o problema de consolidar institucionalmente o controle da política monetária nessa autoridade monetária.

Logo na entrada do PT no poder, em março de 2003, o presidente da FEBRABAN, Gabriel Jorge Ferreira, declara ser favorável à política efetuada no Banco Central realizada pelo governo Lula; que efetivamente o Banco Central estava atuando como autônomo; mas que a reforma institucional do Banco Central dependia de condições políticas. Segundo FERREIRA:

Acho que o governo tem uma agenda política e ele, melhor do que ninguém, sabe avaliar a conveniência ou não de sobrepor temas polêmicos como esse e mais as reformas tributária, previdenciária e política no Legislativo. (FERREIRA, 2003a).

Para o presidente da FEBRABAN, o que deveria ocorrer era a aprovação da reforma da lei 192, fragmentando a regulação do sistema financeiro, permitindo que o governo decidisse a melhor circunstância política para reformar o Banco Central. Mas segundo o banqueiro, *“o ideal seria que o governo encaminhasse logo o projeto de lei de autonomia do BC para o Congresso.”* (FERREIRA, 2003a).

Quando houve a aprovação da alteração do Artigo 192 no Senado a FEBRABAN lançou nota elogiando a decisão, mencionando a importância desta para o desenvolvimento do sistema financeiro brasileiro, falando que foi um *“passo fundamental na evolução institucional da nação brasileira”* (FEBRABAN, 2003a).

Existia a *“vontade”* política entre os banqueiros de uma regulação institucional da autonomia do Banco Central. Mas essa regulação não chegou a se realizar.

Ao sair da FEBRABAN e assumir a presidência da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), em 2004, FERREIRA fala que sua maior *“frustração”* quando estava na presidência da instituição anterior foi o *“engessamento”* do artigo 192 (FERREIRA, 2004a). Segundo FERREIRA o Banco Central já agia como autônomo, mas a institucionalização dessa autonomia *“deve afastar qualquer pressão política, por isso será saudável. (...) Não há pressão, mas sempre fica a incerteza de que algum ministro pode mudar sua forma de pensamento.”* (FERREIRA, 2004a).

Não encontramos outros pronunciamentos de banqueiros acerca da necessidade da institucionalização da autonomia do Banco Central. Encontramos em 2006 (ano em que Lula se reelegeu) o elogio de Roberto Luis Troster, economista-chefe da FEBRABAN, à reformulação do artigo 192, mas não houve nenhuma menção à necessidade de se institucionalizar a autonomia do Banco Central (TROSTER, 2006a).

Esse não-pronunciamento dos banqueiros pode significar ou que os banqueiros ficaram satisfeitos com o tipo de autonomia que foi aplicada no Brasil, ou que eles não encontraram condições políticas para reivindicar a institucionalização da autonomia do Banco Central. Mas em qualquer um dos casos, identificamos que essa institucionalização foi efetivamente uma reivindicação, e que essa reivindicação foi frustrada.

Concluimos que a política monetária e a estrutura institucional que comanda essa política foi considerada aceitável pelos banqueiros. Os elogios à política aplicada por MEIRELLES são evidências nesse sentido. Mas nem todas as reivindicações foram cumpridas. Embora um grande empecilho legal tenha sido resolvido no período (reformulação do artigo 192 da Constituição), a reivindicação de institucionalizar a autonomia do Banco Central não foi atendida.

3.3- Regulamentação dos fluxos de capitais no Brasil: medidas liberalizantes no mercado cambial brasileiro.

Um dos fatores que caracterizam o regime financeirizado de acumulação de capital e as políticas neoliberais favoráveis a esse regime é a maior flexibilização da possibilidade dos capitais financeiros e monetários se deslocarem no mundo. Percebemos que a maior liberalização dos fluxos de capitais ocorre quando existe a construção de um aparato legislativo que torna possível esse deslocamento. Não utilizamos a palavra desregulamentação pois o que ocorre não é o fim dos regulamentos antigos sem que haja a substituição destes, mas sim uma regulamentação em termos liberalizantes.

Peça importante na construção do aparato legal que permite o deslocamento de capitais no mundo é o desenvolvimento de mercados cambiais, nos quais as diferentes moedas podem ser convertidas.

Percebe-se que o governo de FHC foi o período no qual foram criadas as normas de caráter liberalizante. Segundo SICSÚ (2006), o período atual, o governo Lula, não seria o de criação dessas normas, ou de gestação do neoliberalismo, mas sim o de consolidação do padrão liberal de fluxos de capitais. Essa consolidação seria através de adaptações de caráter liberalizante dos mercados atualmente já existentes, utilizando órgãos como o Banco Central e o próprio Conselho Monetário Nacional.

O Conselho Monetário Nacional é um órgão de posição hierárquica superior ao próprio Banco Central. Originalmente possuía 9 membros (CORAZZA, 1995) mas atualmente possui apenas três membros (Ministro da Fazenda como o presidente do Conselho, o Ministro do planejamento e o presidente do Banco Central)³² e em termos gerais é responsável pela política monetária e de crédito do governo.

Esse órgão foi o responsável em 4 de março de 2005 pelas transformações no mercado de câmbio brasileiro. Este mercado é muito importante para o fluxo internacional de capitais pois é nele em que o real (com baixa aceitação internacional) é trocado por outras moedas mais aceitas.

As mudanças que ocorreram segundo SICSÚ foram:

a unificação dos dois mercados cambiais, o livre e o flutuante, a simplificação de procedimentos de remessas de recursos para o exterior e a dilatação de prazo para a cobertura cambial nas exportações. (SICSÚ, 2006, p. 365).

E segundo a análise do autor, essas mudanças flexibilizaram as regras da cobertura cambial, assim como extinguiram as chamadas contas CC5, permitindo a emissão direta de recursos para o exterior. E com a unificação dos mercados livre e flutuante, essas medidas foram direcionadas no sentido de facilitar a possibilidade de entrada e saída de dólares no Brasil.

³² Retirado de <http://www.bcb.gov.br/?CMNENTENDA>. Acesso em 31/05/2011.

A defesa realizada por Henrique Meirelles das mudanças no mercado cambial foi basicamente que elas aumentariam a competitividade internacional do país. Segundo o presidente do Banco Central, tal modificação, que facilitaria a entrada e saída de capital do país, também facilitaria as exportações e melhoraria o sistema de fiscalização dos recursos:

Essa mudança é fundamental. Um país que tem o objetivo de ser competitivo internacionalmente, com a expansão de exportações que o Brasil está tendo, não poderia conviver com a normatização cambial feita para outra época. (MEIRELLES, 2005a).

É possível identificar no discurso de MEIRELLES a preocupação em caracterizar essas transformações não como intervenção do Estado, mas sim “aperfeiçoamento institucional” do Brasil.

Não fizemos essa medida nem temos tomado nenhuma outra tendo em vista afetar de qualquer forma a taxa de câmbio. Nesse conjunto de medidas, não estamos esperando nenhuma influência direta na taxa de câmbio. (MEIRELLES, 2005a).

Identificamos assim o compromisso discursivo de MEIRELLES com a linha econômica que interpreta negativamente a intervenção do Estado na economia, mesmo que esse compromisso não seja necessariamente a prática política deste.

Em 14 de março de 2005, MEIRELLES fez um discurso em evento realizado pela FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo) destacando que a continuidade das transformações no mercado cambial brasileiro dependia mais de alterações realizadas pelo Congresso Nacional do que alterações normativas feitas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Mas que se houvesse a necessidade de alterações dentro do âmbito do CMN ou do Banco Central, elas seriam realizadas. (MEIRELLES, 2005b).

Existe por parte do governo uma iniciativa de justificar tanto na imprensa como diretamente aos empresários as medidas de alteração do mercado cambial brasileiro.

Sérgio Werlang, diretor executivo do banco Itaú, foi entrevistado pela “Folha de São Paulo” no dia 23 de abril de 2005, e comentou essas alterações. O comentário basicamente foi de que o câmbio estava muito apreciado e que um processo de liberalização do mercado cambial poderia ser uma solução (via

portanto as mudanças no marco regulatório como uma possibilidade de intervenção do governo no câmbio, e não via isso como uma atitude incorreta) (WERLANG, 2005a).

Outro posicionamento foi o de Newton Rosa, economista-chefe da Sul-América investimentos (que não está categorizado como Banco na lista do Banco Central, mas é uma instituição financeira especializada em investimentos), que considerou o impacto do processo de liberalização do câmbio no Brasil sem efeito de curto prazo, ou seja, não foi causador da desvalorização do real; mas considerava positivas as alterações nos marcos regulatórios do mercado cambial, e que tinha a expectativa de mais mudanças. (ROSA, 2005).

O posicionamento dos banqueiros em relação ao processo de liberalização dos mercados cambiais mostra uma simpatia com as mudanças, mas sem uma ênfase pública muito grande em relação ao tema (a baixa quantidade de pronunciamento sobre esse tema mostra isso). Existe a possibilidade de a ação política dos banqueiros em relação a esse tema ter sido realizada fora do espaço da mídia, mas consideramos plausível assumir que esse tema não mobilizou os banqueiros pelo fato de não ter sido encontrado posicionamento de grandes banqueiros, nem um posicionamento da entidade representativa, a FEBRABAN, sobre o assunto.

Isso fica mais evidente se compararmos o posicionamento dos banqueiros com o dos industriais. No evento da FIESP que citamos anteriormente, no qual MEIRELLES defendeu as mudanças no mercado de câmbio, Paulo Skaf, então presidente da FIESP, já declarou que pretendia elaborar uma proposta de reforma cambial (SKAF, 2005).

Roberto Giannetti da Fonseca, diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da FIESP, declarou nessa reunião que desejava a extinção da “Lei de Cobertura Cambial”, a chamando de “*entulho cambial*”, e levantou a possibilidade de abertura de contas em dólares para pessoas jurídicas. (FONSECA, 2005)

Após a formulação e envio ao Congresso Nacional o referido projeto de reforma cambial proposto pela FIESP, GIANNETTI publicou na “Folha de São

Paulo” um texto defendendo a proposta. Insistiu na crítica à “Lei de Cobertura Cambial”; criticou diretamente SÍCSU, enfatizando que as novas regras que foram aplicadas não aumentavam a vulnerabilidade cambial do Brasil e que intervenções estatais no câmbio “poderiam” ser a verdadeira razão das crises cambiais; e defendendo a proposta de abertura de contas em moeda estrangeira para pessoas jurídicas (não apenas exportadores). (FONSECA, 2006).

Essa diferença de posicionamento pode ser explicada em parte pela forma diferenciada que banqueiros e industriais agem politicamente, mas também consideramos peça da explicação dessa diferença o menor interesse por parte dos banqueiros nesse tema. Outra peça da explicação seriam os interesses econômicos das duas frações: os industriais que exportam tem interesse direto na alteração da estrutura de câmbio, já os banqueiros não teriam interesse tão direto.

Sobre essa primeira alteração no mercado cambial brasileiro, consideramos que a posição dos banqueiros foi favorável, mas sem um posicionamento político propositivo.

Mais mudanças durante o primeiro governo de Lula aconteceram em relação ao câmbio. Em 2006 foi enviada a medida provisória MP 315, que alterou certas características legais em relação ao mercado cambial brasileiro.

O posicionamento de Guido Mantega, Ministro da Fazenda da época, era o de alterar a “Lei de Cobertura cambial” para melhorar o controle de valorização do real, mas destacando que tal alteração não representava mudança no regime de câmbio flutuante. Nesse sentido o ministro incorporou em sua pauta de discussão as demandas dos industriais, mas se posicionou crítico em relação à proposta de possibilidade de criação de contas bancárias em dólar para pessoas jurídicas (MANTEGA, 2006a), mostrando-se contra um processo de dolarização da economia.

Tal reforma no mercado cambial também foi demandado por MEIRELLES na reportagem acima citada, mostrando que houve por parte do Estado uma incorporação da demanda dos empresários industriais.

Mas a incorporação dessa demanda não significa que os industriais conseguiram intervir no processo decisório do Estado. Os industriais efetivamente enviaram para o Congresso Nacional um projeto para a reforma do mercado cambial brasileiro, mas esse projeto não foi aceito. A real alteração desse mercado ocorreu mais por intervenção direta do Executivo (medida provisória) do que pela proposta dos industriais; ou seja, o Estado incorporou a demanda, mas foi ele que tomou a decisão.

Segundo BELLO (2006), tal medida diminuiu os custos no processo de exportação, assim como criou uma certa vulnerabilidade cambial. Parcela das receitas de exportação com essa MP passaram a ficar livres da obrigatoriedade da cobertura cambial, o que em uma possível crise cambial poderia, segundo a autora, criar dificuldades, já que os exportadores poderiam optar por manter um maior volume de recursos fora do país. Essa medida foi no sentido, portanto, de liberalizar mais o mercado cambial brasileiro, beneficiando especialmente os setores exportadores.

Alexandre Schwartzman, então economista-chefe do ABN-AMRO que também fez parte da diretoria do Banco Central no governo Lula, escreveu um texto para a “Folha de São Paulo” sobre a MP 315. A preocupação principal do texto é sobre qual impacto tais mudanças teriam na taxa de câmbio. O posicionamento do economista é de que tais medidas não afetaram nem a taxa de câmbio e nem o “*perfil de ingresso de dólares*” no país. (SCHWARTSMAN, 2006).

Ao longo do texto ele afirma que essas mudanças foram positivas, e que inclusive poderiam ter sido mais profundas, com o abandono completo da “cobertura cambial”, mostrando assim que o posicionamento dos banqueiros não é contrário ao posicionamento dos industriais.

Mesmo que os interesses não sejam contraditórios aos dos industriais, a preocupação dos banqueiros que identificamos é outra; estão menos preocupados com a construção de um mercado cambial liberalizado, com as características internas desse mercado, e mais preocupados com o impacto desse processo de liberalização no valor da moeda brasileira.

Tendo em vista a importância da formação de um mercado cambial liberalizado na conformação de uma estrutura econômica financeirizada nos moldes neoliberais, a defesa menos propositiva dos banqueiros em relação ao processo de liberalização se comparado com os industriais é importante.

Segundo BOITO (1998), a fração financeira seria a maior beneficiária das políticas neoliberais, mas disso não podemos inferir que essa fração sempre assumirá o papel de destaque, ou as posições mais radicais, diante do processo de construção da agenda neoliberal. É a pesquisa empírica que permite a localização dos grupos e das frações dentro das cenas políticas específicas.

A posição dos banqueiros em relação ao tema “liberalização cambial” foi, portanto, de que esse processo deveria ocorrer, concordando com algumas posições expressas por membros da FIESP, mas eles não assumiram nos meios impressos de comunicação uma posição ativa para que essa liberalização ocorresse. Esse posicionamento pode ser explicado tanto pela forma de ação política que os banqueiros assumem; pelo próprio interesse imediato que não se revelou de grande destaque (se comparado com os exportadores); e também pela própria característica técnica do debate, lembrando que não encontramos os “donos” dos bancos se pronunciando quanto ao tema, mas sim técnicos dos bancos dotados de alto grau hierárquico nas instituições.

3.4 Mudanças no Ministério da Fazenda: saída de Antonio Palocci e entrada de Guido Mantega.

O dia 27 de março de 2006 foi a data em que o Ministério da Fazenda divulgou o pedido de demissão Antonio Palocci (MARTINS, 2009). Foi um evento amplamente divulgado na imprensa e representou a saída de um ministro abertamente favorável a uma política econômica ortodoxa e a entrada de outro ministro que diferia diante desses posicionamentos.

A conjuntura que levou Palocci a pedir demissão foi a de constantes denúncias relacionadas a corrupção durante seu mandato de prefeito em Ribeirão Preto. Mas a situação que agravou a posição do ministro no cargo foi a denúncia

feita pelo caseiro Francenildo Costa, de participação de Palocci em reuniões suspeitas com lobistas e festas com prostitutas. Houve a quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro, na qual foi descoberto um depósito em dinheiro no valor de 25 mil reais na conta do caseiro. Segundo a avaliação de MARTINS (2009, p.36), esse “foi um tiro no pé” feito na defesa de Palocci, pois eles tiveram que lidar com o problema da quebra ilegal de sigilo bancário, o que teria precipitado a queda do ministro.

Levando em consideração que 2006 era um ano eleitoral, no qual Lula pretendia se reeleger, Antônio Palocci apresentou sua carta de demissão, e foi substituído por Guido Mantega.

A política econômica defendida por Palocci era conhecida como ortodoxa, apoiada por pilares como estabilidade de preços (metas de inflação rígidas), superávit primário, flexibilização do câmbio, e em consonância com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles (LAZIER, 2006). NOVELLI (2007) mostra como a origem tanto do Ministro Palocci como de grande parte dos altos cargos do ministério era de *“formação ortodoxa e/ou com passagem pelo sistema financeiro nacional e internacional e/ou nas instituições financeiras multilaterais, onde a ortodoxia é a regra”* (NOVELLI, 2007, p.4).

Com a saída de Palocci e a sua substituição por Guido Mantega, observamos a saída dos integrantes dessa linha mais ortodoxa do ministério e a entrada de membros da linha menos ortodoxa, incluindo o próprio ministro que antes ocupava a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Essa substituição, segundo o próprio NOVELLI, não gerou mudanças macroeconômicas significativas, o que o leva a afirmar que o centro decisório de políticas macroeconômicas não seria o ministério da Fazenda, mas a própria presidência da República³³. Mas essa substituição pode ter gerado mudanças na

³³ A respeito disso, NOVELLI (2007, p.4) apresenta uma entrevista de Palocci na qual o antigo ministro fala que as metas de inflação desejadas por Lula eram mais rígidas (4%) do que as metas propostas pelo Ministério da Fazenda (5%), sendo o presidente assim mais ortodoxo do que a própria equipe desse ministério na época.

cena política da época, pois os atores políticos (com perfis políticos distintos) se alteraram. Na nossa pesquisa desejamos observar se houve alguma mudança no relacionamento dos banqueiros com os ministros de orientação distinta.

A orientação política de Antonio Palocci ao entrar no poder, em seu discurso de posse, foi claramente ortodoxa. Seu discurso não foi tão técnico como o de MEIRELLES analisado no tópico 3.2. Houve a declamação de João Cabral de Mello Neto (PALOCCI, 2003, p.8); utilizou-se de analogias com sua profissão de médico para retratar a necessidade de se “curar” a economia (PALOCCI, 2003, p.6); e o texto em geral não trata de ações políticas específicas, mas de princípios políticos gerais.

Somente sobre reformas PALOCCI foi mais específico: se posicionou favorável à reforma da previdência, à emenda constitucional ao artigo 192, e à reforma da Lei de Falência, as duas últimas diretamente dentro da pauta de reivindicações dos banqueiros³⁴. A reforma da “Lei de Falências” efetivamente ocorreu em 2003, sendo elogiada por industriais (VALOR ECONOMICO, 2003), e também por banqueiros (FERREIRA, 2003c), mas com algumas ressalvas que serão trabalhadas no tópico 3.5; a alteração do artigo 192 também ocorreu, mas sem a institucionalização da autonomia do Banco Central. PALOCCI, no seu discurso, disse:

Para tanto, trabalharemos com o congresso para a aprovação da emenda do artigo 192 da constituição federal. Em seguida encaminharemos ao congresso projeto de lei propondo a autonomia operacional do Banco Central. (PALOCCI, 2003c, p. 7).

Percebemos que a posição de PALOCCI quanto ao tema é contraditória, pois ao mesmo tempo em que fala da criação de legislação específica sobre autonomia do Banco Central, utiliza a palavra “autonomia operacional”, que se refere mais a política de autonomia que já vinha sendo implementada. Mas de qualquer forma, o posicionamento de PALOCCI se mostra bastante próximo aos interesses dos banqueiros.

Mas além desses temas específicos, o grande tema que permeou todo o discurso de PALOCCI foi o da responsabilidade fiscal. Durante todo o texto é

³⁴ A primeira já foi trabalhada no tópico 3.2. A segunda será trabalhada no tópico 3.5.

possível identificar trechos que destacam a necessidade de se ajustar as contas públicas. O trecho que sintetiza o posicionamento geral de PALOCCI é o seguinte:

Qualquer programa econômico que busca sustentabilidade, deve ter os pilares da responsabilidade e da estabilidade como base essencial de sustentação. Reassumimos aqui o que temos dito ao longo dos últimos seis meses desde que o Presidente Lula lançou a "Carta ao Povo Brasileiro": vamos preservar a responsabilidade fiscal, o controle da inflação e o câmbio livre. (PALOCCI, 2003c, p.4)

Nesse trecho PALOCCI inclui outros objetivos, mas consideramos que o tema “responsabilidade fiscal” foi o mais marcante dentro do discurso de posse.

Esse discurso foi muito bem visto pelos banqueiros. Márcio Cypriano, então presidente do Bradesco, caracterizou como *“muito bom, excelente e muito positivo”* (CYPRIANO, 2003a) o discurso de PALOCCI, além de elogiar a proposta de autonomia do Banco Central (CYPRIANO, 2003b). O comentário de Gabriel Jorge Ferreira, presidente da FEBRABAN, foi:

O discurso de posse do ministro Palocci foi muito animador, com mensagens extremamente corretas, reafirmando tudo aquilo que foi falado na campanha e na fase de transição. (FERREIRA, 2003d).

Além do discurso, a prática política de PALOCCI foi próxima ao interesse dos banqueiros. Identificamos essa proximidade tanto na participação de PALOCCI nas reuniões do governo com a FEBRABAN logo no início do governo Lula (FOLHA, 2003) como também com suas posições políticas. Destacamos a defesa de PALOCCI na redução do depósito compulsório como forma de redução de juros (PALOCCI, 2003a), tema esse que será trabalhado no tópico 3.6.

Essa proximidade é um fato a ser considerado para pensar a opinião dos banqueiros em relação à crise política no Ministério da Fazenda. Já em 2005, quando a crise não havia tomado as proporções que tomou, alguns banqueiros internacionais se posicionaram a favor de Palocci; falaram que a crise política não desestabilizaria “o mercado”, a estabilidade só seria comprometida caso Palocci realmente saísse do cargo.

Greg Anderson, estrategista de moedas do ABN-Amro em Chicago, coloca que *“O mercado vai acompanhar com atenção. Se ele (Palocci) sair, será um problema”* (ANDERSON, 2005). Sobre a política de Palocci, o economista elogia:

Ele é visto como a pessoa que tem mantido o presidente Lula no caminho das políticas macroeconômicas corretas. A saída dele levaria a uma grande incerteza sobre o rumo da economia. (ANDERSON, 2005).

Esse posicionamento continuou no auge da crise. Durante o evento de posse do novo presidente da Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI), em 17 de março de 2006, Palocci recebeu apoio de Henrique Meirelles e dos banqueiros presentes.

Marcio Cypriano, que nesse momento ocupava a presidência da FEBRABAN e também era presidente do Bradesco, falou que a situação de Palocci era “desagradável” e que não acreditava na saída do ministro. A sua avaliação era a de que a crise não representava grandes problemas para a economia. Segundo CYPRIANO, *"Apesar de todos os problemas que têm havido, o dólar continua em baixa e a bolsa, em alta"*, e complementa: *"Estamos com estabilização da economia e o país crescendo. Pouco, em relação àquilo que nós precisamos, mas continua a crescer"* (CYPRIANO, 2003c).

Geraldo Carbone, presidente anterior da ABBI e dirigente do BankBoston no Brasil, também não acreditava na possibilidade da saída do ministro. *"Acredito que há mais um jogo político provocado pelo ano eleitoral do que uma ameaça real de saída do ministro"* (CARBONE, G. 2003).

A posição do novo presidente da ABBI, Emilson Alonso, executivo do HSBC, foi a de que mesmo no caso da saída de Palocci, estava bastante confiante na manutenção da política econômica até então adotada. *"Mesmo que o ministro viesse a sair, eu acho que nada aconteceria, porque o Brasil hoje estabeleceu fundações importantes"* (ALONSO, 2003).

Essa confiança, de que mesmo com a saída de Palocci a política econômica seria mantida, também foi expressa por Sérgio Werlang, economista-chefe do Itaú, quando consultado pela “Folha de São Paulo”.

O comportamento dos preços do mercado financeiro indica que, na possibilidade de Palocci sair, a política macroeconômica será mantida pelo governo. (WERLANG, 2006).

A crise política continuou. Em 24 de março de 2006 Palocci realizou um discurso na posse do Conselho da Câmara Americana de Comércio (Amcham). Nesse discurso, segundo os trechos reproduzidos na “Folha de São Paulo”,

Palocci admite “erros” que ele e o partido possam ter cometido (mas não denomina quais são esses erros); demonstra uma preocupação com o processo eleitoral que ocorreria em 2006, falando que a “perseguição” que estava acontecendo com ele não deveria ser o comportamento que os candidatos deveriam ter; e sobre economia, busca afastar a crise política da economia. (PALOCCI, 2006a).

Fazendo alusão à “Divina Comédia”, ele fala que, ao mesmo tempo em que a economia se encontrava no céu, o ministro da Fazenda encontrava-se no inferno. Segundo PALOCCI, isso só seria possível “*porque a economia brasileira começa a ganhar maturidade*” (PALOCCI, 2006a). A fala do ministro acerca da relação entre economia e crise é a seguinte:

É verdade que a política está cobrando o seu preço, a política está recrudescendo. Não penso que isso vá prejudicar a economia. Mesmo nos momentos de mais tensão política, como no ano passado, não tivemos desarranjos do processo econômico. Mas, de qualquer forma, o bom funcionamento das instituições é fundamental para que o país caminhe bem. (PALOCCI, 2006a)

Sobre esse discurso de Palocci, CYPRIANO teceu bastante elogios.

Palocci só veio confirmar aquilo que todo mundo esperava que ele realmente dissesse. O mais relevante é que não se pode misturar coisas pessoais com um ministério dessa importância. (CYPRIANO, 2006a)

CYPRIANO se referia ao trecho no qual Palocci se justificou por não se defender diretamente na imprensa das acusações. O ministro justificou que, pelo cargo que possuía, não deveria intervir na imprensa diante de todas as acusações que lhe proferiram³⁵.

Percebemos que o presidente da FEBRABAN considerou positiva a separação que Palocci estava realizando entre a crise política e a economia.

Dia 27 de março de 2006, como já foi falado, Palocci apresenta sua carta de demissão. Logo no dia seguinte, CYPRIANO emite nota lamentando a saída de

³⁵ "Disseram nesta semana que eu me afastei da imprensa. Quero que vocês compreendam que não posso, como ministro da Fazenda, debater todo tipo de acusação baixa e ofensas. Não posso. Sempre que essas coisas acontecem, eu me silencio um pouco, mas não deixo de fazer os meus compromissos. Não posso fazer do Ministério da Fazenda um debate desses temas." (PALOCCI, 2006a)

Palocci, e já fazendo comentários acerca da política que esperava do próximo ministro, Guido Mantega (CYPRIANO, 2006b).

Agora, com a indicação de Guido Mantega como seu substituto, esperamos que a linha seja de continuidade da responsabilidade fiscal, liberdade cambial e política de metas de inflação (CYPRIANO, 2006b).

Os banqueiros se posicionaram de maneira bastante diversa se comparados com os industriais. Analisada por BOITO (2010), a “Revista da Indústria” de 2006, publicada pela FIESP, manifestou opiniões bastante favoráveis sobre a saída de Palocci e a entrada de Mantega. Enquanto o primeiro foi visto como um “monetarista”, o segundo foi apresentado como um desenvolvimentista. Ao contrário dos banqueiros, os industriais desejavam que as políticas macroeconômicas fossem alteradas. Isso já mostra que a posição ocupada por esses dois grupos de empresários dentro do bloco no poder possui distinções; a posição dos banqueiros foi mais favorável à continuidade da política econômica ortodoxa representada por Palocci.

Sobre a escolha de Mantega, identificamos que este não era o único nome cotado entre os banqueiros. Em alguns artigos jornalísticos, o nome de Murilo Portugal, então secretário-executivo do ministério da Fazenda, era cotado como o preferido de “analistas” e do “mercado” (VALOR ECONÔMICO, 2006a; FOLHA, 2006a; BACOCINA, 2006). Não encontramos grandes banqueiros se pronunciando sobre suas preferências, possivelmente para não criar indisposições caso o novo ministro fosse alguém diferente do desejado. Isso levando em consideração que o nome de Murilo Portugal sofria repúdio dentro do PT (VALOR ECONÔMICO, 2006b).

A única pessoa vinculada a algum banco que encontramos declarando diretamente sua preferência por Murilo Portugal foi a economista-chefe do banco Fibra, Maristella Ansanelli:

Como a situação do Palocci vinha se agravando nos últimos dias, a saída era esperada. O Murilo Portugal [secretário-executivo da Fazenda] seria uma opção melhor na visão do mercado para substituir o Palocci (ANSANELLI, 2006)

É importante considerarmos essa preferência por Murilo Portugal pois, além de não ter sido escolhido para ministro, no dia do anúncio da nomeação de Guido

Mantega ele apresentou sua carta de demissão ao presidente Lula (RODRIGUES, 2006a).

O problema político que se colocava nessa conjuntura era acerca da manutenção da equipe econômica dentro do Ministério da Fazenda. Além de PALOCCI ter saído, outro nome desejado por atores financeiros também pediu demissão. Tal problema tentou ser combatido por MANTEGA logo após sua entrada no ministério. Manifestou seu intuito de manter a equipe econômica, e nomeou um integrante do próprio ministério para o antigo cargo de Murilo Portugal (RODRIGUES, 2006b).

Mas mesmo com essa posição pública, como observou NOVELLI (2007), Bernard Appy (que assumiu o lugar de Murilo Portugal) possuía formação mais heterodoxa se comparado com o anterior; e com a entrada de Julio Gomes de Almeida (economista ligado à linha desenvolvimentista da UNICAMP) observamos a composição de uma equipe econômica de formação não tão fechada com a linha ortodoxa (NOVELLI, 2007, p.3)

O fenômeno político que estamos observando, portanto, é o da saída de um ministro com orientação econômica ortodoxa e a entrada de um ministro (que reorienta a composição da equipe econômica do ministério) com um vínculo com o campo desenvolvimentista (NOVELLI, 2007, p.4).

Embora NOVELLI tenha destacado que não houve uma reorientação da política econômica que vinha sendo implementada, essa alteração teve conseqüências no relacionamento que os banqueiros possuíam com o Estado.

Ao contrário de MEIRELLES e PALOCCI, Guido Mantega em seu discurso de posse foi breve, e pouco revelou qual linha política seguiria no cargo de Ministro; ficou mais no elogio sobre como o país avançou depois da entrada de Lula no poder (MANTEGA, 2006).

Mas logo no início de sua gestão, em 27 de abril de 2006, discordou publicamente da política de juros aplicada pelo COPOM. Não foi nenhuma crítica a alguma pessoa específica, mas sim uma dissonância de discursos.

Enquanto a Ata do COPOM afirmava: "*a flexibilização adicional da política monetária seja conduzida com parcimônia*" (COPOM, 2006), ou seja, que o processo de queda de juros que estava acontecendo no período sofreria uma revisão; Mantega, comentando essa ata em uma reunião da FIESP, afirma:

Como eles [os técnicos do Copom] se pautam pela lógica e são bons analistas econômicos, eles estão vendo o que está acontecendo. Não há nada, nenhuma pressão inflacionária que nos autorize a pensar que nós vamos mudar de rota ou que vai haver uma inflexão na política monetária. (MANTEGA, 2006b).

A fala de MANTEGA não apresenta um ataque à equipe econômica do Banco Central, mas sim apresenta que sua visão sobre política de juros é diferente, ou seja, deseja a permanência do processo de queda da taxa básica de juros.

Essa linha política distinta seria o grande fator que condicionou os conflitos do ministro da Fazenda com membros da FEBRABAN, especificamente com seu presidente, Marcio Cypriano, e o economista-chefe da entidade, Roberto Luís Troster.

O tema que gerou esse debate foi o pacote de medidas para a redução do *spread* bancário, tema esse que será explicado no próximo item. Esse pacote criava a obrigatoriedade de criação da "conta salário" para todos os bancos; implementava o chamado "cadastro positivo"; gerou a redução pela metade da alíquota de contribuição dos bancos ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC); incentivou a portabilidade do crédito e do cadastro bancário; além de outras medidas (VALOR ECONÔMICO, 2006c). O objetivo de tal pacote era ampliar a base de crédito dos bancos e aumentar a concorrência, e assim diminuir o *spread*.

A reivindicação da FEBRABAN acerca desse pacote era de que para que o *spread* fosse efetivamente reduzido, era necessário reduzir o depósito compulsório (que será explicado no item 3.6) (BARROS, 2006).

A posição de MANTEGA, em entrevista à "Folha de São Paulo", foi bastante contrária à essa reivindicação. Diante da pergunta sobre o que ele achou da reivindicação da FEBRABAN, MANTEGA respondeu:

Eu acho que há espaço para a redução do "spread" do setor privado sem que haja mudanças no compulsório. A Selic já caiu cinco pontos percentuais, e isso

não foi repassado para o consumidor. Ao mesmo tempo, os bancos exibem enormes lucros. (MANTEGA, 2006c)

MANTEGA não só recusa a proposta da FEBRABAN como também acusa os bancos de não repassarem para suas taxas de juros as reduções na taxa Selic. A entrevista como um todo reclama do posicionamento dos bancos. E além do pacote que citamos anteriormente, MANTEGA destaca que outra política governamental que estava sendo usada para reduzir os *spreads*: a de reduzir os *spreads* individuais dos bancos públicos, forçando a concorrência (MANTEGA, 2006c).

Logo no dia seguinte à entrevista, Marcio Cypriano voltou a público enfatizando o papel do depósito compulsório na formação do *spread*. Nesse debate, Roberto Luís Troster, economista-chefe da FEBRABAN, caracterizou a proposta do governo como “manobras diversionistas”, o que aumentou ainda mais o nível de conflito entre a FEBRABAN e o governo (CYPRIANO, 2006c).

Nesse momento a situação de crise foi instaurada. Para solucionar essa situação, CYPRIANO telefonou para MANTEGA, declarando que a posição de TROSTER era uma posição pessoal, e a FEBRABAN não subscrevia tal posicionamento. Menos de duas semanas após essas declarações, Roberto Luís Troster se afasta do cargo de economista-chefe da FEBRABAN (BARROS; BALBI, 2006).

Tal embate não significa que os banqueiros de modo geral passaram a entrar em conflito com o governo. A posição de Alfredo Setúbal, diretor de Relações com Investidores da Itaú Holding Financeira, foi bastante positiva com relação às medidas de diminuição do *spread* anunciadas pelo governo.

Embora insistisse na necessidade de se reduzir o compulsório, Alfredo Setúbal avaliou como “*na direção correta*” a formulação do cadastro positivo e a redução da alíquota do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) (SETÚBAL, 2006a).

Gabriel Jorge Ferreira, que nesse momento estava na presidência da Confederação Nacional das Entidades Financeiras (CNF) também elogiou as duas medidas anteriormente citadas, assim como evitou tocar no assunto da redução

do compulsório, tendo em vista os conflitos que estavam ocorrendo entre FEBRABAN e o governo (FERREIRA, 2006a).

Não só os banqueiros continuaram apoiando as medidas do governo como também mantiveram o financiamento da campanha do PT nas eleições de 2006 (AGOSTINE; et. al. 2006).

O que esses choques apontam é menos uma transformação da política econômica e mais uma configuração que a cena política passa a ter após a saída de Palocci. Percebemos que a relação dos banqueiros com o Estado tornou-se mais instável.

Em relação ao conflito político de Guido Mantega com a FEBRABAN, tal embate mostra as limitações às quais a ação pública dos banqueiros está submetida. Mesmo em um ano eleitoral, no qual os governantes possuem um laço de dependência financeira com os financiadores de campanha, os banqueiros tiveram que amenizar seu posicionamento e “pedir desculpas” para o governo.

Já em relação ao tema mais geral do tópico, ou seja, o significado da saída de Palocci, a posição dos banqueiros é bem expressa por Paulo Vieira da Cunha, então economista-chefe para a América Latina do HSBC³⁶:

Um segundo mandato sem o ministro Palocci é bem menos atraente do que um segundo mandato com Palocci, onde se sabia qual seria a política macroeconômica. (CUNHA, 2005).

Percebemos que essa mudança de ministros representou a saída de atores políticos mais desejáveis pelos banqueiros. Essa mudança pode não ter repercutido em políticas macroeconômicas diferenciadas, mas pode ter tido impacto nas relações dentro do bloco no poder.

Como BOITO destaca (2012, p.2), o revezamento entre a burguesia compradora e a burguesia interna dentro do bloco no poder não gera transformações significativas no modelo de política econômica implementado pelo

³⁶ Essa declaração foi feita em novembro de 2005, quando ainda estava ocorrendo a crise com Palocci. É importante destacar que em abril de 2006 o economista assumiu o cargo de Diretor de Estudos Especiais do Banco Central, mostrando que o banqueiro assumia a posição política a favor do governo, só que na linha mais ortodoxa; não era um opositor do governo. (VALOR ECONÔMICO, 2006d).

Estado. A mudança dos atores políticos e do posicionamento dos empresários pode apontar em uma transformação do bloco no poder, mesmo não havendo uma reorientação das políticas macroeconômicas.

Observar posicionamentos bastante distintos entre industriais e banqueiros em relação a esse fato político já nos indica que os dois grupos de empresários ocupam posições diferentes dentro do bloco no poder. A saída de Palocci no final do primeiro governo Lula pode indicar que o posicionamento dos banqueiros dentro do bloco no poder tenha sido rebaixado.

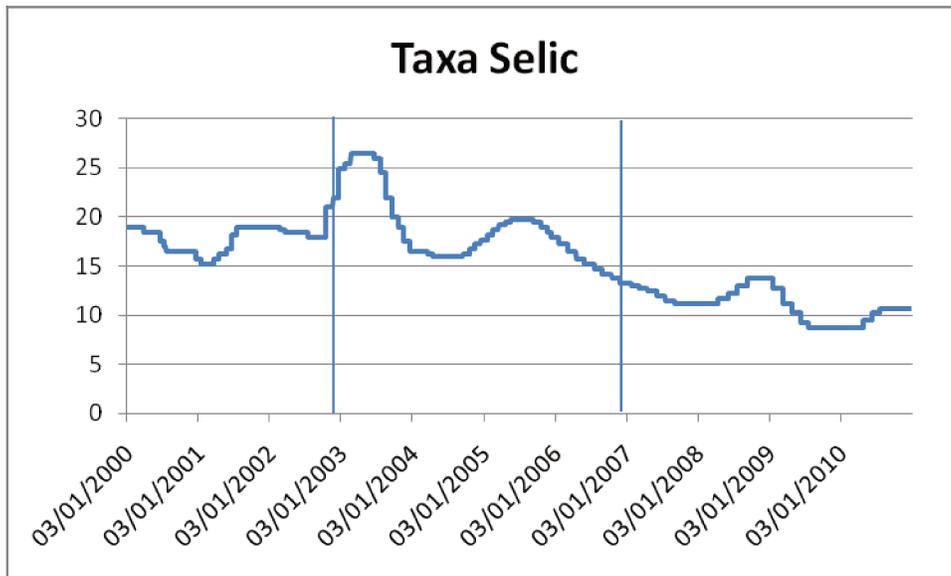
Tal conclusão se aproxima da tese de BOITO (2010), de que no primeiro mandato do governo Lula tenha ocorrido uma *“ação defensiva, cujo principal objetivo era não hostilizar o capital financeiro internacional”* (BOITO, 2010, p.6), e no segundo mandato uma linha política mais claramente desenvolvimentista, representando isso um processo de ascensão da burguesia interna em relação à burguesia compradora dentro do bloco no poder.

Nossa pesquisa não conseguiu abranger o período do segundo mandato de Lula, por isso não conseguimos afirmar que nesse processo os banqueiros foram efetivamente rebaixados; o que podemos afirmar é que o episódio da saída de Palocci no último ano do primeiro mandato aponta nesse sentido.

3.5 Política de Juros: avaliação dos banqueiros diante das mudanças da política de juros.

Para pensarmos a opinião dos banqueiros quanto à política de juros, nós precisamos ter claro uma diferença conceitual importante: a diferença entre juros e *spread*. Enquanto o primeiro, em termos mais simplificados do que foi exposto no capítulo um, seria a rentabilidade simples ganha pelo emprestador, o *spread* seria a diferença entre o juros que o banco ganha ao emprestar e o juros que ele paga para quem investe dentro do banco.

Diante dessa diferença, desejamos apresentar dois gráficos com dados sobre o assunto acima:

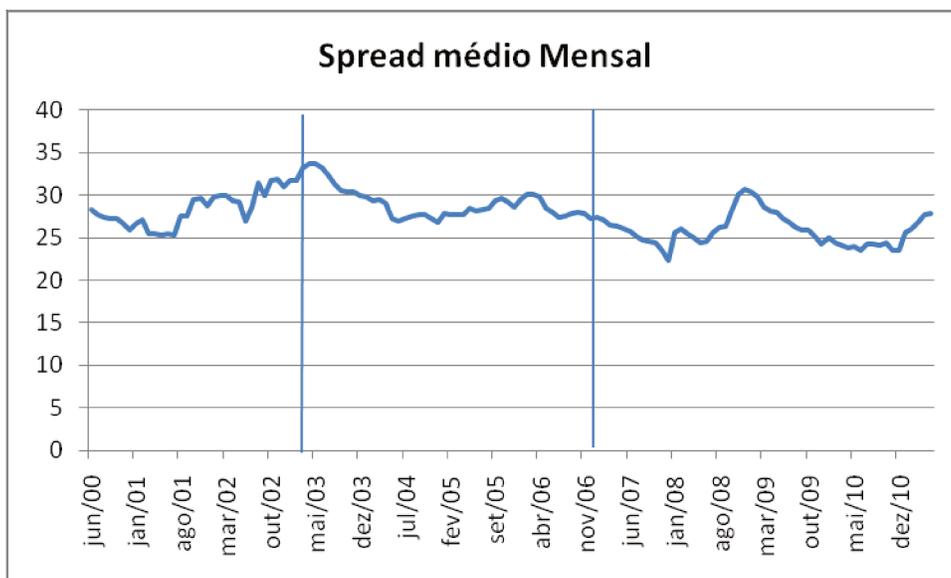


Fonte: Banco Central: sistema gerenciador de séries temporais. Série código 432.

O período que nos interessa está entre as duas barras, compreendendo o início de 2003 e o final de 2006. A taxa Selic é conhecida por ser uma taxa de juros que influencia outras. Ela é a taxa básica de juros da economia pois é ela que define o quanto o governo paga nos juros da dívida pública, investimento que seria considerado o mais seguro no mercado financeiro brasileiro.

Percebemos na primeira metade do ano de 2003 um aumento dessa taxa; uma forte queda no segundo semestre de 2003; a manutenção da taxa em 2004; um aumento na primeira metade de 2005; inicial queda no final de 2005; e uma queda constante até o final do primeiro mandato.

O segundo gráfico que nos interessa é o seguinte:



Fonte: Banco Central (Sistema gerenciador de séries temporais). Operação 8298. Spread médio mensal (pré-fixado, pós-fixado e flutuante) das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros - Total geral.

O segundo gráfico mostra o *spread* das operações de crédito do sistema financeiro como um todo.

Da mesma maneira que o gráfico 1, o período que nos interessa é aquele entre as barras. Podemos observar que os dois são similares. Na primeira metade de 2003 ocorre um aumento; depois ocorre uma queda até metade de 2004; um leve aumento até o final de 2005; e uma leve queda até o final do mandato.

Percebemos que os dois gráficos apresentam movimentos gerais parecidos, mesmo que os *spreads* tenham uma trajetória mais instável. São sobre esses dois temas que estudaremos o posicionamento dos banqueiros.

A taxa Selic e os *spreads* são distintos; enquanto o primeiro é o juro que o governo paga nos títulos da dívida pública, o segundo representa o ganho dos bancos entre o juro que ele tem que pagar para captar capital e o juro que ele recebe ao emprestar. Essa diferença econômica se traduz em problemas políticos distintos; enquanto os juros da taxa Selic representam a política governamental, a segunda representa a prática de juros dos bancos.

Logo na entrada do governo Lula, o Banco Central realizou um aumento na taxa Selic. Esse aumento foi muito elogiado pelos banqueiros. Gabriel Jorge Ferreira, que na época era presidente da FEBRABAN, disse o seguinte:

O BC tem atuado neste governo, assim como no governo anterior, com autonomia, tanto que o Copom aumentou os juros básicos da economia neste ano. Essa é a maior demonstração de autonomia do Banco Central, (...) (FERREIRA, 2003).

Como já havia sido citado no tópico sobre autonomia do Banco Central, Alexandre Schwartzman considerou tal política uma forma de “construção” da credibilidade de Meirelles no “mercado”. (SCHWARTSMAN, 2003a).

A economista-chefe do BES Investimentos, Sandra Utsumi, caracterizou a decisão dessa forma:

Foi uma questão de consolidação do modelo econômico e de reiteração de compromisso com o controle de inflação. A decisão do Copom foi técnica e visou à busca por credibilidade. (UTSUMI, 2003).

É evidente a vinculação feita pelos banqueiros entre aumento de juros e autonomia do Banco Central. Isso demonstra que a concepção de autonomia emitida pelos banqueiros não é apenas independência do processo decisório, mas sim tem um conteúdo político específico.

Esse conteúdo político específico seria a continuidade da utilização dos juros como instrumento macroeconômico de combate à inflação; o posicionamento do Banco Central de aumento dos juros confirmou tal prática da política monetária, e isso produziu elogios dos banqueiros.

Mas isso não significa que os banqueiros comemoram a todo aumento de juros; e reclamam em toda queda. O posicionamento dos banqueiros é variável dependendo de onde ocorre o pronunciamento do posicionamento, e não raro se posicionam a favor da queda da taxa Selic.

Tal variação é evidente no discurso de Gabriel Jorge Ferreira, então presidente da FEBRABAN. Dia 11 de junho de 2003, durante a apresentação do XIII Congresso e exposições de tecnologia da informação das instituições financeiras (CIAB 2003) afirma: *"Não diria que, se não houver mudança, seria uma surpresa"* (FERREIRA, 2003e), isso se referindo à manutenção da taxa Selic.

Já no dia 16 de junho de 2003, durante o 19º Congresso Latino-americano de Comércio Exterior (Clace), quando foi perguntado acerca da possibilidade de diminuição da Selic, FERREIRA responde: *"É o nosso desejo, a nossa torcida"* (FERREIRA, 2003f).

O CIAB é um dos maiores eventos organizados pela FEBRABAN, ou seja, um espaço freqüentado por banqueiros; já o Clace é um congresso freqüentado por membros de outras frações da burguesia. Acreditamos que, quando o pronunciamento acerca dos juros atinge um público mais amplo, para além dos próprios banqueiros, o discurso assume determinadas características; no caso, existiria uma tendência em defender uma política de juros mais baixos quando o público alvo do discurso vai além dos banqueiros.

Em 19 de agosto de 2003 a “Folha de São Paulo” publicou um estudo feito com vários empresários, entre eles analistas de mercado e com banqueiros, acerca da expectativa deles em relação à Selic. Entre os entrevistados, Fabio Barbosa (ABN Amro), Gustavo Marin (Citibank), Marcio Cypriano (Bradesco), e Raymundo Magliano Filho (Bovespa) eram a favor da queda percentual de 1,5% da taxa Selic, e a favor da continuidade da queda gradual da taxa. (FOLHA, 2003a).

Alexandre Schwartzman, economista-chefe do Unibanco, posicionou-se a favor da queda de 2% da taxa; Sérgio Werlang, economista-chefe do Itaú, se posicionou a favor da queda entre 2 e 2,5 da taxa, embora fizesse a ressalva que acreditava que o Copom reduziria a taxa em apenas 1,5. (FOLHA, 2003a).

Essa posição não diferia muito dos representantes de entidades de fora do setor financeiro. Roberto Faldini, diretor do Departamento de Economia da FIESP, possuía a mesma opinião de WERLANG, acreditava que existia a possibilidade de diminuição de 2,5 pontos, mas de acordo com as práticas do Banco Central ele só esperava a queda em 1,5. Somente Abram Szajman, então presidente da Federação do Comércio de São Paulo, posicionou-se favorável à queda da taxa em 3 pontos percentuais. (FOLHA, 2003a).

Temos que levar em consideração que esse momento a Taxa Selic estava demasiadamente elevada, em 24,5%. Mas de qualquer forma, os banqueiros se posicionaram não só a favor da queda da taxa, mas também a favor da continuidade desse tipo de política.

Em setembro de 2003 encontramos uma declaração de Roberto Setúbal, presidente do Itaú, falando que depois da redução de 6,5 da taxa Selic, era *“hora de ir com calma”* (SETÚBAL, 2003c), o que poderia indicar uma mudança nas expectativas dos banqueiros. Mas em novembro, a pesquisa realizada pela FEBRABAN apontava a opinião de membros de instituições financeiras com expectativa de diminuição da taxa Selic até o final do ano, de 19% para 17%. (FEBRABAN, 2003b).

É interessante observarmos o argumento de Marcio Cypriano (Bradesco) sobre os juros. Segundo ele, *“o juro alto não é bom para os bancos”*; a lógica argumentativa apresentada pelo banqueiro é a de que quanto menor o custo do dinheiro, mais capacidade os bancos tem de diversificar suas operações e melhorar a relação que tem com as empresas. (CYPRIANO, 2003d).

Logo no começo de 2004, Gabriel Jorge Ferreira (FEBRABAN) continua com o discurso de que *“a trajetória de queda vai continuar”* em relação aos juros, embora em ritmo mais lento (FERREIRA, 2004b).

Também no começo de 2004, encontramos economistas de bancos reclamando do sistema de metas de inflação aplicado pelo governo. Segundo eles, entre os países que praticam o sistema de “metas para inflação”, o Brasil era o único que usava a chamada “inflação cheia”. Segundo Hugo Penteado, economista-chefe do ABN Amro Assets Management:

É preciso avaliar o custo social desta política econômica, se faz sentido ter meta com este impacto. Com metas em cima de preços livres, estaríamos mais confortáveis. (PENTEADO, 2004).

Alexandre Póvoa, economista do Banco Modal, diz o seguinte sobre esse sistema:

O discurso do BC [temeroso da inflação] encobre a raiz do problema: o regime de metas, baseado no IPCA cheio e com tarifas indexadas, que engessa o país, dificulta baixar juros. Essa culpa não é do BC, que tem de zelar pela regra. (PÓVOA, 2004).

A questão é que banqueiros estão fazendo declarações contra o sistema de “metas para inflação”, recomendando alterações que poderiam facilitar a queda da taxa Selic. Isso é um posicionamento que aponta na direção da queda dos juros.

Interessante também foi a reação dos banqueiros no começo de 2004 diante da decisão do Copom em não diminuir os juros. Além de diversos analistas de mercado terem reclamado, e a Bovespa ter operado em baixa no dia seguinte ao anúncio da decisão (DIAS, 2004), alguns economistas de bancos divergiram da decisão.

Fábio Akira, economista do JP Morgan, colocou:

O Banco Central está olhando para a meta de inflação, a despeito do cenário externo favorável. O BC não quer passar sinal de leniência com a inflação. Esperamos que o BC volte a cortar os juros em abril, mas certamente não no ritmo visto no ano passado. (AKIRA, 2004a).

O departamento de pesquisa do Bradesco anunciou:

O BC quis intencionalmente, evitar uma retomada precipitada do otimismo em relação à tendência da inflação. Assim, tornou-se mais improvável uma redução dos juros em março, apesar de a possibilidade não deveria ser totalmente afastada. A ata revelou um Banco Central muito pouco preocupado com o risco de interrupção da recuperação econômica em curso. (BRADESCO, 2004).

Esses foram posicionamentos que divergiram da ata, mas também existiram economistas de bancos que concordaram, como foi o caso de Guilherme de Nobrega (economista do Banco Fibra) e Mario Mesquita (economista-chefe do ABN Amro Bank). Os dois consideraram que os índices de inflação justificaram o posicionamento do Banco Central, e não esperavam uma nova queda para o mês de março. (NOBREGA, 2004b; MESQUITA, 2004).

Não existia entre os banqueiros um consenso em relação à decisão do Copom, mas encontrar alguns exemplos que pediam pela redução dos juros já demonstra que o interesse dos banqueiros em relação aos juros altos não se traduz de maneira literal para a arena discursiva.

Tal posicionamento se transformou na segunda metade de 2004. Em agosto Fábio Akira (JP Morgan) declarou que o “aperto da política monetária” estava adequado. (AKIRA, 2004b). Octávio de Barros, economista-chefe do Bradesco, pela sua visão acerca dos índices de inflação, considerou a possibilidade de aumento da taxa Selic até o final do ano. Outros economistas como Zeina Latif (HSBC), Maurício Oreng (Unibanco) e Mário Mesquita (ABN Amro) continuaram com a expectativa de manutenção da taxa até o final do ano (GUIMARÃES; CRUZ, 2004).

Em setembro Mário Mesquita, em nota ao “Valor Econômico” já alterou suas projeções e afirmou esperar uma alta de 0,25 pontos, embora considerasse a possibilidade de aumento de 0,5 da taxa Selic. (MESQUITA, 2004).

Percebemos aqui um fenômeno de mudança das expectativas dos banqueiros. Na segunda metade de 2004, os banqueiros passaram a defender uma política de juros mais elevada.

Essa mudança pode ser observada na diferença nas declarações de Roberto Setúbal. Em outubro de 2004, avaliava que existia a possibilidade de novos aumentos na Selic, mas não esperava aumentos muito significativos, destacando que em 2005 deveria haver uma queda na taxa. Também destacou que as condições da economia brasileira eram favoráveis para a manutenção de um crescimento econômico de 3%, 4% e até 5%. (SETÚBAL, 2004a).

Posição diferente das suas declarações em novembro do mesmo ano:

Sair de uma taxa de inflação de cerca de 7% ao ano para algo em torno de 5% tem um preço, que é uma taxa (de juros) um pouco mais elevada nesse primeiro momento. (SETÚBAL, 2004b).

Nessa declaração Setúbal não faz projeções para a Selic em 2005, assim como destaca a negatividade de um “crescimento excessivo” da economia, que seria negativo tanto para a inflação como para a balança de pagamentos. (SETÚBAL, 2004b).

Portanto, o posicionamento dos banqueiros diante da conjuntura econômica na segunda metade de 2004 foi de que o aumento da taxa Selic poderia acontecer. Em contraste com as declarações do começo de 2004 que reclamaram do fato de os juros não caírem, as declarações do final de 2004 esperavam um aumento da Selic.

Mas mesmo nesse cenário, Marcio Cypriano (Bradesco), que havia se tornado presidente da FEBRABAN, voltou a destacar que juros altos não são do interesse dos bancos, e reiterou a importância da queda do depósito compulsório à vista (CYPRIANO, 2004a).

No começo de 2005, identificamos algumas projeções de bancos sobre a taxa Selic no decorrer do ano. O ABN Amro previu que os juros subiriam inicialmente (de 17,5% para 18,5%), e cairia até o final do ano para o patamar de

15,5% e 16%. (ABN Amro, 2005). A previsão do Bradesco foi de fechamento do ano em 16% (BRADESCO, 2005), embora Marcio Cypriano tenha logo no começo do ano feito outra declaração esperando para a primeira reunião do Copom do ano um aumento de 0,5 pontos da taxa Selic (CYPRIANO, 2005a); e pela previsão do Itaú, Roberto Setúbal declarou que sua expectativa era de fechamento do ano com a Selic em 14% ou 15% (SETÚBAL, 2005a).

Portanto, já no começo de 2005 a expectativa dos banqueiros era a de que no prazo de um ano a taxa Selic diminuísse, embora com projeções de aumento logo no início do ano.

Conseguimos identificar pedidos dos banqueiros por interrupção do aumento da Selic em junho de 2005, com a declaração do economista do Unibanco Darwin Dib:

Chegou o momento do encerramento do ciclo de altas da Selic. O BC, que tem um viés conservador, precisava ter indícios dentro do IPCA de que a queda dos preços no atacado começava a chegar no varejo. E isso começou a acontecer. (DIB, 2005).

Em julho de 2005, Marcio Cypriano, presidente da FEBRABAN e do Bradesco, em entrevista à “Folha de São Paulo”, declarou não só que as altas deveriam ser interrompidas, mas que o juros deveria cair:

A partir de agosto, acho que deve começar a queda dos juros. Já está na hora de baixar os juros. Acredito até que é possível uma redução de meio ponto percentual na taxa em agosto. A ata do Copom já indicou essa possibilidade. A redução dos juros é importante para o país voltar a crescer. (CYPRIANO, 2005b).

Opinião semelhante foram dos membros do Itaú em julho. Sérgio Werlang, que nesse momento era diretor-executivo do banco, disse: *“Já há um horizonte sob controle, e a inflação caminha para a meta, por isso existe espaço para uma retração nas taxas em setembro”* (WERLANG, 2005b). Alfredo Setúbal, diretor de relações com investidores do banco Itaú, afirmou que a redução da taxa Selic *“pode acontecer até mesmo no mês que vem”* (SETÚBAL, 2005), mostrando seu posicionamento favorável à redução da taxa.

Pelos dados utilizados para a formação do gráfico apresentado no início do tópico, a Selic continuou em 19,75% até setembro. Dia 14 de setembro de 2005 a taxa se reduziu para 19,5%. O ano de 2005 fechou com a Selic em 18%. Disso,

percebemos primeiro que as declarações favoráveis à diminuição da Selic pelos banqueiros foram anteriores à efetiva redução; e segundo, que a Selic terminou o ano acima da maioria das previsões que analisamos. A única previsão que previu os 18% foi a de Pedro Moreira Salles, feita no final de novembro (SALLES, 2005).

No final de 2005, encontramos a declaração de Marcelo Salomon, economista-chefe do Unibanco, afirmando que o Banco Central teria espaço para uma redução de 0,75% na taxa (a redução que realmente ocorreu foi de 0.5), mas esperava que o Copom agisse de maneira conservadora. (SALOMON, 2005).

Também encontramos a declaração de Hugo Penteado, economista-chefe do ABN Amro Asset Management, que afirma:

A desaceleração é absolutamente natural, dado o aperto monetário anteriormente observado. Como há um cenário propício para a inflação e perspectivas de redução de juros, o cenário mais provável é de aceleração da atividade, mas sem indicar a necessidade de pressa do BC nessa redução. (PENTEADO, 2005a).

O que observamos pelas declarações dos banqueiros é que sua posição pública seria favorável a uma diminuição da taxa de juros que estava sendo praticada, mas não encontramos críticas muito fortes em relação à política governamental que estava sendo implementada.

Tirando as críticas em relação à forma de aferir a inflação no “sistema de metas para inflação”, encontramos, em geral, banqueiros pedindo juros mais baixos, mas aceitando a posição “conservadora” do Banco Central.

Essa é uma grande diferença se compararmos com os industriais. Embora tenhamos encontrado em determinados momentos discursos parecidos, inclusive com perspectivas parecidas de queda de juros, a avaliação dos industriais em relação à política de juros do governo Lula no primeiro mandato foi altamente crítica. BOITO (2010) observou duras críticas por parte dos industriais em relação a essa política de juros. Os banqueiros, mesmo tomando posicionamentos parecidos em determinados momentos, não chega a criticar a política governamental.

Uma decisão já tomada em 2005 definiu que em 2006 haveria menos reuniões do Copom, ou seja, menos reuniões que definiriam a taxa Selic. A visão

de Márcio Cypriano sobre o assunto foi positiva, pois diminuiria a “tensão pré-Copom” e também permitiria o Banco Central fazer uma melhor avaliação da reação do mercado diante da possibilidade de alta e baixa dos juros (CYPRIANO, 2005c).

Portanto, o ano de 2006 começa com uma taxa Selic alta, com expectativa em relação à sua redução, além de ser um ano eleitoral. Como podemos observar no gráfico apresentado no começo do tópico, esse foi um ano de constante queda da taxa Selic. Variáveis econômicas (a manutenção de altas taxas no ano anterior, que teve impacto sobre as projeções de crescimento da economia) e variáveis políticas (ano eleitoral, entrada de Guido Mantega no Ministério da Fazenda, etc.) são importantes para a análise da opinião dos banqueiros em relação aos juros em 2006.

Em 2005, Tomás Málaga (então economista-chefe do Itaú) chega a afirmar que a economia brasileira teria muita dificuldade de conviver com um juros abaixo dos 15%. Segundo ele: *"Com uma taxa de investimento anual de 19% do PIB [Produto Interno Bruto], não dá para reduzir os juros abaixo de 15% ao ano"* (MÁLAGA, 2005). Em julho de 2006 a taxa Selic ficou abaixo dos 15%, e nas reuniões posteriores diminuiu ainda mais.

A posição de MÁLAGA em outubro de 2006 mudou:

As projeções de preço para 2007 não são tão otimistas quanto as de 2006. Haverá uma recuperação dos preços. Mas está claro que, para chegar a 4,5%, é preciso reduzir um pouco mais os juros. (MÁLAGA, 2006).

O exemplo acima mostra que mesmo os limites que antes os banqueiros se colocavam, no contexto de 2006, foram repensados. Esse foi um ano de constante queda, e não encontramos reclamações dos banqueiros em relação a isso.

Alfredo Setúbal, que se tornou vice-presidente do Itaú, também se posicionou a favor da queda dos juros, mas com uma visão mais positiva que a de MÁLAGA:

Tem espaço para corte de juro porque a inflação está muito controlada. A inflação está muito baixa. O governo vai usar a política monetária de uma maneira um pouco mais acelerada. (SETÚBAL, 2006b).

Para ele, a inflação estava controlada, e isso justificava a diminuição dos juros. A expectativa de que os juros baixassem já estava entre os banqueiros

desde o começo do ano. No ano de 2006, a FEBRABAN realizou estudos com várias instituições financeiras em relação às expectativas destas.

Em fevereiro de 2006 já havia a previsão de fechamento do ano com a Selic em 14,85% (levando em consideração que a taxa encontrava-se em 17,5%). (FEBRABAN, 2006a). Em Abril essa expectativa abaixou para 14,14% (FEBRABAN, 2006b), previsão essa que foi repetida em agosto (FEBRABAN, 2006c) e que abaixou para 13,34% em novembro (FEBRABAN, 2006d).

A expectativa da mesma pesquisa em dezembro de 2006 foi de que as quedas continuariam em 2007, com uma previsão de 11,82% da taxa Selic para o final desse ano (FEBRABAN, 2006e).

A expectativa inicial dos banqueiros era de que os juros acabariam no ano de 2006 maiores do que efetivamente acabaram (13,25%), embora tenham reajustado durante o ano essas expectativas. O interessante é não termos encontrado reclamações em relação a esse processo de queda da taxa Selic. Como já apontava nas próprias previsões, os banqueiros se posicionaram favoráveis ao processo de queda dos juros.

A primeira constatação importante em relação às opiniões dos banqueiros em relação aos juros é a utilização do argumento “inflação” na justificativa da determinação da taxa de juros.

Embora no começo do governo o argumento “autonomia do Banco Central” tenha sido usado para justificar o aumento dos juros, em 2005 o único argumento mobilizado para justificar o aumento dos juros foi a inflação (além de também ter sido usado em 2003). Dentro da teoria econômica ortodoxa o juro é considerado o principal instrumento de controle da inflação, e essa é uma variável importante para explicar essa justificativa por parte dos banqueiros.

Mas também existem outras variáveis importantes. Sobre o processo de implementação do neoliberalismo na América Latina, ANDERSON (1995) chama a atenção para o papel fundamental que a coerção política ou a hiperinflação tem para a implantação sucedida desse modelo político. No caso brasileiro, a hiperinflação ocupou um papel fundamental nesse processo.

Um trabalho acadêmico interessante a ser desenvolvido seria em relação ao impacto simbólico que o processo de hiperinflação brasileiro teve nas classes dominantes e também nas outras classes sociais. Mas tendo em vista o papel histórico da hiperinflação no Brasil, consideramos plausível afirmar que tal impacto existiu e que tem efeitos até hoje (ressaltando que a caracterização desse efeito demandaria uma pesquisa acadêmica específica). Consideramos que esse impacto simbólico foi retomado pelos banqueiros para defender uma política econômica que lhes era benéfica.

Mas não se trata aqui de utilização instrumental do recurso simbólico. Afinal, em 2006, quando a inflação recuou, os banqueiros aceitaram a redução dos juros sob o mesmo argumento da inflação. O que nos leva a afirmar que os banqueiros consideram a inflação efetivamente um problema (mesmo que no processo hiperinflacionário do começo da década de 90 os bancos tenham obtido grandes vantagens), ou seja, o próprio símbolo que utilizam tem efeito sobre eles.

A posição de Fernão Bracher, presidente do Itaú BBA (banco de atacado pertencente ao Itaú Holding) em relação aos juros é bastante interessante:

Eu gostaria de ter uma taxa de juros mais baixa, mas a persistência da inflação do jeito que está nos deixa preocupados. Há dois elementos aos quais não se tem dado suficiente atenção. Um deles é que se pode aumentar a oferta de bens [para evitar pressões inflacionárias] com a diminuição das tarifas alfandegárias, que estão em grande medida altas. Elas não precisariam ser tão altas se tivéssemos taxas de câmbio e de juros melhores. Isso permitiria aos produtores locais ser mais competitivos. (BRACHER, 2005).

Ao mesmo tempo em que fala que “gostaria” de juros baixos, justifica o patamar da Selic através da inflação (prática feita em todas as justificativas de banqueiros até então analisados). As soluções que o banqueiro tem para a inflação ou são juros altos ou a liberalização econômica, mostrando claro vínculo com a matriz neoliberal de pensamento econômico.

Sobre o vínculo que os banqueiros fazem entre inflação e juros, percebemos que o primeiro é utilizado para justificar os altos índices do segundo; mas isso não significa que os banqueiros utilizaram o argumento da inflação apenas como “desculpas” para a manutenção da Selic elevada. Acreditamos que

o posicionamento público dos banqueiros encara a inflação como um problema real.

A segunda constatação que fizemos é a defesa que os banqueiros fazem da queda da taxa Selic em determinados momentos. Isso parece a princípio como a luta dos banqueiros contra seus próprios interesses. A justificativa de BRACHER desse posicionamento dos banqueiros é a seguinte:

Juro alto não beneficia o sistema bancário. Os bancos vivem do "spread", não dos juros. Um banco normalmente tem um capital grande que ele aplica como as empresas.

O lucro do banco está na diferença entre o quanto ele paga pelo dinheiro que lhe dão e o quanto ele recebe pelo dinheiro que empresta. Essa diferença é o "spread" bancário. O juro alto, a não ser pela aplicação da parcela do capital próprio do banco, não influencia no lucro. (BRACHER, 2005).

Em sua argumentação o banqueiro omite o papel que a dívida pública tem dentro do quadro de investimento dos bancos, que não é pequeno. Esse tipo de investimento tem relação direta com a taxa Selic.

Mas mesmo assim, os "spreads" bancários tem papel determinante dentro da formação do lucro do banco. O "spread" bancário é a diferença entre os juros que o banco paga para a captação do recurso e os juros que ele cobra para emprestar. Essa é uma prática dos bancos, e que o governo tenta realizar políticas para abaixar tal diferença. Discutiremos, portanto, o comentário dos banqueiros em relação à política governamental em tentar abaixar o *spread*.

Em maio de 2003 Guido Mantega, então Ministro do Planejamento, apresentou-se à imprensa ao lado de Lazaro Brandão (presidente do conselho do Bradesco) e de Márcio Cypriano (presidente do Bradesco), cobrando a redução do "spread" bancário. A resposta de CYPRIANO foi de que os juros bancários seriam reduzidos à medida em que a taxa de juros do governo também fosse reduzida, mas reivindicava também redução no compulsório: "*O compulsório é penalizante*" segundo o banqueiro. (CYPRIANO, 2003e).

Antônio Palocci também se reuniu em julho de 2003 com representantes da FEBRABAN e da CUT para discutir modalidades de empréstimo que teriam um "spread" mais baixo, que seria o caso de empréstimos feitos à funcionários públicos com desconto direto na folha de pagamento (PALOCCI, 2003b). Tal

debate originou o que foi chamado de empréstimo consignado, que debita diretamente da folha de pagamento do funcionário público a prestação que é devida, e que devido à diminuição da “insegurança jurídica”, pela forma como denominou Gabriel Jorge Ferreira (FEBRABAN) na reunião com PALOCCI, permitiu uma redução dos juros cobrados. (FERREIRA, 2003g).

Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, em uma reunião promovida pela LIDE em 2003 (Associação empresarial que reúne empresas e instituições financeiras), afirma que considerava os “spreads” bancários muito altos no Brasil, mas que a autoridade monetária não poderia reduzi-los de “*forma mandatária*” (MEIRELLES, 2003b).

O fato é que no Brasil os bancos têm a liberdade para determinar qual será o “spread” de cada uma de suas operações financeiras. O governo tenta oferecer mudanças dentro do sistema financeiro que incentivem os bancos a abaixarem os juros cobrados, e assim diminuam o “spread”, portanto, de forma “não-mandatária”.

Uma mudança muito reivindicada pelos banqueiros no primeiro ano do governo Lula foi a nova “Lei de falências”. Tal tema, como já foi apresentado no tópico 3.2, já estava presente dentro do discurso de posse de MEIRELLES no Banco Central, e foi tema de reivindicação dos banqueiros durante o ano de 2003.

Já no começo de 2003, Sergio Werlang (Itaú) escreveu uma matéria na “Folha de São Paulo” discutindo problemas de crescimento, inflação e investimento. Sobre o tema “spread”, o banqueiro colocou:

Em quarto lugar, há as medidas para permitir a diminuição do “spread” bancário e aumentar o mercado de crédito. Nisso, o Banco Central tem feito um bom trabalho, e várias medidas já foram tomadas, como a lei que permite empréstimos consignados sobre folha salarial e a Lei de Falências. Contudo há mais a ser feito: (1) diminuição dos depósitos compulsórios; (2) diminuição do direcionamento de crédito; (3) aumento da competição no setor por meio do estabelecimento de um cadastro portátil que inclua informações positivas (...) sobre todos os clientes das instituições financeiras e (4) diminuir a carga tributária sobre empréstimos, especialmente o IOF e a CPMF. (WERLANG, 2005c).

Primeira característica de destaque do discurso do banqueiro é a aceitação de políticas governamentais que estimulam a diminuição do “spread”. Mas não é qualquer tipo de política que WERLANG está defendendo; são políticas que

permitem diminuir o risco dos empréstimos e aumentar o volume de crédito disponível aos bancos, para assim diminuir o “spread”. Ou seja, medidas que permitam a diminuição da inadimplência e aumento do volume de crédito disponível aos bancos.

O discurso se mostra favorável à diminuição do “spread”, mas para a realização efetiva dessa diminuição é exigido uma política “compensatória”. A “Lei de falência” é exigida como forma de diminuição dos riscos.

Roberto Setúbal, presidente do Itaú, também afirmava que a queda do “spread” dependia da aprovação da “Lei de falências”, mas que durante 2003 houve políticas que dificultavam a queda.

Não podemos deixar de observar que, embora todo mundo deseje a queda do “spread”, neste ano já tivemos medidas no sentido contrário, como o aumento do compulsório e de impostos de intermediação financeira (SETÚBAL, 2003d).

Destaque especial para a fala de que todos desejam a queda do “spread”, ou seja, os banqueiros também estariam inclusos nesse posicionamento em desejar a diminuição dos “spreads”.

Gabriel Jorge Ferreira, presidente da FEBRABAN, também apoiou a reforma da “Lei de falências” para tornar mais fácil a execução das garantias nos casos de inadimplência. A avaliação que FERREIRA fez da antiga lei foi a seguinte:

Esse conjunto de condições negativas comprometem a eficiência do sistema de intermediação financeira para ampliar o crédito e fazê-lo chegar aos tomadores com taxas de juros razoáveis " (...) "Estamos aptos a realizar a intermediação financeira com o mesmo empenho e competência com que prestamos serviços. Para tanto é fundamental que se removam os obstáculos aqui apontados criando-se condições para uma intermediação financeira competitiva e eficiente. (FERREIRA, 2003h).

A fala de FERREIRA afirma que para um sistema financeiro que cobre taxas de juros “razoáveis” é necessário reformar o sistema de falências das empresas.

Portanto, a nova “lei de Falências foi uma demanda por parte dos banqueiros. Mas a nova “lei de falências” proposta pelo governo não foi aceita sem críticas por parte dos banqueiros. Johan Ribeiro, então diretor jurídico da FEBRABAN, teceu o seguinte comentário acerca do projeto: *“A diferenciação dos*

direitos dos trabalhadores e dos demais credores de uma empresa causa desequilíbrio de relações" (RIBEIRO, 2003).

O comentário do presidente da FEBRABAN em novembro foi de que o projeto de lei *"não chega a encher o copo de água e pode melhorar"* (FERREIRA, 2003i) justamente pela preferência que as dívidas trabalhistas continuaram tendo em relação ao que foi chamado de *"credores detentores de garantias reais"*. Mas o projeto possuiria a grande vantagem de permitir a venda de ativos da empresa em crise segundo FERREIRA.

Além da reformulação da "Lei de falências", outra política elogiada pelos banqueiros foi o pacote de medidas direcionadas à diminuição do "spread" bancário e que foi falada no tópico 3.4.

Esse pacote de medidas permitia a diminuição dos riscos ao criar o chamado "cadastro positivo", que permitiria a identificação de "bons pagadores" e reduzir os juros cobrados desses empréstimos. (VALOR ECONÔMICO, 2006e). Além dessa medida, que segue a mesma linha de melhorar os índices de inadimplência, esse pacote realizou a diminuição da alíquota de contribuição do Fundo Garantidor de Crédito, que imobilizava parte do capital dos bancos no Banco Central, que significa o aumento do volume de dinheiro disponível para os bancos.

O pacote também criava a portabilidade de crédito e do cadastro bancário, incentivando a concorrência dentro do setor bancário, mas não conseguimos identificar elogios de banqueiros em relação a essa medida.

Como já foi mostrado no tópico 3.4, as duas primeiras medidas foram muito elogiadas pelos banqueiros (especificamente por Alfredo Setúbal e Gabriel Jorge Ferreira).

A primeira constatação em relação aos "spreads" que podemos fazer até então é que existem três tipos de políticas do governo que podem diminuir essas taxas: transformação jurídica que diminua o nível de inadimplência; liberação de maior volume da capital disponível para empréstimo; medidas que estimulem a concorrência. Os banqueiros geralmente elogiam só as duas primeiras medidas, destacando principalmente a importância da segunda. É recorrente no discurso

dos banqueiros, quanto o tema é “spread”, a importância de se reduzir o compulsório (isso será desenvolvido no próximo tópico).

A segunda constatação em relação ao discurso dos banqueiros é a mensagem positiva em relação à política de diminuição dos “spreads”. Não existe um discurso de defesa dos banqueiros que aponte benefícios na manutenção de “spreads”. O que existe é no máximo ou a afirmação que os “spreads” não estão tão altos (CYPRIANO, 2007), ou que a culpa dessa elevada taxa é do governo, em especial por causa do depósito compulsório (CYPRIANO, 2006c; CYPRIANO, 2007).

A conclusão desse tópico é que existe um forte constrangimento por parte dos banqueiros em defender publicamente uma política de juro alta ou a manutenção de “spreads” elevados. Acreditamos que um fator que explica tal constrangimento é a visão negativa existente na sociedade em relação ao papel social do prestador. Fábio Colletti Barbosa, em entrevista à revista “Veja”, ao responder à pergunta sobre o porquê dos bancos não serem bem vistos pelo resto da população, respondeu:

Essa imagem negativa nos preocupa muito, mas ela não é exclusiva dos bancos brasileiros. Não podemos nos esquecer de que as instituições financeiras estão na posição ingrata de cobrar empréstimos em qualquer lugar do mundo. Mas há um aspecto histórico brasileiro. No passado, a inflação prejudicou demais a transparência do relacionamento do cliente com a instituição financeira. Os prazos de empréstimos eram curtíssimos, não havia confiança na moeda. Não existiam tarifas, porque os bancos ganhavam com o dinheiro parado nas contas. Isso mudou completamente. Além do mais, acho que a expectativa sobre os serviços que devem ser prestados pelos bancos precisa ser mais bem compreendida. (BARBOSA, 2004).

Essa “posição ingrata” que BARBOSA se refere é de que os interesses dos prestadores são opostos à grande parte das outras classes e frações de classe, tanto pela posição na estrutura econômica como pela realidade histórica brasileira. Nos meios de comunicação, portanto, se cria uma situação constrangedora em defender uma política de juros alta ou de manutenção de elevados índices de “spread”.

Discursivamente, portanto, eles defendem a redução desses dois índices, mas apoiando medidas que lhe sejam benéficas.

Para explicarmos essa defesa, primeiro, consideramos relevante a posição do governo em praticar uma política de juros altos. Como essa decisão governamental passou a ser prática desde o começo do governo, não havia motivos para os banqueiros se posicionarem publicamente a favor do aumento dos juros, posicionamento esse que seria criticado.

A opção discursiva de apresentar pedidos de redução da taxa de juros e políticas de diminuição do “spread” bancário pode ser interpretada, primeiro, pela segurança que os banqueiros tinham em relação à política governamental, de que não haveria mudanças bruscas que fossem opostas aos seus interesses.

E segundo, porque dentro do discurso de pedido de diminuição de juros e “spread” havia reivindicações que lhes seriam benéficas. Em relação aos juros, era freqüente encontrarmos ao lado do pedido de redução de juros também pedidos de redução de compulsório, sob o argumento de que as taxas de inflação permitiriam um relaxamento da política monetária. Existia efetivamente uma preocupação dos banqueiros em relação à inflação, mas quando essa diminuía e pressões a favor da diminuição da taxa de juros surgiam, os banqueiros buscavam apresentar uma defesa de uma redução conjunta do depósito compulsório.

Já em relação aos “spreads”, o que é exigido é: condição jurídica para evitar a inadimplência; e a política de aumento do volume de recursos disponíveis aos bancos. Nesse segundo tipo de reivindicação entra novamente o pedido de redução do depósito compulsório.

Percebemos que o discurso dos banqueiros tanto sobre taxa selic como sobre juros não é apenas uma defesa do aumento destas; em certos momentos expressam até um desejo pela diminuição destas. Mas para diminuir, são exigidas compensações. A diminuição do compulsório é uma dessas compensações, tema que será discutido no próximo tópico.

3.6- Depósito Compulsório: avaliação dos banqueiros diante das alterações do depósito e avaliação geral da política de compulsórios no primeiro mandato.

Para entendermos depósitos compulsórios, se faz necessário uma nota a respeito de reserva bancária. Reservas bancárias são contas que os bancos possuem dentro do Banco Central. Dentro dessas contas, os bancos são obrigados a imobilizar parte do dinheiro que foi depositado pelos seus clientes. Esse valor seria o depósito compulsório.

A porcentagem que fica retida nessas contas depende do tipo de depósito que foi feito. Depósitos a vista, a prazo, poupança³⁷, cada uma tem uma alíquota específica que determina qual porcentagem do valor total dos depósitos deve ficar retido no Banco Central.

O funcionamento do processo de cálculo e retenção dos valores é explicado por BARBOSA dessa forma:

Neste mecanismo existe para o sistema bancário dois períodos: um para o cálculo e outro de movimentação do compulsório. No período de cálculo, que atualmente corresponde a uma semana, calcula-se a média dos depósitos sujeitos ao recolhimento compulsório. Na semana seguinte, os bancos são obrigados a manter um valor médio do compulsório, podendo haver saques que sejam compensados por depósitos que preservem a média previamente estabelecida. (BARBOSA, 1996).

O depósito compulsório, portanto, é parte do dinheiro que foi depositado no banco e que não pode ser utilizado por ele para as suas operações. A função econômica de tal regra financeira seria a de conter a quantidade disponível de moeda para os bancos, limitando assim sua capacidade multiplicadora de moeda (MOREIRA, 1994; CUCOLO, 2009), e também pode ser usado como instrumento de política monetária, ou seja, controle da inflação.

Mas independente das justificativas econômicas, esse é um instrumento que diminui a quantidade de dinheiro que os bancos podem operar. Portanto, consideramos plausível que o seu aumento (e a sua existência) não seja de interesse dos banqueiros. Comparando com os juros, o depósito compulsório também é instrumento de controle da inflação, mas ao contrário dos juros, o seu aumento não é de interesse dos banqueiros.

³⁷ Existe uma quarta modalidade de recolhimento compulsório chamada “exigibilidade adicional sobre depósitos”, a qual adiciona uma certa alíquota a cada forma de depósito citada antes, e também uma quinta modalidade, que seria o depósito cobrado por operações de *leasing*, mas só foi criado em 2008, depois de nosso recorte temporal. (CUCOLO, 2009. acesso em 03/06/2011)

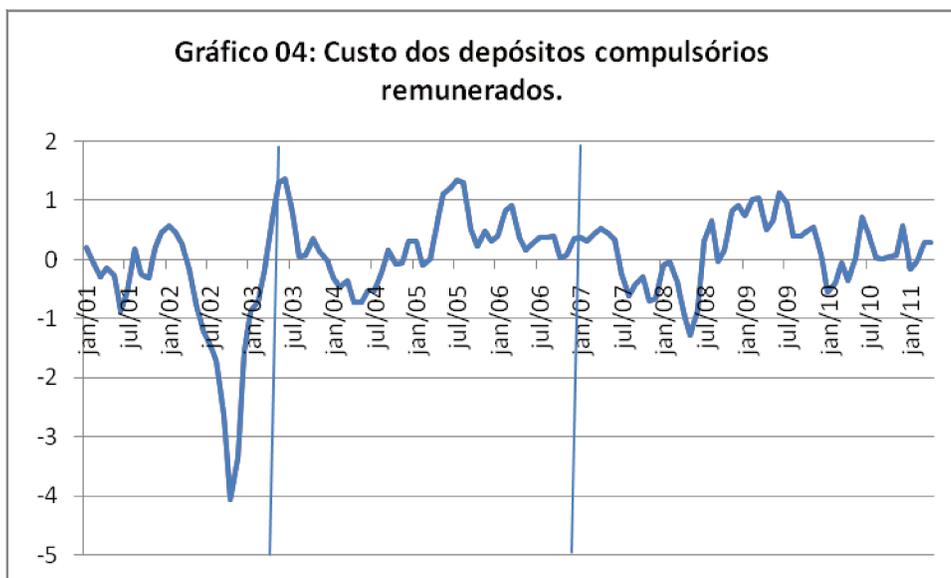
O gráfico a seguir mostra o volume total de depósitos compulsórios em espécie (excluindo os depósitos compulsórios feitos em títulos da dívida pública) retidos pelo Banco Central.



Fonte: Banco Central do Brasil [Sistema gerenciador de séries temporais. Código da série: 1828. Unidade: u.m.c.(mil)]

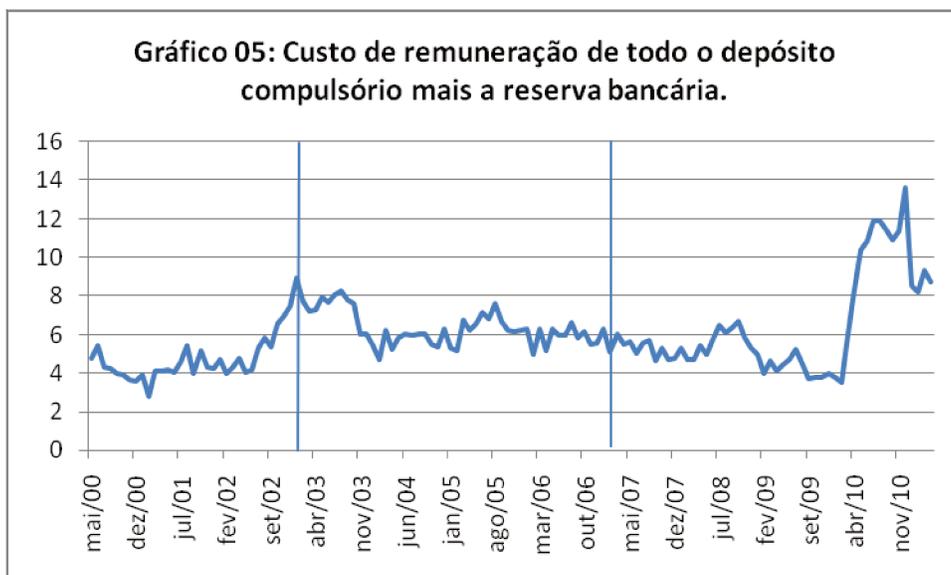
O gráfico acima mostra que houve um aumento lento e gradual do volume armazenado de depósitos compulsórios somente depois do primeiro ano do governo. Mas disso não podemos concluir automaticamente que houve uma política deliberada de aumento do compulsório ou uma política monetária contra os interesses dos bancos. Primeiro, esse volume pode aumentar ou por um aumento na alíquota do compulsório ou também pela quantidade de depósitos feitos nos bancos. Segundo, parte desses depósitos recebe remuneração pelo Banco Central ao serem imobilizados. As reservas compulsórias referentes a depósito a prazo e a poupança possuem remuneração.

Marcio Cypriano, comentando a redução do compulsório dos depósitos a prazo, disse que “não necessariamente” tal medida reduz os juros bancários, tendo em vista que tal compulsório recebe remuneração (diferente do depósito a vista) (CYPRIANO, 2004a).



Fonte: Banco Central do Brasil (Sistema gerenciador de séries temporais. Código da série: 10732. Unidade: % a.m.)

Durante o nosso período, no primeiro ano, os depósitos compulsórios remunerados representaram um custo para o Banco Central; já em grande parte do segundo ano, a retenção desses depósitos representaram para o BC um ganho, o que não se repetiu nos anos seguintes (com destaque para metade de 2005, no qual a rentabilidade alcançou os patamares do início do governo). Mas mesmo no período em que esse depósito representou ganho para o Banco Central, isso não significa que os bancos perderam dinheiro, como podemos ver na tabela a seguir.



Fonte: Banco Central do Brasil (Sistema gerenciador de séries temporais. Código da série: 10738. Unidade: % a.a.)

Observar o rendimento da reserva bancária como um todo é importante no sentido de verificar que as exigências do Banco Central como um todo não representam um “custo” para os bancos. Portanto, não estamos diante de uma política de retirada de dinheiro dos bancos (como é o imposto), mas sim diante de uma política que limita a quantidade de capital disponível.

Já no começo do primeiro mandato do governo Lula, como foi destacado no tópico anterior, houve um aumento da taxa Selic. A justificativa para tal aumento foi o contínuo aumento da inflação. Além dos juros, o governo também alterou o compulsório no início do governo.

Antes da entrada de Lula no poder, o Banco Central realizou uma série de aumentos das alíquotas do depósito compulsório. A alíquota para os depósitos a vista aumentou de 45% em outubro de 2002 para 60% em março de 2003 (BARROS, 2003a). Essa transformação é o que explica o súbito aumento do volume de depósitos observados no período anterior ao de Lula. Houve um processo inflacionário no final do governo FHC e no começo do governo Lula, e medidas como aumento de juros e aumento do depósito compulsório foram tomadas.

O comentário de Sérgio Werlang, então diretor do Banco Itaú, foi de que: “A inflação não está mais localizada. O processo de aumento de preços se

generalizou" (WERLANG, 2003b). Por não termos identificado uma postura crítica dos banqueiros em relação ao aumento do compulsório (mas apenas a constatação de que o processo inflacionário representava um risco), consideramos que nessa situação de entrada do PT no poder, os banqueiros consideravam a inflação realmente um risco, e que políticas tanto contrárias (aumento do depósito compulsório) como a favor (aumento da taxa selic) de seus interesses foram aceitas.

Mas já na metade de 2003 o governo retomou a queda da taxa Selic, como pode ser observado na tabela exposta no tópico anterior. Nessa conjuntura de queda, tanto o Itaú como o Bradesco se comprometeram em reduzir seus juros bancários.

O comentário de Roberto Setúbal, presidente do Itaú, foi o seguinte:

Na medida em que ocorrerem novas reduções de taxas pelo Copom e novas medidas, como reduções no compulsório, o Itaú estará ajustando suas taxas (SETÚBAL, 2003e).

A redução dos juros por parte do Banco Central já apontou na direção da aplicação de uma política monetária menos austera, e a partir desse momento iniciaram as reivindicações pela diminuição do depósito compulsório.

Ainda em junho de 2003 o governo lançou um pacote para estimular os bancos a fazer uma política de microcrédito. Mas, ao invés de diminuir o depósito compulsório para que esses recursos fossem direcionados à essa linha de crédito, o governo fez o contrário: ele elevou o depósito compulsório a vista e abriu a opção para os bancos de utilizar esse recurso que ficaria imobilizado no Banco Central na aplicação do modelo de microcrédito definido pelo BC. (AITH, 2003).

A reação dos banqueiros não foi positiva diante de tal política. Gabriel Jorge Ferreira, presidente da FEBRABAN, classificou tal medida como "*um direcionamento obrigatório de 2% dos depósitos à vista*" (FERREIRA, 2003j). Devemos ler essa manifestação levando em consideração o quanto é considerado negativo pela teoria econômica ortodoxa (seguida por grande parte da equipe econômica do governo) a interferência arbitrária nas atividades econômicas dos agentes.

Segundo WERLANG, tal medida não contribuiria para a queda dos “spreads” bancários, na verdade ao contrário; existindo a obrigação de direcionarem um volume de crédito para uma operação específica (microcrédito), *“As demais linhas vão sofrer, pois haverá menos recursos livres para empréstimos bancários”* (WERLANG, 2003c).

Já José Arthur Lemos de Assunção, presidente da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), foi mais incisivo:

(...) não são microcrédito, são distribuição de dinheiro subsidiado (...) Não são só as financeiras que serão prejudicadas, mas o sistema financeiro como um todo. Para quem tomar dinheiro emprestado vai ser ótimo. Para o país, não tenho tanta certeza (ASSUNÇÃO, 2003).

A queda do compulsório foi reivindicada novamente por WERLANG em julho, ao destacar que a inflação já havia diminuído o ritmo, que já existiam condições “técnicas” para a diminuição da taxa Selic em 4 pontos, e que, a redução de 2 ponto na taxa de juros feita conjuntamente com uma redução de 15% no compulsório a vista também teria o mesmo efeito econômico (incentivo ao crescimento). (WERLANG, 2003d).

Em agosto, na mídia impressa foi anunciado o acordo entre o Banco Central e o Ministério da Fazenda na diminuição do depósito compulsório, segundo a qual o ministro Antonio Palocci estaria reivindicando a Henrique Meirelles essa diminuição. (BARROS, 2003b).

Essa diminuição efetivamente não ocorreu no prazo imaginado, o que foi caracterizado por WERLANG como conservadorismo; segundo o banqueiro, já havia condições tanto para a diminuição do compulsório como também para a diminuição da Selic. (WERLANG, 2003e).

Mas já em 08 de agosto de 2003 o Banco Central anunciou a diminuição do Compulsório a vista de 60% para 45%. Tal medida teve impacto imediato nos bancos. No mesmo dia o Itaú, o Bradesco e o Unibanco anunciaram na grande

imprensa medidas para a redução dos juros bancários³⁸. Sobre essa diminuição, Márcio Cypriano, presidente do Bradesco, colocou:

Essa queda de juros de nossos produtos vai abrir espaço para uma nova demanda, principalmente por ter sido efetivada em linhas de grande utilização. Além disso, reduzimos significativamente o juro de linhas para pessoas jurídicas, setor fundamental para gerar mais produção e emprego (CYPRIANO, 2003f).

O comentário de Roberto Setúbal, presidente do Itaú, foi o seguinte:

Reafirmo que continuaremos atentos a novas reduções de taxas, sempre que houver reduções da Taxa Selic pelo Copom e do compulsório pelo BC. Com estas quedas de taxas, esperamos aumentar a oferta de crédito, contribuindo para o reaquecimento da atividade econômica no país. (SETÚBAL, 2003f).

Já o comentário de Rogério Estevão, diretor de produtos do Unibanco:

Nesse momento em que o compulsório é reduzido, nós do Unibanco repassamos imediatamente esse benefício ao nosso cliente tomador final de crédito. Essa decisão de reduzir o compulsório é, sem dúvida, a medida mais eficiente para se reduzir as taxas de juros (ESTEVÃO, 2003)

Percebemos aqui uma posição unânime muito favorável à medida do governo. É importante essa unanimidade pública pois isso já aponta, primeiro, que a redução do depósito compulsório é de interesse geral dos bancos, e segundo, é um interesse que não entra em conflito com outras classes sociais (como era o caso dos juros analisado no tópico passado). Fazemos esse segundo apontamento porque conseguimos identificar no discurso favorável à redução do compulsório a tentativa dos banqueiros em aliar esse interesse com os interesses gerais do país, além de não haver nenhum constrangimento em apoiar tal medida (coisa que ocorria com as medidas de aumento dos juros)

Sobre essa redução específica, a declaração do então economista-chefe da FEBRABAN, Roberto Luis Troster, "*Foi um corte fora do esperado, mas dentro do desejável*" (TROSTER, 2003a). Gabriel Jorge Ferreira, presidente da FEBRABAN e vice-presidente do Unibanco, também elogiou bastante as medidas, mas disse que o nível ideal que o compulsório deveria estar seria entre 25 e 30%. (FERREIRA, 2003k).

³⁸ Também pudemos observar após essa decisão uma queda contínua dos "spreads" bancários até a metade de 2004, como pode ser observado no gráfico de "spread" apresentado no tópico anterior.

Já no final de 2003 encontramos CYPRIANO pedindo novamente a redução do depósito compulsório, ressaltando que havia condições econômicas para a realização de tal ato, e que o governo estava se sensibilizando em relação a essas demandas (CYPRIANO, 2003g).

No começo de 2004 encontramos uma declaração de Gabriel Jorge Ferreira, presidente da FEBRABAN também pedindo a redução do depósito compulsório, mas em um tom mais crítico ao Banco Central e ao governo. Além de criticar a não-diminuição do compulsório, FERREIRA reclama do aumento do Cofins de 3% para 4% (FERREIRA, 2004c).

Durante 2004, houve algumas modificações dos depósitos compulsórios, como o fim do compulsório para depósitos judiciais (CRUZ, 2004) e também o adiamento da obrigatoriedade de destinar recursos ao microcrédito que não foram recolhidos pelo compulsório (SOUZA, 2004), mas nada que mobilizou os banqueiros na grande imprensa. Sobre o primeiro tema, acreditamos que não houve manifestações por parte dos banqueiros porque os depósitos judiciais estão concentrados nos bancos públicos; sobre o segundo, como se tratava de uma amenização e um descumprimento de prazo, não seria conveniente comemorar publicamente.

Mas a manifestação mais relevante nesse ano sobre o depósito compulsório foi o de Márcio Cypriano, recém eleito presidente da FEBRABAN, em entrevista à “Folha de São Paulo”. Quando perguntado sobre qual era a sua proposta de “acordo nacional” (uma espécie de proposta de acordo entre diversos setores sociais em favor de um objetivo comum), CYPRIANO responde:

O governo teria de começar a abrir mão do compulsório: 45% de compulsório sobre os depósitos é altamente punitivo. Os bancos poderiam pegar esses recursos do compulsório e aplicá-los um pouco mais barato para o tomador, desde que ele tenha projetos que possam gerar empregos. Os sindicatos eventualmente deixariam de ter uma fiscalização muito severa em termos de hora extra, em termos de jornada de trabalho. (CYPRIANO, 2004b).

E quando foi perguntado se tal medida não iria causar inflação, a resposta do presidente da FEBRABAN é a seguinte:

Na minha avaliação, a queda do compulsório não afetaria o combate à inflação. A própria Selic, o tamanho do ajuste fiscal e também o compulsório, que continuará existindo apenas a uma alíquota menor, serão suficientes do ponto

de vista da eficiência da política monetária. Nossa proposta, aliás, incentiva o investimento, o que gerará mais capacidade de produção e ampliará a oferta de produtos, equilibrando demanda e oferta. (CYPRIANO, 2004b).

Como podemos observar, a política de depósito compulsório ocupa um lugar muito importante no repertório discursivo dos banqueiros. É uma reivindicação afinada com seus interesses e que tem a possibilidade de ser absorvida por outros setores. É um discurso que compatibiliza os interesses dos banqueiros com a proposta política de desenvolvimento econômico.

A diminuição do depósito compulsório permitiria os bancos emprestarem mais, a juros mais baratos, permitindo o crescimento econômico e a geração de empregos; esta é a lógica presente no discurso de CYPRIANO na primeira citação de sua entrevista.

A primeira metade de 2005, como foi mostrado no tópico anterior, foi um período de preocupação entre os banqueiros em relação à inflação e previsões de aumento da taxa de juros. Não conseguimos encontrar declarações dos grandes banqueiros nesse período pedindo a diminuição do depósito compulsório. Precisamos levar em consideração que o aumento do depósito compulsório é uma forma de política monetária de combate à inflação.

Inclusive, encontramos a declaração de Hugo Penteado (ABN Amro Asset Management) que chega a apoiar medidas mais rígidas de austeridade monetária com o aumento do depósito compulsório. (PENTEADO, 2005b).

Existem duas explicações possíveis para esse posicionamento. Primeiro, que a inflação é efetivamente uma preocupação para os banqueiros. Portanto, esse seria um posicionamento que corrobora a nossa afirmação do tópico anterior sobre o impacto simbólico das conseqüências da hiperinflação brasileira, que também incidiria sobre os banqueiros.

A segunda explicação possível, e acreditamos que esta é a mais significativa, é que efetivamente o Banco Central não aumentou o depósito compulsório nesse período; o depósito compulsório a vista permaneceu em 45%³⁹.

³⁹ Mesmo o nosso primeiro gráfico desse tópico apontando no aumento do volume total dos depósitos compulsórios dentro do Banco Central, isso não necessariamente significa aumento da alíquota; também pode significar aumento no volume de depósitos nos bancos.

E isso foi declarado pelos membros do Banco Central como uma política deliberada.

Como declarou Henrique Meirelles, escolher os juros em vez do depósito compulsório como política de contenção da inflação foi uma questão de opção por parte do governo (MEIRELLES, 2005c). Alexandre Tombini, diretor de Estudos Especiais do Banco Central, também destacou que embora alto, o depósito compulsório não foi utilizado como instrumento de política monetária no período, mas sim como instrumento para evitar quebra de bancos (TOMBINO, 2005).

Inclusive, no final de junho de 2005, o diretor de Política Econômica do Banco Central, Afonso Sant'anna Bevilaqua, além de destacar que o Banco Central não estava utilizando o compulsório como instrumento para conter a inflação, chega a afirmar que a redução do depósito compulsório deveria ser uma meta:

Quando você olha para os compulsórios no Brasil eles são ainda bastante elevados. Se você olhar para o médio prazo, nós deveríamos ver uma redução dos compulsórios (BEVILAQUA, 2005).

Percebemos que a “opção” da política econômica tomada pelo governo foi favorável aos interesses dos banqueiros. Escolheram aumentar os juros (benéfico aos bancos) em vez de aumentar o compulsório (maléfico aos bancos) para combater a inflação. Essa explicação, aliada à preocupação com a inflação, acreditamos ser o que explica a não-manifestação dos banqueiros em relação ao depósito compulsório na primeira metade de 2005.

Mas já depois da metade do ano encontramos declarações favoráveis à queda do compulsório, declarações essas feitas em conjunto com o pedido de diminuição da taxa Selic.

Foram nesse sentidos as declarações de CYPRIANO, presidente da FEBRABAN, em setembro e novembro de 2005.

A primeira declaração foi mais branda. CYPRIANO disse que esperava um corte maior na Selic, que foi reduzida em 0,25% e a sua expectativa era de diminuição de 0,75%; e disse que tais reduções não surtirão efeito na diminuição dos juros cobrados ao consumidor, pois a carga tributária, a inadimplência e o depósito compulsório mantinham tais juros elevados (CYPRIANO, 2005d).

A segunda declaração foi mais incisiva. Falou que “*está na hora de reduzir*” o depósito compulsório, e que se houvesse uma queda de 10% no compulsório o Bradesco iria diminuir o juro médio dos empréstimos do banco em 10%. (CYPRIANO, 2005e).

E foi nessa direção que o debate sobre depósito compulsório se orientou durante o ano de 2006. Logo em fevereiro desse ano o economista-chefe da FEBRABAN, Roberto Luis Troster, afirma que o elevado preço do crédito no Brasil é culpa do governo. Segundo TROSTER, a carga tributária, o endividamento público e o recolhimento compulsório seriam os culpados pelas taxas de juros cobradas no mercado financeiro brasileiro. (TROSTER, 2006b).

Em março desse ano Antonio Palocci saiu do Ministério da Fazenda e Guido Mantega entrou no seu lugar. Essa intensificação das reivindicações pela diminuição do depósito compulsório aconteceu simultaneamente à entrada de um político mais favorável a uma linha desenvolvimentista. A crise política desse momento já foi explicada no tópico 3.4, mas é importante retomarmos que houve uma disputa, de um lado, o Ministério da Fazenda reivindicando a diminuição dos “spreads” bancários, e de outro os banqueiros, reivindicando a diminuição do compulsório.

O resultado final dessa disputa foi TROSTER retirado da FEBRABAN; CYPRIANO pedindo desculpas para Guido Mantega; e Alfredo Setúbal e Gabriel Jorge Ferreira elogiando o pacote do governo para diminuição dos “spreads” bancários.

Portanto, percebemos que essa intensificação dos pedidos de diminuição do compulsório não foi bem sucedida. Mas o papel do discurso a favor da diminuição do compulsório não se resume ao convencimento do governo.

Como falamos anteriormente, o depósito compulsório é uma reivindicação que os banqueiros apresentam como o interesse de toda a sociedade; seria a forma de baratear o crédito e produzir o crescimento econômico.

Encontramos em diversos momentos de nosso recorte temporal representantes de diversos setores sociais incorporando essa reivindicação dos banqueiros.

Já em julho de 2003, em jantar promovido pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), MEIRELLES foi cobrado para reduzir os juros e o depósito compulsório à vista. Ironicamente, o presidente do Banco Central falou que nunca havia visto industriais saírem em defesa dos banqueiros (BARROS, 2003c).

Em abril de 2004, um estudo do IEDI sobre “spread” bancário aponta o brasileiro como o mais alto do mundo, e as razões disso seriam:

o baixo volume de crédito, os excessivos impostos sobre a intermediação bancária e os exagerados compulsórios tornam cara a intermediação financeira. (IEDI, 2004).

Em maio desse ano encontramos a declaração da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) de que o Banco Central estava sendo excessivo na sua política monetária, que era necessário diminuir os juros, a tributação sobre operações financeiras e também o depósito compulsório. (ACSP, 2004).

Em setembro desse ano Luiz Marinho, presidente da CUT, em entrevista à “Folha de São Paulo”, explicou a sua proposta de “pacto social” dessa forma:

São várias as combinações que podem ser feitas. Os empresários do setor produtivo poderiam manter o preço e a garantia de fornecimento do produto, e o governo, em contrapartida, baixaria a carga tributária. O empresário teria que garantir que irá aumentar seus investimentos para ampliar a oferta de produtos. O controle da inflação tem que se dar por meio de mais oferta, e não por política monetária e fiscal. Já o sistema financeiro tem de reduzir o “spread”, e, para isso, o governo pode baixar o compulsório e reduzir impostos. São, enfim, um conjunto de combinações que para garantir a sustentabilidade do crescimento. (MARINHO, 2004)

Essa posição de MARINHO mostra que essa demanda conseguiu ter um alcance até em movimentos de trabalhadores.

A apresentação que Paulo Skaf fez no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) em novembro de 2004 ilustra bem a forma de incorporação dos industriais dessa demanda dos banqueiros. O presidente da FIESP apresentou dados sobre como o “spread” no Brasil é alto; mostrou que a maior parte desse “spread” se converte em lucro para os bancos; que o índice de

lucratividade dos bancos é muito alto; que parcela significativa do PIB é retirado pelos bancos em forma de lucro; ou seja, fez uma exposição altamente crítica à atividade bancária no Brasil. Como solução a essa situação, SKAF propõe a redução do compulsório e da carga tributária, exatamente as reivindicações dos banqueiros. (SKAF, 2004).

Esse posicionamento de SKAF é ilustrativo no sentido de mostrar que o fato de a pauta sobre depósito compulsório ser incorporada por outros setores da sociedade não significa a adesão à atividade bancária. Como destacamos na citada entrevista de Fábio Colletti Barbosa à revista “Veja” no tópico anterior, os banqueiros brasileiros tem consciência que a atividade bancária não é bem vista. Com certeza o fato de ter sua pauta de reivindicação incorporada por outros setores aponta numa melhora na imagem pública do setor bancário, mas não significa automaticamente que passam a ser “bem vistos”.

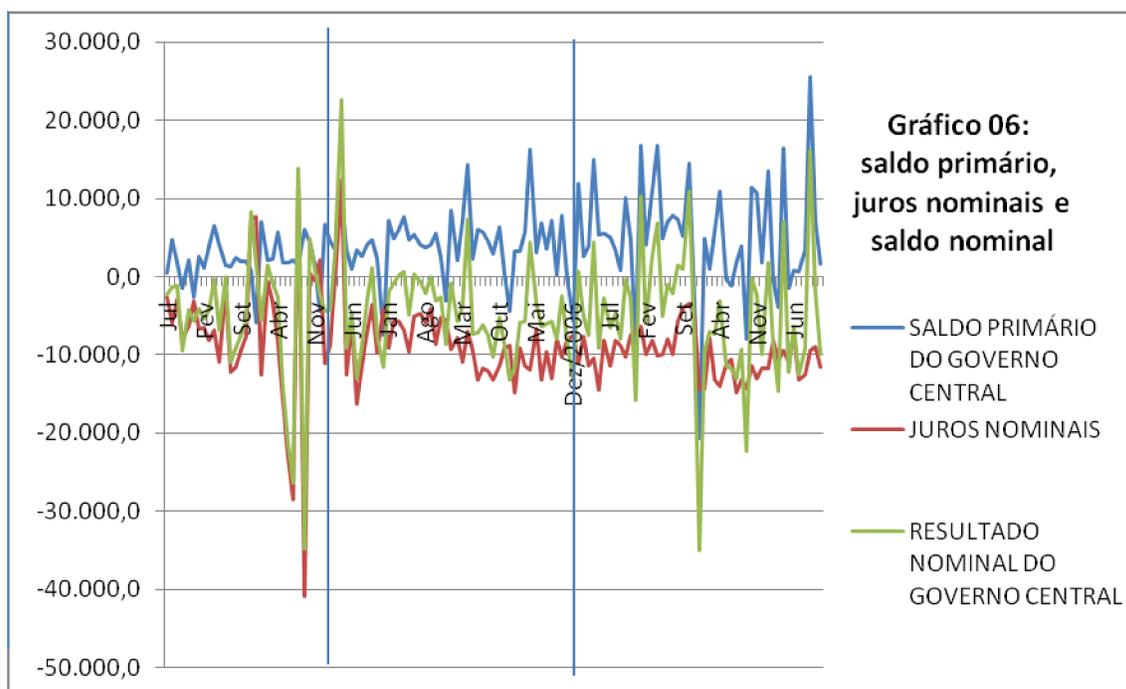
Em 2006 encontramos o diretor-executivo do IEDI, Julio Gomes de Almeida, também defendendo a redução do compulsório e da carga tributária, mas com uma posição mais crítica em relação aos bancos, destacando que estes não aproveitaram a melhora da situação da economia para reduzir suas taxas. (ALMEIDA, 2006).

O que pretendemos mostrar com esse tópico foi que os banqueiros fizeram concessões discursivas em relação aos juros, mas acompanhado de outras reivindicações. Acreditamos que essa concessão seria para facilitar que outras pautas suas fossem incorporadas por outros setores sociais. No caso, identificamos o sucesso que o pedido de redução do depósito compulsório teve em ser incorporado na pauta de reivindicação das outras frações.

Se os banqueiros não se tornaram “bem vistos” a partir de tal arranjo discursivo, nem conseguiram “impor” seu posicionamento para o governo, pelo menos podemos considerá-los bem sucedidos no processo de difusão de uma de suas pautas reivindicativas para outros setores da sociedade.

3.7 Política de superávit: opinião dos banqueiros quanto à política de saldo primário e de saldo comercial.

Nesse tópico pretendemos discutir a opinião dos banqueiros quanto à política de gastos do governo e também quanto à política comercial do país. Quando à política de gastos, os próprios dados mostram a motivação que pode levar banqueiros a uma defesa do chamado “superávit primário”.



Fonte: Tesouro Nacional (Gráfico produzido com os dados dos Resultados do Tesouro Nacional do ano de 2001 até 2010. Unidade: R\$ milhões)

O gráfico acima possui três tipos de dados. O representado pela linha azul seria o saldo primário. Se ele está acima da margem zero mostra que o saldo foi superavitário, e se está abaixo está deficitário. É o dado que representa todas as receitas da União descontada de quase todas as despesas, com exceção dos juros da dívida pública, ou também chamado de juros nominais. O custo desses juros nominais está representado pela linha vermelha. E a linha verde representa o saldo nominal do governo, ou seja, todas as receitas descontadas de todas as despesas.

Falamos anteriormente que os próprios dados mostram a motivação dos banqueiros em relação à defesa do superávit primário. Isso porque podemos observar no gráfico que a política de tornar o saldo primário superavitário não ocorre para poder “economizar” dinheiro, que futuramente poderia ser usado ou para investimentos em larga escala ou para o próprio pagamento da dívida pública. A política de superávit primário é direcionada para a finalidade de simplesmente pagar os juros da dívida pública. Por mais alta que seja a política de superávit primário, percebemos que é insuficiente para sequer pagar os juros da dívida (em nosso período, dos 48 meses considerados, em apenas 8 o saldo nominal foi superavitário).

A respeito do saldo primário, observamos no gráfico que existe uma política contínua de superávit, com exceção dos períodos de final de ano. Em todos os meses de dezembro de nosso período os saldos primários foram deficitários. Analisando as tabelas detalhadas do Tesouro Nacional, percebe-se tanto as receitas quanto as despesas aumentam no último mês do ano, só que as despesas no geral aumentam mais. Porém esse resultado negativo é compensado pelos outros resultados do ano. Observamos em nosso período apenas 5 meses nos quais o saldo foi deficitário; em todos os outros meses o saldo primário foi superavitário.

Segundo a pesquisa realizada pela FEBRABAN no início de 2003, a expectativa de membros de 63 instituições financeiras brasileiras em relação ao superávit primário anual era de 3,94% (entrevistas de janeiro), e 4,18% (entrevistas de fevereiro). Nos dois casos, as expectativas estavam abaixo da meta do governo, de 4,25% (FEBRABAN, 2003b). Tal expectativa aponta para um posicionamento inicial dos banqueiros contando com o não-cumprimento da meta de superávit por parte do governo do PT.

Mas essa posição não foi manifesta posteriormente nesse ano. A avaliação da equipe econômica do Bradesco em setembro foi de que:

O governo está atento a este fato e dado o eventual sinal negativo que seria emitido com o não cumprimento da meta, muito possivelmente o mês de agosto e os primeiros dias de setembro já devem ter registrado uma desaceleração dos gastos públicos, que haviam aumentado em junho e julho (BRADESCO, 2003).

A citação acima mostra, primeiro, a importância dada ao cumprimento das metas de superávit primário; e segundo, a confiança na política governamental de austeridade fiscal. Essas são as características adquiridas no posicionamento dos banqueiros depois de decorridos 9 meses de governo do PT.

Sérgio Werlang, diretor do banco Itaú, nesse mesmo ano destacou que a situação econômica brasileira não permitia a diminuição do superávit primário para políticas econômicas anti-cíclicas. Segundo o diretor, *"Só podemos pensar nisso quando a relação dívida pública/PIB estiver em torno dos 40%"* (WERLANG, 2003f).

Esse problema da dívida pública também foi ressaltado pelo então economista-chefe do banco BBV, Octavio de Barros: *"Qualquer esforço extra na redução da dívida vale pontos a menos no risco Brasil e, como consequência, no câmbio e nos juros"* (BARROS, 2003).

No final de 2003, houve reclamação por parte dos bancos em relação à diminuição da meta de superávit primário para 2004. WERLANG disse:

Não gostei da redução do superávit em 2004 para compensar o número maior deste ano. Acho que o governo deveria ter mantido a meta de 4,25% no próximo ano. Quanto mais alto for o superávit, mais rapidamente vai cair o endividamento do país e, com isso, os juros reais. (WERLANG, 2003a)

Já BARROS defende novamente a manutenção de uma meta de superávit alta:

Na verdade, um superávit primário alto abre espaço para que o país volte a crescer, à medida que garante a redução da relação entre dívida e PIB e permite a queda dos juros. (BARROS, 2003b)

Apesar de no começo do ano termos identificado expectativas modestas dos banqueiros em relação ao superávit primário no governo Lula, imaginando uma execução de política fiscal menor que a prometida; durante o ano a confiança no governo aumenta, e pressões pela manutenção do superávit primário alto aconteceram.

Precisamos destacar o papel discursivo que o argumento de redução da dívida pública tem no posicionamento dos banqueiros. Em 2003, em apenas três meses o resultado nominal do governo ficou positivo (março, abril e outubro), e o resultado anual final foi muito negativo. Então é difícil sustentarmos que a política

alta de superávit primário conseguiu realizar uma diminuição da dívida pública⁴⁰. Mas mesmo que não tenha uma forte correspondência com resultados econômicos⁴¹, é um recurso discursivo utilizado pelos banqueiros; é uma das justificativas para a manutenção do superávit primário em níveis elevados.

Em 2004, encontramos uma posição crítica por parte dos bancos em relação à política de superávit primário. Mário Mesquita, economista-chefe do ABN Amro, diz que o lado ruim do aumento do superávit primário ao lado das outras políticas que vinham sendo praticadas foi ter comprimido o consumo doméstico (MESQUITA, 2004c).

Mas esse foi o único posicionamento de um ator vinculado aos bancos destacando o “lado ruim” do superávit primário (mas não chega a reivindicar a redução deste). O resto das declarações que analisamos são favoráveis a esse tipo de política.

Em maio de 2004 WERLANG se posiciona contrário à mudança do cálculo do superávit primário. O governo havia realizado reuniões com o FMI para flexibilizar o cálculo excluindo os investimentos públicos em infra-estrutura, e WERLANG se posicionou dizendo: *“Se pegar parte dos recursos que sobram e gastar em investimentos então vai sobrar menos recursos para abater a dívida”* (WERLANG, 2004).

Em 2004 também pudemos observar o superávit primário sendo debatido como possível política de redução de juros. Esse foi o posicionamento de Roberto Setúbal, presidente do Itaú, em sua declaração a respeito do aumento da meta de superávit primário do governo: *“Gostaria que o superávit fosse ainda maior. Ajudaria a resolver mais rapidamente o problema da dívida e abriria espaço para a queda dos juros”* (SETÚBAL, 2004c).

⁴⁰ Mesmo com o resultado nominal de março ter sido bastante favorável, de 22 bilhões e meio de reais, no final do ano o resultado do saldo nominal manteve-se negativo em 39 bilhões e meio de reais. (fonte: Tesouro Nacional)

⁴¹ O máximo que poderíamos considerar é, se não paga a dívida, pelo menos impede que ela dispare.

Essa declaração de SETÚBAL pode ser interpretada como a realização de um cálculo discursivo: utilizar-se de um tema que não possui apreço na opinião pública (juros altos) para sustentar uma plataforma de reivindicação de seu interesse (superávit primário). Isso também sustentado pelo argumento de pagamento da dívida através dessa política.

Mas isso não significa que os banqueiros estão defendendo o superávit primário como política anti-inflacionária, que substituiria o aumento dos juros.

O economista-chefe do HSBC Investment Bank, Alexandre Bassoli, diz:

as chances de sucesso no combate à inflação se fortalecem se as políticas fiscal e monetária forem usadas como complementares, e não como substitutas (BASSOLI, 2004).

Esse é o mesmo posicionamento de Mario Mesquita, economista-chefe do ABN Amro e de Carlos Kawall. Para o primeiro, para que o superávit efetivamente funcionasse como substituto da política de juros seria necessário subi-lo para 6%, e recomenda a alta simultânea dos juros e do superávit; o segundo reforça a idéia de complementaridade entre as duas políticas. (LAMUCCI, 2004).

Percebemos assim que o posicionamento favorável à política de superávit primário não é utilizada como discurso antiinflacionário, mas sim como política redutora de juros.

Logo no começo de 2005, Sérgio Werlang escreve um artigo para a “Folha de São Paulo” sugerindo o aumento da meta de superávit primário para 6%. Segundo WERLANG:

O maior problema da economia brasileira é a grande dívida que o setor público contraiu, de modo que, se fosse possível aumentar o superávit primário para cerca de 6% do PIB (via corte de gastos), o efeito seria muito benéfico, com os juros reais podendo baixar substancialmente e a relação dívida/PIB caindo fortemente. (WERLANG, 2005c).

Tomas Málaga, economista-chefe do Banco Itaú, também destaca que a taxa de investimentos brasileiros estava muito alta, exigindo por parte do governo uma política de juros altos. Para tentar romper com o processo de aumento dos juros seria necessário, segundo o economista, o aumento para 5% do superávit primário. (MÁLAGA, 2005).

O pedido de aumento do superávit primário em 2005 ocorreu até mesmo por parte do Institute of International Finance (IIF), classificado na reportagem do “Valor Econômico” como uma espécie de FEBRABAN internacional. Segundo a recomendação da instituição, o Brasil deveria usar o superávit primário como política antiinflacionária, ao invés de aumentar os juros. (IIF, 2005).

Em 2006 a posição dos banqueiros mudou. Ela perdeu um pouco o caráter reivindicativo, de pedidos de aumento do superávit primário. Destacando os dois principais acontecimentos políticos do ano, que seria a saída de Antônio Palocci do ministério da Fazenda e a eleição presidencial, o posicionamento dos banqueiros nesses dois momentos foi de insistir na permanência da política econômica.

Márcio Cypriano, comentando a saída de PALOCCI, disse:

Agora, com a indicação de Guido Mantega como seu substituto, esperamos que a linha seja de continuidade da responsabilidade fiscal, liberdade cambial e política de metas de inflação. (CYPRIANO, 2006b).

Já Roberto Setúbal, presidente do Itaú, destaca que a “*questão central na Fazenda é segurar os gastos*” (SETÚBAL, 2006a), ou seja, seu papel principal deveria ser alcançar a meta de superávit primário, enquanto que a política de juros deveria ser deixada para o Banco Central.

Sobre a conjuntura eleitoral de 2006, Setubal declarou que Lula havia cumprido as promessas feitas na “Carta ao Povo Brasileiro”, e que “*Lula continua com o compromisso da meta de 4,25% de superávit primário, e isso reforça a confiança do mercado financeiro no seu nome*” (SETÚBAL, 2006b).

Em geral, o posicionamento dos banqueiros em relação à política de superávit primário tende discursivamente a associar o aumento dessa meta com redução de juros e da dívida pública. Acreditamos ser plausível a afirmação de que essa associação busque tornar mais aceitável publicamente tal meta política.

Durante o primeiro mandato, os banqueiros insistiram bastante no aumento do superávit primário, mas tal insistência diminuiu durante o ano de 2006. Acreditamos que os acontecimentos políticos desse período têm capacidade explicativa na mudança de posicionamento dos banqueiros. Levando em consideração a entrada de um político de linha menos ortodoxa que o anterior, e

um processo eleitoral no qual Lula precisava contar com o apoio de outros setores empresariais e também de movimento de trabalhadores, a situação política não estava propensa para o atendimento das reivindicações de aumento do superávit. Acreditamos que essa situação política consegue explicar o “recuo” discursivo das reivindicações dos banqueiros⁴².

O segundo resultado econômico que iremos analisar é a política de busca de superávit comercial. Sobre este, devemos retomar algumas idéias já desenvolvidas no tópico 3.3. Como foi falado naquele momento, o mercado de câmbio é muito importante no sistema de reprodução do capital financeirizado, pois é nesse mercado em que a moeda nacional é trocada por uma moeda com aceitação internacional. Mas para que o mercado cambial brasileiro possua dólares (moeda de maior aceitação internacional), é necessário que “entrem” dólares no país, tendo em vista que nosso Banco Central não produz dólares. A entrada desses dólares é principalmente através da exportação: os exportadores vendem seus produtos em dólares e trocam no Banco Central (ou em instituições financeiras autorizadas) por reais. Esse volume de dólares que “entrou” passa a circular no mercado cambial brasileiro.

⁴² A continuidade do debate sobre esse assunto exigiria um tópico sobre as eleições de Lula para o segundo mandato, refletindo sobre qual dos candidatos (Lula ou Alkmin) era o representante dos banqueiros. Aqui não estamos querendo afirmar que Lula foi o representante dos banqueiros, mas sim que a conjuntura política não era propícia para o atendimento das reivindicações.



Fonte:

Banco Central do Brasil (Sistema gerenciador de séries temporais. Código da série: 2732. Unidade: R\$ milhões)

Utilizamos o gráfico com os resultados mensais da balança comercial para chamar a atenção do seguinte: mesmo com a nossa pauta exportadora sendo significativamente baseada em produtos primários, com uma certa sazonalidade (o que explica a instabilidade da linha no gráfico), podemos observar uma elevação dos resultados durante o nosso período.

Os dados mostram que, se compararmos os resultados do período de 2003-2006 ou com o período anterior (resultados superavitários muito pequenos e até algum período de déficit) ou com o período posterior (maior instabilidade da balança que resulta numa queda dos resultados), o nosso recorte temporal foi muito bom para aqueles interessados em uma balança comercial superavitária.

Sobre o câmbio, não identificamos por parte dos banqueiros uma defesa insistente da manutenção de altos índices de superávit comercial. A opinião observada entre os banqueiros é de que uma balança comercial superavitária resulta em uma menor dependência dos recursos externos, e portanto, uma menor vulnerabilidade em relação ao cenário internacional.

Essa é a posição manifesta por Roberto Setúbal em 2004, quando uma alta nos juros dos Estados Unidos provocou instabilidade no mercado financeiro brasileiro. Segundo SETÚBAL, *"O mercado está reagindo mais por reflexo do passado do que pela situação atual."*, porque segundo o banqueiro o superávit

comercial colocava o Brasil em uma situação bastante confortável. (SETÚBAL, 2004d).

Também é essa a posição de Mauricio Orenge (Unibanco). Segundo ORENG, na conjuntura internacional de 2005 existia a possibilidade de diminuição do volume de crédito internacional, mas devido à política de superávit comercial isso teria um impacto reduzido no Brasil (ORENG, 2005).

Portanto, existem elogios dos banqueiros em relação à política de superávit comercial. Mas diferente da política de superávit primário em que não encontramos manifestações pedindo a sua redução (houve apenas alguns apontamentos dos seus efeitos negativos), no caso do superávit comercial encontramos tal posicionamento.

Esse foi o caso de SETÚBAL em 2005. Em entrevista à “Folha de São Paulo”, o banqueiro declarou:

Se temos um superávit de US\$ 33 bilhões na balança comercial, não dá para dizer que o BC errou na política cambial. Para 2005, o câmbio estará menos competitivo. Isso, mais o crescimento da demanda interna, que vai aumentar a importação, deverá reduzir o superávit comercial para US\$ 25 bilhões - o que é fantástico. O Brasil não precisa de um superávit de US\$ 33 bilhões, pois aí vai ter superávit em conta corrente, o que não faz sentido. (SETÚBAL, 2005b).

Suas declarações no “Valor Econômico também possuem o mesmo sentido, considerando desnecessária a manutenção em 30 bilhões de dólares do superávit comercial, sendo necessário apenas o volume de 10 ou 15 bilhões. (SETÚBAL, 2005c).

Inclusive, temos a posição da economista do HSBC Asset Management, Zenia Latif, que considera pontos negativos em relação à manutenção de uma balança comercial muito alta:

Seria saudável ter uma balança mais modesta, com importações crescendo, aumentando bens de capital, reforçando a poupança. Estamos exportando poupança. O câmbio teria de ser mais baixo. (LATIF, 2005)

Inclusive, já em 2007, pensando na vitória eleitoral de Lula e na manutenção da política econômica, encontramos Octavio de Barros, economista do Bradesco com expectativas de diminuição desse superávit:

O cenário para a balança comercial é de redução gradual do saldo: prevemos US\$ 42 bilhões em 2007 e US\$ 38 bilhões em 2008. Para o saldo em conta corrente, prevemos 0,95% do PIB em 2007 e 0,10% do PIB em 2008. Isso não

deverá provocar desvalorização substancial do câmbio, com o mais provável sendo uma estabilidade do câmbio real. (BARROS, 2007).

Diante do resultado do primeiro governo, tornou-se aceitável a diminuição da balança comercial.

A primeira constatação em relação ao posicionamento dos banqueiros em relação à política da balança comercial é o baixo número de matérias de jornais nas quais os banqueiros se posicionam. Em contraste com os outros temas debatidos, esse tema estava claramente menos presente no discurso dos banqueiros.

Essa ausência teria explicação semelhante ao não-posicionamento propositivo de reforma da legislação cambial discutida no tópico 3.3. O não interesse imediato dos banqueiros em relação a esse tema seria uma das explicações. Outra explicação possível é de que o resultado da balança comercial do governo foi realmente muito superavitária, o que tornou desnecessária a defesa pública de taxas maiores.

A segunda constatação importante foi a existência de pedidos de redução do superávit comercial. Os bons resultados do governo também podem explicar tal posicionamento. O superávit comercial é visto como uma política econômica necessária, mas diante dos resultados extremamente elevados, os banqueiros se posicionaram levantando a possibilidade de diminuição desse superávit.

Conclusão:

Realizamos duas pesquisas distintas, uma focada na organização dos banqueiros, e outra focada no posicionamento político destes na cena política.

A respeito da organização política dos bancos no Brasil, percebemos que existiu na década de 1960 a construção de um sistema representativo nacional através da construção das federações dos bancos, especificamente a FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos) e a FENABAN (Federação Nacional dos Bancos). A primeira possuía um caráter jurídico civil, e a segunda possuía um caráter sindical. A primeira era controlada pelos banqueiros paulistas, e a segunda era controlada pelos banqueiros cariocas.

Houve transformações dentro do sistema representativo e hoje encontramos um sistema representativo nacional consolidado, com a prevalência do modelo associativo civil, com a ausência das polaridades regionais entre os banqueiros. Este seria um processo que demonstra um avanço da organização da classe financeira no Brasil, já que suas associações foram bem-sucedidas em criar espaços nos quais os grandes atores financeiros do país podem se relacionar.

Nessa pesquisa, tivemos dificuldades em relação à obtenção de fontes primárias e especialmente em relação à aplicação de entrevistas. Por isso, parte das teses permaneceram no nível da hipótese. A hierarquia estabelecida entre os banqueiros baseada no tamanho do banco; o foco da ação política dos banqueiros nos poderes executivo e judiciário; e o rebaixamento hierárquico dos bancos públicos dentro da associação; todas essas são teses que permanecem no nível da hipótese e que podem servir de ponto de partida para futuras pesquisas em Ciência Política sobre os banqueiros.

A grande característica da FEBRABAN que nosso trabalho busca chamar a atenção é a entidade enquanto espaço de socialização entre os banqueiros. Não encontramos um processo de formulação e divulgação de posicionamento político na entidade; portanto, a finalidade do associativismo entre os banqueiros não é de

gerar um porta-voz. O associativismo entre os banqueiros teria a finalidade de desenvolver um espaço de socialização entre eles.

O posicionamento político dos banqueiros não seria realizado através de um processo organizacional associativo, mas sim já estaria difuso entre os banqueiros de maneira geral. Aqui cabe um comentário acerca do pensamento neoliberal e do que ficou conhecido como “pensamento único”.

Quando desenvolvemos nossa pesquisa na mídia, nosso intuito inicial era desenvolver a diferenciação das opiniões entre os grandes e pequenos bancos, bancos privados e públicos, nacionais e estrangeiros. O fato é que na prática da pesquisa, tais diferenciações se mostraram analiticamente pouco úteis, pois existia um posicionamento acerca dos temas mais ou menos uniformes. Uniformes não no sentido que não variavam; na verdade, as opiniões se alteravam de acordo com o tempo, mas a tendência era de que elas mudassem mais ou menos conjuntamente.

Acreditamos que essa questão metodológica nos permite levantar a seguinte hipótese: a questão do “pensamento único” neoliberal não se coloca apenas no nível mais abstrato, de defesa doutrinária de certos aspectos políticos genéricos; também se trata do desenvolvimento de um certo padrão de análise de conjuntura. Tal hipótese necessita de pesquisa a parte, primeiramente, na caracterização dos banqueiros enquanto neoliberais; e segundo, na problematização de como esse pensamento influencia a análise de conjuntura desses atores econômicos. Se tal hipótese fosse confirmada, esta seria uma possível explicação para o fato de não termos encontrado na FEBRABAN a formação de um posicionamento político; não seria necessário para essa fração de classe um processo de organização associativa para definir seu posicionamento, a própria ideologia difusa entre os agentes já seria suficiente para isso.

Mas essa não era a finalidade de nossa pesquisa. O que pretendíamos era tão somente a identificação do posicionamento dos banqueiros diante de questões relevantes postas na cena política brasileira durante o primeiro mandato do governo Lula.

Percebemos que os banqueiros receberam bem a entrada do PT no poder, embora tenha existido outras camadas empresariais que se aproximaram mais do governo; percebemos que nem todas as suas reivindicações foram atendidas (regulamentação da autonomia do Banco Central e a queda do depósito compulsório), mas no geral avaliavam bem a política governamental.

Percebemos também no discurso dos banqueiros certo constrangimento em fazer uma defesa pública a favor do aumento da taxa de juros; as pautas constantemente reivindicadas pelos banqueiros eram a de redução do depósito compulsório e aumento do superávit primário. Acreditamos que estas são pautas mais palatáveis para as outras frações da burguesia e também para as outras classes, e isso justificaria esse posicionamento público.

Nosso estudo não foi comparativo, mas em determinados momentos fizemos distinções da opinião dos banqueiros em relação à dos industriais. Percebemos que esses dois grupos de empresários são bastante distintos em sua opinião em relação à política governamental, e isso apontaria em posições distintas dentro do bloco no poder. Estes empresários pertenceriam assim a frações de classe distintas. Tal argumento é reforçado pelo processo de organização desses empresários, sempre em associações separadas.

Seu posicionamento político possui vínculo com a perspectiva “ortodoxa” de análise econômica; defendem políticos dessa linha, reivindicam o uso de políticas econômicas defendidas por essa linha de pensamento, etc. Ou seja, seu posicionamento possui relação com o pensamento neoliberal.

Esse posicionamento abre outra hipótese sobre nosso objeto de pesquisa. O conceito de “fração compradora”, de Nicos Poulantzas (1975) poderia ser um conceito utilizado para pensar os banqueiros no Brasil, designando esse conceito uma fração da classe burguesa com interesses submetidos ao capital internacional.

Mas essa é apenas uma hipótese. O que nossa pesquisa permite afirmar é que o posicionamento dos banqueiros dentro do bloco no poder é diferenciado. Estes possuem uma localização distinta da dos industriais dentro do bloco e essa posição estaria próxima daquilo que o capital internacional mundializado defende.

Referências Bibliográficas:

- ALDÉ, A. **As eleições presidenciais de 2002 nos jornais**. Alceu. v.3. n.6. p. 93-121. 2003.
- ALEXANDRE, M; LIMA, G. T; CANUTO, O. **Distribuição espacial da atividade bancária no Brasil: dimensões e indicadores**. Nova Economia. Belo Horizonte. 15 [1]. 2005.
- AMADO, A. M. **Impactos regionais do recente processo de concentração bancária no Brasil**. III Encontro Nacional de Economia Política. 1998.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BARBOSA, F. H. Política monetária: instrumentos, objetivos e a experiência brasileira. In: SAWAYA, R. R. **O plano real e a política econômica**. São Paulo: Educ, 1996.
- BELLO, T. da S. **Pacote cambial: alguns aspectos da MP 315**. Indic. Econ. Porto Alegre. v. 34. n. 3. 2006.
- BELUZZO, L. G; COUTINHO, L. **“Financeirização” da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas**. Economia e Sociedade. P.137-50. 1998.
- BIANCHI, A. **Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Campinas: Unicamp. 2010.
- BOITO, A. A burguesia no Governo Lula. In: Basualdo, E; Arceo, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto. 2006.
- BOITO, A. **Estado e burguesia no capitalismo neoliberal**. Revista de Sociologia e Política. . 28. p. 57-73. 2007.
- BOITO, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Tese de livre docência. Campinas: UNICAMP. 1998.

BOITO, A. **A nova burguesia nacional no poder**. Texto discutido no grupo de pesquisa “Política e classes sociais no capitalismo neoliberal”. 2010.

BRUNHOFF, S. A instabilidade monetária internacional. In: CHESNAIS, F. (Coord.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências**. São Paulo: Boitempo. 2005.

CAMARA, M. R. G. da; et all. **O abuso do poder econômico no setor bancário brasileiro**. Apresentação ao 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre. 2009.

CAMARA, M; SALAMA, P. A inserção diferenciada – com efeitos paradoxais – dos países em desenvolvimento na mundialização financeira. In: _____. (Coord.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências**. São Paulo: Boitempo. 2005.

CARNEIRO, R. **Globalização financeira e inserção periférica**. Economia e Sociedade. P.57-92. 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xama. 1996.

CHESNAIS, F. Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O.(org) **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xama. 1997.

CHESNAIS, F. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: _____. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã. 1998.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. (Coord.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências**. São Paulo: Boitempo. 2005.

CORAZZA, G. **A interdependência dos Bancos Centrais em relação ao governo e aos bancos privados**. Tese de doutoramento IE/UNICAMP. 1995.

COSTA, F. N. **Brasil dos Bancos**. 2008.

COSTA, F. N. **Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI**. Textos para discussão. Campinas: IE/UNICAMP, n.106, março, 2002.

COSTA, F. N. **Comparando capitalismo financeiros**. Textos para discussão. Campinas: IE/UNICAMP, n.160, março, 2009.

COSTA, P. R. N. **Empresariado e democracia no Brasil (1984-1994)**. Tese de Doutorado. 2003.

CRUZ, S. C. V. Argumentos sobre as 'reformas para o mercado' e o neoliberalismo. In _____. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CRUZ, S. C. V. **Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)**. Campinas: Unicamp. 1995.

DINIZ, E. Ação política dos empresários: adaptando-se às leis, enfrentando o Estado. In: FIGUEIREDO; N. **Empresariado brasileiro: política, economia e sociedade**. São Paulo. Cultura. 2009.

DINIZ, E. **Empresário, Estado e Democracia: continuidade e mudança entre os governos Fernando Henrique e Lula**. Trabalho apresentado no seminário “*La esperanza venció al miedo? Una evaluación de los primeros años del gobierno Lula en Brasil*”. 23 a 25 fev. 2005.

DUMÉNIL, G; LÉVY, D. **O imperialismo na era neoliberal**. Crítica marxista, nº 18, 2004. p. 11-36.

FERNANDES, R. C. F. **Oligarquia e democracia nos partidos políticos: a crítica de Gramsci a Michels**. Trabalho apresentado na ALACIP. 2010.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: Basualdo, E; Arceo, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto. 2006.

FIORI, J. L. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record. 2001.

FONSECA, M. M. da; BARBACHAN, J. S. F. **Concentração Bancária Brasileira: uma análise microeconômica**. Ibmec Educacional. 2004.

FREITAS, M. C. P. de. (org). **Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90**. São Paulo: Fundap. 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. V. 1, São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

GUTTMANN, R. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, F (org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã. 1998.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IANONI, M. **Ciência política e sistema financeiro no Brasil: o artigo 192 da Constituição Federal**. Política e Sociedade. v.9. n.17. 2010.

KINZO, M. D. G. **Representação política: perspectivas teóricas e um exame da experiência brasileira**. Tese de mestrado. 1978.

LAZIER, T. C. **Mantega substitui Palocci no Ministério da Fazenda**. Conjuntura Internacional. Ano 3. N.9. p. 1-3. 2006.

LOUREIRO, M. R; SANTOS, F. P. dos; GOMIDE, A. de A. **Democracias, arenas decisórias e política econômica do governo Lula**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 26. N. 76. 2011.

MARTINS, J. H. M. **O tempo e a notícia em cima da hora: o imediato na história**. Dissertação de mestrado, UFF. 2009.

MARX, K. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

MARX, K. **O capital: livro 3, volume 5**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1980.

MARX, K. **O capital: livro 3, volume 5**. São Paulo: Abril Cultural. 1984.

MENDONÇA, H. F. **A teoria da independência do Banco Central: uma interpretação crítica**. Estudos econômicos. v.30. n.1. p.101-127. 2000.

MICK, J. **A globalização financeira e as mudanças na regulamentação do sistema financeiro nacional (1994-1996): um estudo sob a perspectiva da hegemonia financeira**. Dissertação e mestrado. 1998.

MINELLA, A. C. **Banqueiros: organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo. 1988.

MINELLA, A. C. Empresariado financeiro: organização e posicionamento no início da década de 90. In: DINIZ, E. **Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90**. Florianópolis: UFSC. 1993.

MINELLA, A. C. **O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros**. Ensaio, FEE, Porto Alegre, (15)2, p. 505-546, 1994.

MINELLA, A. C. **Representação de classe do empresariado financeiro na América Latina: a rede transassosiativa no ano 2006.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 28, p. 31-56, jun. 2007.

MINTZ, B; SCHWARTZ, M. **The Power structure of american bussiness.** Chicago. The university of Chicago Press. 1985.

MIRANDA, E. **Federação brasileira de bancos: uma análise sociopolítica do período 1994-2001.** Dissertação de mestrado. 2005.

MIRANDA, E. **Globalização financeira e associações de bancos no Brasil: o caso da Febraban.** Sociedade e cultura. v.6. n.2. 2003.

MOREIRA, E. M. **Política Monetária: a fase do novo padrão monetário, o real.** 1994.

MOSCOGLIATO, M. **A regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal: inclusão bancária e responsabilidade socioambiental no sistema financeiro – alguns aspectos.** Texto apresentado no “Seminário de regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal”. 2010.

NAKANE, M. I; ROCHA, B. **Concentração, concorrência e rentabilidade no setor bancário brasileiro: uma visão atualizada.** Tendências Consultoria Integrada. Trabalho disponível no acervo eletrônico da FEBRABAN. 2010.

NOVELLI, J. M. N. **A continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e o governo Lula: uma abordagem sócio-política.** Texto apresentado no evento “*Actuel Marx*”. 2007.

NOVELLI, J. M. N. **Instituições políticas e idéias econômicas: o caso do Banco Central do Brasil (1965-1998).** São Paulo: Annablume. 2002.

NOVELLI, J. M. N. **O campo dos economistas e o debate sobre a independência do Banco Central do Brasil pós-64.** Paper apresentado no encontro da *Latin American studies association*. 1998.

POCHMANN, M. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil.** São Paulo: Contexto. 2001.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** Rio de Janeiro. Zahar. 1975.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. V.1. Porto: Portucalense. 1971.

PRATES, D.M. **As assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional**. Revista de Economia Contemporânea. V. 9 n. 2. p. 265-288. 2005.

RENNÓ, L. SPANAKOS, A. P. **Fundamentos da economia, mercado financeiro e intenções de voto**: as eleições presidenciais brasileiras de 1994, 1998 e 2002. Dados. v. 49. n. 1. p. 11-40. 2006.

SAES, D. **República do Capital**: capitalismo e processo político no Brasil São Paulo: Boitempo. 2001.

SICSU, J. **Rumos da liberalização financeira brasileira**. Revista de economia política. V.26. n.3. p.364-380. 2006.

SILVEIRA, A. M; MEIRE, R. R. **O sistema bancário e seus investimentos no setor produtivo da economia**. Revista ADM/MADE. Ano 2, n 2, junho-dezembro. 2002.

SOLA, L; GARMAN, C; MARQUES, M. **Central banking, democratic governance and political authority**: the case of Brazil in a comparative perspective. Revista de Economia Política. v.18. nº 2. 1998.

TOLEDO, D. G. C. de. **As redes empresariais da elite industrial de São Paulo**: FIESP – CIESP: 1992 – 2004. São Paulo: Papagaio. 2009

Documentos:

BANCO CENTRAL: Relatório consolidado de 1988 a 2000.

BANCO CENTRAL: Atualizações mensais de dados. Dez/2005; Mai/2010.

FEBRABAN: Perfil Institucional. 2005.

FEBRABAN: Atas das assembleias gerais. 1989 – 2009.

FEBRABAN: Atas das reuniões da diretoria executiva. 2006-2007.

FEBRABAN: Estatuto social. 1999.

FEBRABAN: Estatuto social. 2009

FEBRABAN: 40 anos de participação. 2007.

MEIRELLES, H. **Discurso de posse**. 2003a. Disponível em: http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/030106/discurso_de_posse-banco_central.doc. Acesso em:

PALOCCHI, A. **Discurso de posse**. 2003c. Disponível em: http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/030106/discurso_de_posse-fazenda.doc. Acesso em:

MANTEGA, G. **Discurso de posse**. 2006. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2006/p280306.asp>. Acesso em:

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta ao povo brasileiro**. 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaopovobrasileiro.pdf>.

TESOURO NACIONAL. Resultados do Tesouro Nacional (2001 – 2010). Disponível em: http://www.stn.fazenda.gov.br/hp/resultado_historico.asp.

Meios de comunicação acessados:

ABN Amro. Carteira de crédito do ABN AMRO deve crescer mais no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 jan. 2005. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/446727/carteira-de-credito-do-abn-amro-deve-crescer-mais-no-brasil>

ACSP. Copom teve cautela excessiva, avalia ACSP. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 mai. 2004. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/415619/copom-teve-cautela-excessiva-avalia-acsp>

AGOSTINE, C; VIEIRA, A; BASILE, J. Vale lidera lista de doadores à campanha de reeleição de Lula. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2006. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/525061/vale-lidera-lista-de-doadores-campanha-de-reeleicao-de-lula>

AITH, M. Pacote de crédito prevê compulsório maior para banco. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u69257.shtml>

AKIRA, F. INTERPRETAÇÃO DA ATA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 fev. 2004a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2702200405.htm>

AKIRA, F. Para analista, juro não sobe em 2004. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 ago. 2004b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u88151.shtml>

ALMEIDA, J. G. de. Banco põe culpa de juro alto no governo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 fev. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1602200603.htm>

ALONSO, E. Palocci recebe apoio de Meirelles e banqueiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u76714.shtml>

AMATO, M. Mario Amato hoje gostaria que PT vencesse eleição. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 out. 2000. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0908200302.htm>

ANDERSON, G. Denúncias só afetam mercados se Palocci cair, dizem analistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 ago. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u45603.shtml>

ANSANELLI, M. Mudança na Fazenda deve agitar mercado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 mar. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2803200602.htm>

ASSUNÇÃO, A. L. de. Febraban vê "direcionamento obrigatório" em medida para elevar crédito. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u69323.shtml>

BACOCINA, D. Mercado em Nova York cai com anúncio de Mantega. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 mar. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u52065.shtml>

BARBOSA, F. C. O lucro é verde. **VEJA**, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/180407/entrevista.shtml>

BARROS, G. Número um do FMI está otimista com Lula. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1012200215.htm>

BARROS, G. Banco Central detecta sinais de inércia inflacionária. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 mar. 2003a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u64107.shtml>

BARROS, G. BC frustra Palocci e adia corte do compulsório. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 ago. 2003b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u71446.shtml>

BARROS, G. Em jantar do ledi, presidente do BC faz discurso indigesto a empresários. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 jul. 2003c. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u69658.shtml>

BARROS, G. Mantega diz que vai apertar os bancos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 ago. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0608200602.htm>

BARROS, G; BALBI, S. Febraban tenta evitar conflito com governo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 ago 2006c. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1908200604.htm>

BARROS, O. de. Economista critica ênfase na questão fiscal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 abr. 2003a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1204200303.htm>

BARROS, O. de Economistas de bancos pedem superávit maior. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 nov. 2003b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0711200308.htm>

BARROS, O. de. Leia entrevista com Octavio de Barros, do Bradesco, sobre política cambial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 fev. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u114460.shtml>

BASSOLI, A. Esforço fiscal extra não substitui aumento da Selic, dizem analistas. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 set. 2004. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/432119/esforco-fiscal-extra-nao-substitui-aumento-da-selic-dizem-analistas>

BEVILAQUA, A. S. BC vê tendência de redução do compulsório no médio prazo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jun. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u97794.shtml>

BRACHER, F. "Ninguém sabe como baixar o juro", diz ex-presidente do BC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 abr. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1104200518.htm>

BRADESCO. Arrecadação sugere cumprimento sem folga de meta com FMI, diz Bradesco. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 set. 2003. Disponível em:

<http://www.valor.com.br/arquivo/378857/arrecadacao-sugere-cumprimento-sem-folga-de-meta-com-fmi-diz-bradesco>

BRADESCO. INTERPRETAÇÃO DA ATA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 fev. 2004. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2702200405.htm>

BRADESCO. Bradesco estima que Selic fechará o ano em 16%. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 jan. 2005. Disponível em:

<http://www.valor.com.br/arquivo/448191/bradesco-estima-que-selic-fechara-o-ano-em-16>

BUARQUE, C. Combate à inflação foi ponto principal, diz Cristiano Buarque. **Valor Econômico**, São Paulo, 07 jan 2003. Disponível em:

<http://www.valor.com.br/arquivo/335531/combate-inflacao-foi-ponto-principal-diz-cristiano-buarque>

CARBONE, G. Palocci recebe apoio de Meirelles e banqueiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2003. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u76714.shtml>

COPOM. Ata do Copom gera atrito entre Fazenda e BC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2006. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u107244.shtml>

CRUZ, N. H. da. BC acaba com recolhimento compulsório para depósitos judiciais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 fev. 2004. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u80426.shtml>

CUCOLO, E. Entenda o que é o compulsório e como ele coloca mais dinheiro na economia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 fev. 2009. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u467237.shtml>

CUNHA, P, V. Desconfiado, mercado espera por técnicos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 dez. 2002. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1312200208.htm>

CUNHA, P. V. da. Para investidores, "Lula sem Palocci" é menos atraente em 2006. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 nov. 2005. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u48131.shtml>

CYPRIANO, M. Banqueiros vêem discurso como animador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jan. 2003a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0301200304.htm>

CYPRIANO, M. Discurso de Palocci agrada banqueiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 jan. 2003b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u61379.shtml>

CYPRIANO, M. Palocci recebe apoio de Meirelles e banqueiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2003c. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u76714.shtml>

CYPRIANO, M. Cypriano rebate críticas e diz que bancos fazem sua parte. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 set. 2003d. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/379379/cypriano-rebate-criticas-e-diz-que-bancos-fazem-sua-parte>

CYPRIANO, M. Mantega cobra de bancos maior oferta de crédito e redução de spread. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 mai. 2003e. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/360657/mantega-cobra-de-bancos-maior-oferta-de-credito-e-reducao-de-spread>

CYPRIANO, M. Unibanco segue Bradesco e Itaú e anuncia redução dos juros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 ago. 2003f. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u71628.shtml>

CYPRIANO, M. Bancos negociam unificação de serviços. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 dez. 2003g. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1912200311.htm>

CYPRIANO, M. Com juros baixos, bancos podem fazer mais financiamentos, diz Cypriano. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 nov. 2004a. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/440885/com-juros-baixos-bancos-podem-fazer-mais-financiamentos-diz-cypriano>

CYPRIANO, M. "Governo tem de governar", diz Cypriano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 nov. 2004b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0711200416.htm>

CYPRIANO, M. Cypriano aposta em alta de 0,5 ponto na taxa Selic em janeiro. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 jan. 2005a. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/446443/cypriano-aposta-em-alta-de-05-ponto-na-taxa-selic-em-janeiro>

CYPRIANO, M. Cypriano defende queda da taxa de juros já. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jul 2005b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u98717.shtml>

CYPRIANO, M. Economistas descartam impacto de mudança sobre os juros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 nov. 2005c. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u101931.shtml>

CYPRIANO, M. Delfim afirma que real valorizado "quebra" exportações e crescimento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 set. 2005d. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2409200512.htm>

CYPRIANO, M. Presidente do Bradesco cobra redução de alíquota do depósito compulsório. **Valor Econômico**, São Paulo, 04 out. 2005e. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/478871/presidente-do-bradesco-cobra-reducao-de-aliquota-do-deposito-compulsorio>

CYPRIANO, M. PIB elogia separação entre crise e economia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 mar. 2006a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2503200605.htm>

CYPRIANO, M. Banqueiros dizem esperar mais do mesmo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 mar. 2006b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2803200621.htm>

CYPRIANO, M. Febraban tenta evitar conflito com governo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 ago 2006c. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1908200604.htm>

CYPRIANO, M. Cypriano contesta Mantega e diz que "spread" bancário já é baixo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 mai. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0805200714.htm>

DIAS, J. A. Ata faz Bolsa cair e eleva taxas futuras. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 fev. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2702200403.htm>

DIB, D. Selic pode parar, mas juro real segue em alta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 14 jun. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1406200502.htm>

DIRCEU, J. Dirceu almoça com Itamar e descarta permanência de Fraga no BC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 nov. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u42632.shtml>

ESTEVIÃO, R. Unibanco segue Bradesco e Itaú e anuncia redução dos juros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 ago. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u71628.shtml>

FEBRABAN. Carta da Febraban diz que entidade pretende ajudar Lula. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 out. 2002. Disponível em: www.valor.com.br/arquivo/322347/carta-da-febraban-diz-que-entidade-pretende-ajudar-lula

FEBRABAN. Febraban divulga nota de apoio à votação da PEC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 abr. 2003a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0304200303.htm>

FEBRABAN. Pesquisa da Febraban aponta previsão maior para inflação em 2003. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 fev. 2003b. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/343289/pesquisa-da-febraban-aponta-previsao-maior-para-inflacao-em-2003>

FEBRABAN. Febraban prevê Selic de 17% ainda neste ano. **Valor Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 nov. 2003b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u76800.shtml>

FEBRABAN. Febraban indica IPCA maior, mas sustenta aposta em queda mais rápida da Selic. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 fev. 2006a. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/493963/febraban-indica-ipca-maior-mas-sustenta-aposta-em-queda-mais-rapida-da-selic>

FEBRABAN. Levantamento da Febraban mostra projeções menores para juro e inflação neste ano. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 abr. 2006b. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/500333/levantamento-da-febraban-mostra-projecoes-menores-para-juro-e-inflacao-neste-ano>

FEBRABAN. Pesquisa da Febraban mostra estimativa de 14,14% para a Selic em dezembro. **Valor Econômico**, São Paulo, 09 ago. 2006c. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/512815/pesquisa-da-febraban-mostra-estimativa-de-1414-para-selic-em-dezembro>

FEBRABAN. Pesquisa da Febraban mostra estimativa de 13,34% ao ano para a Selic em dezembro. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 nov. 2006d. Disponível em:

<http://www.valor.com.br/arquivo/523995/pesquisa-da-febraban-mostra-estimativa-de-1334-ao-ano-para-selic-em-dezembro>

FEBRABAN. Bancos esperam inflação de 4,05% e juro básico perto de 11,82% ao ano no fim de 2007. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 dez. 2006e. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/527003/bancos-esperam-inflacao-de-405-e-juro-basico-perto-de-1182-ao-ano-no-fim-de-2007>

FERREIRA, G. J. Desconfiado, mercado espera por técnicos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 dez. 2002a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1312200208.htm>

FERREIRA, G. J. Indicação de Meirelles, do PSDB, não é contraditória, diz Febraban. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 dez. 2002b. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/331629/indicacao-de-meirelles-do-psdb-nao-e-contraditoria-diz-febraban>

FERREIRA, G. J. Meirelles tem a confiança do mercado financeiro, diz Febraban. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 dez. 2002c. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/331595/meirelles-tem-confianca-do-mercado-financeiro-diz-febraban>

FERREIRA, G. J. Presidente da Febraban avalia Hermann como "empresário competente". **Valor Econômico**, São Paulo, 13 dez. 2002d. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/331881/presidente-da-febraban-avalia-hermann-como-empresario-competente>

FERREIRA, G. J. BC já age como autônomo, diz Febraban. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 28 mar. 2003a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2803200315.htm>

FERREIRA, G. J. Veja comentários do mercado sobre discurso de Meirelles. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 jan. 2003b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u61571.shtml>

FERREIRA, G. J. Para Febraban, Lei de Falências ajuda a baixar juros. **Valor Econômico**, São Paulo, 03 out. 2003c. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/382253/para-febraban-lei-de-falencias-ajuda-baixar-juros>

FERREIRA, G. J. Banqueiros vêem discurso como animador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jan. 2003d. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0301200304.htm>

FERREIRA, G. J. Manutenção da Selic não surpreenderia, diz presidente da Febraban. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 jun. 2003e. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/363341/manutencao-da-selic-nao-surpreenderia-diz-presidente-da-febraban>

FERREIRA, G. J. Presidente da Febraban diz torcer por queda da Selic e do compulsório. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 jun. 2003f. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/364011/presidente-da-febraban-diz-torcer-por-queda-da-selic-e-do-compulsorio>

FERREIRA, G. J. Custo do empréstimo é estudado por governo, sindicatos e bancos. **Valor Econômico**, São Paulo, 03 jul. 2003g. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/367111/custo-do-emprestimo-e-estudado-por-governo-sindicatos-e-bancos>

FERREIRA, G. J. Presidente da Febraban enumera entraves à ampliação do crédito no Ciab. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 jun. 2003h. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/363315/presidente-da-febraban-enumera-entraves-ampliacao-do-credito-no-ciab>

FERREIRA, G. J. Para Febraban, Lei de Falências ajuda a baixar juros. **Valor Econômico**, São Paulo, 03 out. 2003i. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/382253/para-febraban-lei-de-falencias-ajuda-baixar-juros>

FERREIRA, G. J. Febraban vê "direcionamento obrigatório" em medida para elevar crédito. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2003j. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u69323.shtml>

FERREIRA, G. J. Bancos aprovam compulsório menor e cortam taxa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 ago. 2003k. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0908200309.htm>

FERREIRA, G. J. Febraban defende votação da autonomia do BC pelo Congresso neste ano. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 jan. 2004a. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/398759/febraban-defende-votacao-da-autonomia-do-bc-pelo-congresso-neste-ano>

FERREIRA, G. J. Febraban aposta que Copom cortará juro em, ao menos, 0,5 ponto amanhã. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 jan. 2004b. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/398765/febraban-aposta-que-copom-cortara-juro-em-ao-menos-05-ponto-amanha>

FERREIRA, G. J. Custo do dinheiro ainda está elevado, diz Ferreira da Febraban. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 jan. 2004c. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/398777/custo-do-dinheiro-ainda-esta-elevado-diz-ferreira-da-febraban>

FERREIRA, G. J. Febraban tenta evitar conflito com governo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 ago 2006a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1908200604.htm>

FILHO, R. M. Bovespa culpa candidatos por nervosismo do mercado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0908200302.htm>

FOLHA. Bancos esperam redução na Selic de 1,5 ponto; setor produtivo pede mais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 ago. 2003a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1908200318.htm>

FOLHA. Entenda o que dizem as acusações sobre Meirelles, Casseb e Candiota. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 abr. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u62978.shtml>

FOLHA. MP Fiscaliza com Autonomia Total. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 fev. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0702200326.htm>

FOLHA. Palocci vai tentar resistir à crise. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2006a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1903200601.htm>

FONSECA, R. G. da. Na Fiesp, Meirelles defende reforma cambial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 mar. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1503200503.htm>

FONSECA, R. G. da. O câmbio em debate. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 fev. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2002200609.htm>

FRAGA, A. Fraga diz que sai do BC, mas diretores aceitariam ficar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 dez. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43449.shtml>

FRAGA, E; AITH, M. Desconfiado, mercado espera por técnicos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 dez. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1312200208.htm>

FUTEMA, F. Documento do PT para acalmar mercado será lançado na Fiesp. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 out. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u40488.shtml>

GASPARI, E. O homem do FMI deu um pito na banca brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 dez. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1512200218.htm>

GUIMARÃES, L. S; CRUZ, P. Mercado se divide sobre rumo da Selic. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 ago. 2004. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/426987/mercado-se-divide-sobre-rumo-da-selic>

IEDI. Spread bancário brasileiro é o mais alto do mundo. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 abr. 2004. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/411205/spread-bancario-brasileiro-e-o-mais-alto-do-mundo>

IIF. Bancos sugerem ao Brasil elevar superávit. **Valor Econômico**, São Paulo, 07 abr. 2005. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/455769/bancos-sugerem-ao-brasil-elevar-superavit>

JORGE, M. Miguel Jorge espera que Meirelles forme equipe coesa no BC. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 dez. 2002. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/331837/miguel-jorge-espera-que-meirelles-forme-equipe-coesa-no-bc>

KAWALL, C. Para economistas, carta reduz "ambiguidade" do PT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33929.shtml>

LAMUCCI, S. Esforço fiscal extra não substitui aumento da Selic, dizem analistas. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 set. 2004. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/432119/esforco-fiscal-extra-nao-substitui-aumento-da-selic-dizem-analistas>

LATIF, Z. Balança pode superar 2004, dizem analistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 abr. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0404200515.htm>

LINTZ, G. Lula "blinda" e fortalece Meirelles ao torná-lo ministro, dizem analistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u87869.shtml>

LUCCHESI, C. P. Meirelles chega aos relatórios de bancos. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 out. 2004. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/426287/meirelles-chega-aos-relatorios-de-bancos>

MÁLAGA, T. Condições para a redução da taxa já existem. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jul. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u98413.shtml>

MÁLAGA, T. Governo quer soltar mais o freio da inflação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 out. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u111542.shtml>

MALAN, P. Recuperação da confiança começou há 12 meses, diz Malan. **Valor Econômico**, São Paulo, 7 jul. 2003. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/367593/recuperacao-da-confianca-comecou-ha-12-meses-diz-malan>

MANTEGA, G. Mantega quer urgência em mudança cambial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 mai. 2006a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2005200603.htm>

MANTEGA, G. Ata do Copom gera atrito entre Fazenda e BC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2006b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u107244.shtml>

MANTEGA, G. Mantega diz que vai apertar os bancos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 ago. 2006c. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0608200602.htm>

MARIN, G. Banqueiros elogiam declarações do novo presidente do Banco Central. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jan. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0801200304.htm>

MARINHO, L. Marinho quer acordo contra inflação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 set. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0309200403.htm>

MENCIER, B. Banqueiros elogiam declarações do novo presidente do Banco Central. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jan. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0801200304.htm>

MEIRELLES, H. Meirelles reafirma que atual diretoria do BC permanece por algum tempo. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 dez. 2002. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/334119/meirelles-reafirma-que-atual-diretoria-do-bc-permanece-por-algum-tempo>

MEIRELLES, H. BC vê sinal de retomada e pedra no caminho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2003b. Disponível em: (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2608200323.htm>)

MEIRELLES, H. Meirelles prevê mais mudanças no câmbio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 mar. 2005a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u94070.shtml>

MEIRELLES, H. BC apóia discussão sobre marco regulatório no câmbio, diz Meirelles. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 mar. 2005b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u94341.shtml>

MEIRELLES, H. Meirelles diz que taxa real de juros é alta, mas está caindo. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 jun. 2005c. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/466353/meirelles-diz-que-taxa-real-de-juros-e-alta-mas-esta-caindo>

MESQUITA, M. ABN prevê alta de 0,25 ponto na Selic, mas não descarta 0,50 ponto. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 set. 2004. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/430529/abn-preve-alta-de-025-ponto-na-selic-mas-nao-descarta-050-ponto>

MESQUITA, M. Consumo das famílias encolheu R\$ 25,8 bi. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 abr. 2004c. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0104200402.htm>

MESQUITA, M. INTERPRETAÇÃO DA ATA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 fev. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2702200405.htm>

NOBREGA, G. Lula "blinda" e fortalece Meirelles ao torná-lo ministro, dizem analistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2004a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u87869.shtml>

NOBREGA, G. INTERPRETAÇÃO DA ATA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 fev. 2004b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2702200405.htm>

ORENG, M. Balança pode superar 2004, dizem analistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 abr. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0404200515.htm>

PALOCCI, A. PT mostra sinais moderados para os bancos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 set. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u56147.shtml>

PALOCCI, A. BC reduz compulsório; impacto é duvidoso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 ago. 2003a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0908200302.htm>

PALOCCI, A. Custo do empréstimo é estudado por governo, sindicatos e bancos. **Valor Econômico**, São Paulo, 03 jul. 2003b. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/367111/custo-do-emprestimo-e-estudado-por-governo-sindicatos-e-bancos>

PALOCCI A. Palocci diz viver inferno e vincula crise às eleições. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 mar. 2006a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2503200602.htm>

PENTEADO, H. Economistas questionam metas de inflação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 fev. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u80150.shtml>

PENTEADO, H. Copom indica continuidade dos cortes moderados na taxa de juros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 dez. 2005a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0212200510.htm>

PENTEADO, H. Juro deve subir para 18,75%, dizem analistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. 2005b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1402200513.htm>

PÓVOA, A. Economistas questionam metas de inflação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 fev. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u80150.shtml>

RAGAZZI, A. P. Desconfiado, mercado espera por técnicos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 dez. 2002b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1312200208.htm>

RAGAZZI, A. P. Fluxo negativo faz dólar aumentar 0,4%. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 dez. 2002a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1312200228.htm>

RIBEIRO, J. Bancos, indústrias e BNDES criticam nova Lei de Falências. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 set. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u73407.shtml>

RODRIGUES, A. Mantega nega que vá mexer na equipe do Banco Central. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 mar. 2006b. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/498407/mantega-nega-que-va-mexer-na-equipe-do-banco-central>

RODRIGUES, A. Murilo Portugal pede demissão do cargo de secretário-executivo da Fazenda. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 mar. 2003. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/497919/murilo-portugal-pede-demissao-do-cargo-de-secretario-executivo-da-fazenda>

ROSA, N. Dólar sobe, e risco tem menor nível desde 97. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 mar. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0803200508.htm>

SALLES, P. M. Banqueiros elogiam declarações do novo presidente do Banco Central. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jan. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0801200304.htm>

SALLES, P. M. Unibanco considera concluída a fase de consolidação do mercado. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 nov. 2005. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/485085/unibanco-considera-concluida-fase-de-consolidacao-do-mercado>

SALOMON, M. Copom indica continuidade dos cortes moderados na taxa de juros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 dez. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0212200510.htm>

SCHWARTSMAN, A. Alta de juros buscou dar credibilidade a Meirelles, dizem economistas. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 jan. 2003a. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/338447/alta-de-juros-buscou-dar-credibilidade-meirelles-dizem-economistas>

SCHWARTSMAN, A. Pacote cambial: expectativas x realidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 set. 2006a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2009200605.htm>

SETÚBAL, A. Economistas pedem juro menor e aperto fiscal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2608200508.htm>

SETÚBAL, A. Medidas cogitadas para reduzir spread bancário vão "na direção correta", diz Setubal. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 ago. 2006a. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/514499/medidas-cogitadas-para-reduzir-spread-bancario-va-na-direcao-correta-diz-setubal>

SETÚBAL, A. Itaú revisa para baixo previsão de crescimento para 2006 e prevê corte de um ponto na Selic. **Valor econômico**, São Paulo, 04 set. 2006b. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/515813/itau-revisa-para-baixo-previsao-de-crescimento-para-2006-e-preve-corte-de-um-ponto-na-selic>

SETÚBAL, R. Setubal diz que vota em Serra, apesar de defesa de Lula nos EUA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 set. 2002a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u38782.shtml>

SETÚBAL, R. Presidente do Itaú elogia o "pacto" do PT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 out. 2002b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2010200231.htm>

SETÚBAL, R. Lula "surpreende" ao cumprir o que prometeu, diz banqueiro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 dez. 2003a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2212200319.htm>

SETÚBAL, R. Banqueiros elogiam declarações do novo presidente do Banco Central. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jan. 2003b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0801200304.htm>

SETÚBAL, R. Brasil torna-se o " bom exemplo " da vez. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 set. 2003c. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/380103/brasil-torna-se-o-bom-exemplo-da-vez>

SETÚBAL, R. Belluzzo vê estagnação, e Setubal, expansão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jul. 2003d. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0107200303.htm>)

SETÚBAL, R. Itaú e Bradesco pegam carona no Copom e reduzem juros ao consumidor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jun 2003e. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u69003.shtml>

SETÚBAL, R. Unibanco segue Bradesco e Itaú e anuncia redução dos juros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 ago. 2003f. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u71628.shtml>

SETÚBAL, R. Presidente do Itaú espera que Selic não alcance 17% no fim de 2004. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 out. 2004a. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/435781/presidente-do-itaú-espera-que-selic-nao-alcance-17-no-fim-de-2004>

SETÚBAL, R. Preço do controle inflacionário é Selic mais elevada, avalia Setubal. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 nov. 2004b. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/439539/preco-do-controle-inflacionario-e-selic-mais-elevada-avalia-setubal>

SETÚBAL, R. Bancos vêm alta de 4,8% do PIB do Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 03 out. 2004c. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0310200420.htm>

SETÚBAL, R. Quadro externo segue confortável, diz Setubal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 abr. 2004d. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1704200411.htm>

SETÚBAL, R. Setubal espera para 2005 avanço do PIB de 3% a 4%; dólar é "incógnita". **Valor Econômico**, São Paulo, 22 fev. 2005a. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/450557/setubal-espera-para-2005-avanco-do-pib-de-3-4-dolar-e-incognita>

SETÚBAL, R. PIB não tem como crescer 5% ao ano, diz Setubal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jan. 2005b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0301200508.htm>

SETÚBAL, R. Setubal espera para 2005 avanço do PIB de 3% a 4%; dólar é "incógnita". **Valor Econômico**, São Paulo, 22 set. 2005c. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/450557/setubal-espera-para-2005-avanco-do-pib-de-3-4-dolar-e-incognita>

SETÚBAL, R. Indústria pressiona Mantega. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2006a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2903200601.htm>

SETÚBAL, R. Mercado confia em Lula, afirma Setubal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 jul. 2006b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0907200601.htm>

SILVA, L. I. L. da. PT atrasa indicação para BC, frustra mercado e derruba Bovespa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 dez. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u60237.shtml>

SKAF, P. Maior parcela do spread bancário é lucro puro dos bancos, destaca Skaf. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 nov. 2004. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/438561/major-parcela-do-spread-bancario-e-lucro-puro-dos-bancos-destaca-skaf>

SKAF, P. Na Fiesp, Meirelles defende reforma cambial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 mar. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1503200503.htm>

SOUZA, L. Governo vai amenizar punição a bancos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jun. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u85529.shtml>

STAUB, E. Eugênio Staub vê Lula estadista e declara voto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 set. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u38300.shtml>

TOMBINI, A. Tombini diz que elevar meta de inflação tem custo alto. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 mai. 2005. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/461475/tombini-diz-que-elevar-meta-de-inflacao-tem-custo-alto>

TROSTER, R. L. Para a Febraban, corte surpreendeu "positivamente". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 ago. 2003a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2108200310.htm>

TROSTER, R. L. Lula acena a empresários e foge do estigma de "pai dos bancos". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jul. 2006a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2607200613.htm>

TROSTER, R. L. Banco põe culpa de juro alto no governo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 fev. 2006b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1602200603.htm>

UTSUMI, S. Alta de juros buscou dar credibilidade a Meirelles, dizem economistas. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 jan. 2003. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/338447/alta-de-juros-buscou-dar-credibilidade-meirelles-dizem-economistas>

VALOR ECONÔMICO. Perfil político de Meirelles preocupa Wall Street. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 dez. 2002. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/331679/perfil-politico-de-meirelles-preocupa-wall-street>

VALOR ECONÔMICO. Presidente da CNI elogia Lei de Falências aprovada na Câmara. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 out. 2003. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/384465/presidente-da-cni-elogia-lei-de-falencias-aprovada-na-camara>

VALOR ECONÔMICO. Mercados: Investidor reage a saída de Palocci e nomeação de Mantega; Fed atrai foco à tarde. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 mar. 2006a. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/497947/mercados-investidor-reage-saida-de-palocci-e-nomeacao-de-mantega-fed-atrai-foco-tarde>

VALOR ECONÔMICO. Substituto na Fazenda é entrave à escolha de Palocci para coordenação. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 fev. 2006b. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/494309/substituto-na-fazenda-e-entrave-escolha-de-palocci-para-coordenacao>

VALOR ECONÔMICO. MP Fiscaliza com Autonomia Total. **Valor Econômico**, São Paulo, 05 set. 2006c. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/515995/mantega-anuncia-pacote-para-reduzir-spread-com-cadastro-positivo-e-conta-salario>

VALOR ECONÔMICO. Troca no BC reforça ortodoxia. **Valor Econômico**, São Paulo, p. 3, 07 abr. 2006d. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/499205/troca-no-bc-reforca-ortodoxia>

VALOR ECONÔMICO. Mantega anuncia pacote para reduzir spread, com cadastro positivo e conta-salário. **Valor Econômico**, São Paulo, 05 set. 2006e. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/515995/mantega-anuncia-pacote-para-reduzir-spread-com-cadastro-positivo-e-conta-salario>

WERLANG,, S. Para economistas, carta reduz "ambiguidade" do PT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33929.shtml>

WERLANG, S. Economistas de bancos pedem superávit maior. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 nov. 2003a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0711200308.htm>

WERLANG, S. Banco Central detecta sinais de inércia inflacionária. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 mar. 2003b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u64107.shtml>

WERLANG, S. Febraban vê "direcionamento obrigatório" em medida para elevar crédito. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2003c. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u69323.shtml>

WERLANG, S. BC poderia cortar taxa de juros em 4 pontos, diz ex-diretor do BC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 2003d. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u70193.shtml>

WERLANG, S. BC frustra Palocci e adia corte do compulsório. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 ago. 2003e. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u71446.shtml>

WERLANG, S. Economista critica ênfase na questão fiscal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 abr. 2003f. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1204200303.htm>

WERLANG, S. Werlang diz ser contra mudança no cálculo do superávit primário. **Valor Econômico**, São Paulo, 03 mai. 2004. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/413155/werlang-diz-ser-contramudanca-no-calculo-do-superavit-primario>

WERLANG, S. Copom deveria divulgar votos, diz ex-BC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 23 abr. 2005a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2304200521.htm>

WERLANG, S. Economistas pedem juro menor e aperto fiscal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2005b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2608200508.htm>

WERLANG, S. Como crescer mais sem inflação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jan. 2005c. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0101200513.htm>

WERLANG, S. Palocci vai tentar resistir à crise. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1903200601.htm>

Sistemas de Dados acessados:

Sistema de dados do IPEA. <http://www.ipeadata.gov.br/>.

Sistema gerenciador de séries temporais do Banco Central. <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>.